

The British Empire

Ideology, Perspectives, Perceptions

O Império Britânico.
Ideologias, Perspectivas, Percepções



The East Offering Her Riches to Britannia, East India House

Organização

J. Carlos Viana Ferreira
Teresa de Ataíde Malafaia



University of Lisbon Centre for English Studies
Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa

The British Empire

Ideology, Perspectives, Perceptions

O Império Britânico. Ideologias, perspectivas, percepções

Organização

J. Carlos Viana Ferreira
Teresa de Ataíde Malafaia



University of Lisbon Centre for English Studies
Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa

Lisboa 2010

THE BRITISH EMPIRE.
Ideology, Perspectives, Perceptions

ORGANIZAÇÃO

Teresa de Ataíde Malafaia
J. Carlos Viana Ferreira

REVISÃO

José Duarte
Maria Emília Fonseca

CAPA, PAGINAÇÃO E ARTE FINAL

Inês Mateus  inesmateus@oniduo.pt

Imagem na capa

The East Offering Her Riches to Britannia, East India House

EDIÇÃO

Centro de Estudos Anglísticos
da Universidade de Lisboa

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

textype.pt

TIRAGEM 250 exemplares

ISBN 978-972-8886-13-4

DEPÓSITO LEGAL 313 088/10

PUBLICAÇÃO APOIADA PELA

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

ÍNDICE

Apresentação	
Luísa Leal de Faria	7
James Mill: Liberalismo e Império	
J. Carlos Viana Ferreira	11
On India de John Stuart Mill: Barbárie versus civilização e a política de não intervenção	
Elisabete Mendes Silva	27
Aspects of Colonialism in John Stuart Mill's <i>On Liberty</i> (1859) and <i>Considerations on Representative Government</i> (1861)	
Oksana Levkovych	41
Na Rota do Império, segundo John Dee	
Adelaide Meira Serras	53
Antes do Império, as Colónias: Reflexões de Adam Smith e Jeremy Bentham	
Luísa Leal de Faria	71
A Raça e o Império: A Oscilação entre o essencialismo estereotipado e a ambivalência do discurso colonial	
Isabel Simões-Ferreira	89
Religião e Império: <i>The Star in the East</i> (1809) e a polémica em torno das missões	
Carla Larouco Gomes	103
The Colonial Dromosphere: Speed, Transmission and Prosthesis in Colonial India	
Christopher Pinney	115
Exhibiting the Empire: Then and Now	
Maria Emília Fonseca	137
Colonial Photography. The Raj, Identities and Authority	
Cristina Baptista	149
Re-Imagining 'Authentic' India	
Teresa de Ataíde Malafaia	161
In the Canon's Mouth: <i>Shakespeare Wallah</i> and the "English book"	
Ana Cristina Mendes	175

Introdução

O núcleo de investigadores dedicado aos estudos de cultura do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa empenhou boa parte da sua actividade, no ano de 2008-2009, na preparação de duas jornadas temáticas sobre o Império Britânico. Para a escolha deste objecto de investigação convergiram os interesses individuais dos investigadores, mobilizados para o estudo sistemático de conceitos como império e imperialismo, colónia e colonialismo, de ideologias como o liberalismo, ou para o estudo de representações de identidade. Com o intuito comum de examinar criticamente uma multiplicidade de discursos sobre o Império Britânico, as comunicações que agora são publicadas sustentam diferentes possibilidades de aproximação metodológica aos estudos de cultura e posicionam o diálogo entre elas como instrumento de desenvolvimento do conhecimento em torno de um mesmo objecto. O Império Britânico é, assim, interpelado na sua origem enquanto portador de uma “missão civilizadora” e são examinados discursos de supremacia europeia crescentemente desconstruídos pelas novas linhas de análise cultural, sensíveis estas à dissonância, à dúvida, ao silêncio e ao “não dito” das culturas em presença. O confronto e o conflito entre a cultura dominante e as culturas subordinadas, a construção de novas identidades, a instabilidade dos sujeitos foram, nestas jornadas, objecto de apresentações inovadoras em suportes visuais, como a pintura, a fotografia ou o filme.

O conjunto de comunicações agora apresentado traduz uma nova fase na vida deste grupo de investigação. Vale a pena lembrar que o CEAUL foi dirigido até 2009 pelo Professor João Flor, que assumiu também, até 1998, a direcção da então chamada “Linha de Acção n.º2” ou “LA2”, dedicada aos Estudos de Cultura, e marcou, de então para cá, os princípios de exigência académica, de sensibilidade às muitas faces e formas da “cultura”, de tolerância

pela diferença, de convicção de que actividade de investigação e de ensino se pautam por princípios éticos no exercício da pesquisa e na relação com os outros que de então em diante orientaram as escolhas e a actividade deste grupo de investigação. Entre 1998 e 2000 o Professor João Manuel Sousa Nunes sucedeu ao Professor João Flor na direcção do núcleo, que passou a ficar sob a minha coordenação a partir daquele ano.

O percurso deste núcleo de investigação, ao longo de uma década, evidencia o enfoque em projectos no âmbito da história das ideias, que se mantém como uma linha matricial de continuidade e estabilidade, em diálogo com mais recentes posições teóricas no âmbito de estudos de género ou etnicidade, enquanto os suportes tradicionais de análise cultural, a ensaística e a novelística, convivem com as mais recentes aberturas aos suportes visuais.

Em 2008-2009 o núcleo de investigação foi alargado a um conjunto de jovens investigadores que agora apresentam, ao lado de investigadores mais experientes, os primeiros resultados da actividade desenvolvida e em curso. O tema “Império Britânico”, incidindo nesta fase sobretudo sobre a Índia, permitiu convocar as diferentes linhas de interesse individual e conferir dinamismo ao todo, que se passou a articular em torno de um projecto comum. A ideia que nos orienta é ambiciosa, como se pode verificar nos textos explicativos do folheto de divulgação das jornadas que estiveram na base do volume que agora se publica. Olhado a partir do centro ou das margens, do passado ou do presente, a partir de ensaios políticos ou de narrativas autobiográficas, perspectivado no texto ou na imagem, o Império Britânico na Índia foi interpelado a partir de muitos ângulos, problematizado sob várias ênfases teóricas e aplicadas, mas sempre com a preocupação comum e central de se formularem as perguntas relevantes e se buscarem as respostas, ainda que provisórias, conducentes a um melhor conhecimento do objecto de estudo.

Na primeira jornada, sob o tema geral “Problematizar o Império”, Carlos Viana Ferreira, Elisabete Silva, Oksana Levkovich, Adelaide Meira Serras, Isabel Simões– Ferreira, Carla Gomes e eu própria, apresentámos comunicações centradas na análise de conceitos como império, colónia, barbárie, civilização, colonialismo, raça e religião, baseadas predominantemente em ensaios, de autores como John Dee, Jeremy Bentham, Adam Smith, James Mill e John Stuart Mill ou articulando temáticas associadas à construção do discurso colonial.

A segunda jornada, dedicada a estudos de cultura visual, teve como tema geral “Visualizing the Empire”, e contou com a presença de um reconhecido

antropólogo e historiador da arte, Christopher Pinney, Professor na Northwestern University e no University College. Falando sobre “The Colonial Dromosphere”, o Professor Pinney lançou estimulantes desafios às comunicações de Carla Gomes, Maria Emília Fonseca, Cristina Batista, Teresa Malafaia e Ana Mendes. O acervo de suportes visuais que foram apresentados e criticamente analisados e interpretados permitiu uma viagem no tempo e no espaço, no concreto e na imaginação, a que uma edição em livro não poderá fazer justiça.

O volume que agora se publica resulta, pois, de um conjunto de comunicações de membros do grupo de Estudos de Cultura do CEAUL, e fica marcado pelo bi-linguismo em que trabalhamos, o que explica que os capítulos estejam redigidos ou em inglês ou em português.

O projecto “Império Britânico” não se esgota nas iniciativas até agora empreendidas. Outros passos já projectados levar-nos-ão ao estudo das relações com a África, as Américas, a Austrália e a Nova Zelândia, as ilhas do Atlântico, com um *Commonwealth* passado e presente que é problemático, equívoco e fascinante.

Luísa Leal de Faria

James Mill: Liberalismo e Império

J. Carlos Viana Ferreira

James Mill: Liberalismo e Império

O estudo *The History of British India*, publicado pelo filósofo radical e utilitarista James Mill em 1818, tem sido justamente considerado um texto-chave ou mesmo hegemónico (Inden, *Imagining* 45) pela profunda influência ideológica exercida em particular nos alunos do colégio de Haileybury, centro de formação da *East India Company* (que designaremos Companhia), em que constava do elenco de leituras obrigatórias. À primeira vista, a ausência de referências à palavra “império” não deixa de ser surpreendente, tratando-se de uma obra fundadora da matriz ideológica do Império Britânico a partir do séc. XIX. Poder-se-á argumentar que, em 1806, ano em que começou a escrever, Mill não poderia prever a futura expansão da soberania britânica no subcontinente indiano, já em franco progresso em 1818, ano em que a obra veio a lume. Certamente que se não exige a Mill ou a outro pensador que adivinhem o futuro, mas o facto de o filho J. S. Mill ter adoptado o mesmo procedimento em *Considerations on Representative Government* (1861), empregando “dependencies” em vez de colónias ou império, não se resume a mera coincidência, tanto mais que Burke (2000), entre muitos outros, já tinha utilizado a palavra “império” em finais do séc. XVIII. Por isso, em vez de natural e aceitável ignorância sobre o futuro, a obra de James Mill revela antes uma *exclusão consciente* do conceito de império, que procuraremos esclarecer no âmbito do confronto de posições ideológicas entre os primórdios do séc. XVIII e os primeiros trinta anos do séc. XIX.

O primeiro aspecto fundamental a considerar consiste no facto de, ao contrário das monarquias portuguesa e espanhola, nenhum monarca inglês de Isabel I a Guilherme e Maria ter prestado apoio financeiro e militar aos seus súbditos no âmbito de um qualquer plano com objectivos definidos. Imbuídos de profundo cepticismo quanto à possibilidade de o Novo Mundo se revelar

financeiramente rentável ou mesmo uma árvore das patacas, com que Portugal e Espanha tinham sido bafejados, os reis ingleses limitaram-se a conceder autorizações de exploração de territórios que não conheciam ou a atribuir o monopólio do comércio numa determinada região a grupos de mercadores associados numa companhia, como foi o caso da *East India Company* (1600). Assim, nunca será demais sublinhar que as colónias inglesas fundadas na América e nas Caraíbas, tal como a própria Companhia, resultaram de iniciativas individuais de alto risco, nunca apoiadas materialmente pela Coroa.

Em segundo lugar, os ingleses cedo se procuraram distanciar das práticas dos Impérios romano e espanhol, caracterizadas pela conquista de territórios e submissão das respectivas populações e, no caso do espanhol, por chacinas indiscriminadas dos povos nativos. Deste modo, as colónias inglesas destinavam-se à prática do comércio e não à ocupação territorial. Porém, entre a Restauração de 1660 e os primeiros anos do séc. XVIII, registaram-se algumas alterações assinaláveis nas “plantações” americanas, motivadas pela escassez de terra face ao número crescente de colonos. Ávidos de terra, que viam inculta, mas formalmente impedidos pela Coroa de invadir os territórios dos ameríndios, os colonos decidiram ignorar tais restrições e, quer explorando rivalidades intestinas entre povos americanos ou celebrando alianças espúrias com este ou aquele grupo, quer recorrendo a tentativas de extermínio dos ameríndios que opuseram resistência, conseguiram impor a lei do mais forte e alargar gradualmente a área das suas propriedades (Pagden, “Struggle” 41). Assistiu-se assim ao desenvolvimento gradual de uma nova concepção de império (Canny 22), que reconhecia como decisivo para o bem-estar de Inglaterra o contributo da exploração agrícola desenvolvida nas colónias americanas, agora assente na legitimidade da reivindicação de soberania (*imperium*) e de direito absoluto de propriedade (*dominium*) à luz do aproveitamento do conceito de *res nullius* por John Locke (1689).

Importa no entanto realçar que, como bem notou David Armitage (“Literature” 113), as expressões “Império Britânico *na* América” ou “Império Britânico *da* América” nos primeiros anos do séc. XVIII referiam-se à soberania exercida pela Coroa sobre esses territórios, mas não integravam as colónias americanas nem as feitorias em África e na Índia num todo unitário. A perspectiva do Império Britânico como um organismo integrador e articulado, incluindo a Inglaterra, a Escócia, a Irlanda, as colónias e as feitorias, somente se desenvolveu no segundo quartel do séc. XVIII, mais precisamente a partir

da década de 1730 e, de modo surpreendente, foram os colonos americanos os autores dessa célebre definição do Império Britânico como *protestante, comercial, marítimo e livre* (Armitage, *Conception* XII-94).

Dominante no séc. XVIII, esta construção ideológica já não correspondia à realidade em 1700, atendendo à colonização agressiva empreendida após a Restauração, conducente à espoliação de terrenos dos ameríndios e à imposição pela força de um regime político-jurídico estranho que contemplava a escravatura, e atendendo ainda à inexistência de esforços evangelizadores especificamente protestantes. Por outro lado, essa concepção foi uma de entre várias que lutaram pela supremacia em meados do séc. XVIII, confronto simbolizado pelas letras dos hinos “God Save the King” – mais conservador e centrado na monarquia – e “Rule, Britannia” (ode da autoria de James Thomson) mais condizente com a mentalidade de todos aqueles envolvidos directamente com as colónias (Armitage, *Ideological* 172-4). Além disso, na segunda metade do séc. XVIII, uma série de acontecimentos viria a pôr em causa a credibilidade da ideologia legitimadora do Império Britânico como marítimo, comercial e livre.

O primeiro consistiu na Declaração de Independência das colónias americanas em 4 de Julho de 1776, denunciando a tirania britânica sobre um povo livre. Dir-se-ia que o feitiço da ideologia se virou contra os seus construtores, pois os colonos americanos eram *kith and kin*, uma emanção da Mãe-Pátria, que recorriam exactamente aos argumentos da tradição de liberdade cívica e de governo representativo consagrada em Inglaterra na *Bill of Rights* de 1689 para justificar a revolta e posterior independência. A perda das colónias americanas foi um episódio traumático, cujas ondas de choque se prolongariam pelo séc. XIX.

A Revolução Francesa de 1789 foi o segundo grande evento que ameaçou os próprios fundamentos em que assentava o Estado Britânico, como Burke aproveitou para denunciar em *Reflections on the Revolution in France* (1790). Uma sociedade politicamente organizada de acordo com a “constituição” de 1688-89, que contemplava um governo representativo e assegurava as liberdades cívicas dos cidadãos, também garantidas pela longínqua tradição do *Common Law* e de julgamentos por júri, não podia permitir que a turbamulta impusesse a sua lei e fizesse tábua rasa das tradições preciosas de um povo. Muito menos podia permitir que o racionalismo de teorias abstractas sobre a natureza humana ignorasse a especificidade cultural de cada povo. Assim, perante a

situação revolucionária em França, o Parlamento aprovou leis que limitaram os direitos cívicos de associação e de liberdade de imprensa durante o período das guerras napoleónicas, terminado em 1815.

Por outro lado, o temor de uma invasão pelo inimigo, pelo Outro, que tinha ajudado a consolidar a identidade inglesa desde a Reforma, ao servir de contraponto às virtudes auto-proclamadas de um povo protestante e livre, originou um movimento de invulgar fervor patriótico traduzido no inesperado número de voluntários que se alistaram (Colley 284-8, 290). Considerando as sucessivas vitórias militares alcançadas por Napoleão Bonaparte, entretanto coroado Imperador, e subsequente sujeição dos povos vencidos, o Império napoleónico surgia como uma reencarnação do Império romano, de cujas práticas os ingleses – posteriormente britânicos – sempre se quiseram distanciar, embora se não apercebessem de paralelismos óbvios ilustrados pela submissão dos povos nativos nas plantações americanas e das Caraíbas. A todos os atributos negativos dos franceses (Colley 368) juntava-se agora a palavra “império”, o que foi suficiente para os britânicos, Mill incluído, a evitarem. Recorde-se que a escrita de *History of British India* decorreu entre cerca de 1805 e 1818, no auge do poderio militar francês.

Em terceiro lugar, entre a vitória militar de Clive alcançada sobre o *nawab* Siraj-ud-Daula em Plassey (1757), na região de Bengala, e 1818, a situação da Companhia e dos britânicos, em geral, transformou-se radicalmente. Clive obteve o título e funções de *diwani*, que garantia o *dominium* sobre Bengala, traduzido no direito de governar, administrar a justiça e de receber impostos; Warren Hastings alargou (1772-1785) os territórios dependentes da Companhia e transformou-a numa potência militarmente temível no subcontinente indiano; Wellesley e outros chefes militares consolidaram o poderio Britânico, duplicando a área sob administração britânica (Thomas, “Editor’s” xix). Parafrazeando Eric Stokes (*Utilitarians* xiii), os ingleses passaram de nababos a sahibs num curto espaço de tempo. Deste modo, já desde meados do séc. XVIII, a Índia e a região de Bengala, em particular, tornara-se um caso à parte por variadas razões, mas em que avultava o facto de ter sido militarmente submetida e não ser habitada por um bando de selvagens, dispondo antes de uma civilização antiquíssima.

Além de Hume, Adam Smith criticara em 1776 os argumentos mercantilistas favoráveis à expansão colonial, suspeitando que as colónias se tornariam num fardo financeiro para a metrópole. Em 1793, Jeremy Bentham dirigiu-se

mesmo à Convenção Nacional francesa com um texto intitulado “Emancipate Your Colonies” (Majeed, *Ungoverned* 204) e James Mill adoptou a economia política de Smith, de mercado livre, e o utilitarismo de Bentham, que criticava as ambições imperiais. No entanto, as colónias mencionadas por Smith e Bentham excluía a Índia, referindo-se antes àqueles territórios para os quais se tinham deslocado grande número dos seus concidadãos e que poderemos designar por “colónias brancas”. Neste último caso, o argumento *res nullius* de Locke, implicando o direito de os colonos se apropriarem de terras que não fossem cultivadas, legitimava a expropriação de terrenos desaproveitados pelos chamados “selvagens”, mas revelava-se manifestamente inoperante em relação à Índia britânica. Esta tinha sido e estava a ser adquirida pela violência, baseava-se na supremacia militar e na exploração de tributos a pagar pelos governantes e proprietários fundiários indianos, nada tendo a ver com a ideologia de um império comercial e marítimo que excluía a apropriação de territórios. Pelo contrário, as semelhanças com as práticas do Império romano tornavam-se cada vez mais óbvias.

Existe um outro fenómeno cultural surgido nos finais do séc. XVIII, o Romantismo, com todo um conjunto de posições opostas ao racionalismo iluminista de Bentham e James Mill, que se traduzirá simbolicamente – para os objectivos deste estudo – na recepção entusiástica aos resultados da investigação entretanto desenvolvida pelos estudiosos orientalistas, isto é, por todos aqueles que se dedicaram ao estudo das línguas, literaturas e culturas orientais como a árabe, a persa e a hindu, esta última expressa no sânscrito. Sir William Jones (*A Grammar of the Persian Language*, 1771), N. B. Halhed (*A Code of Gentoo Laws*, 1776), John Richardson (*A Dictionary of English, Persian and Arabic*, 1780); Charles Wilkins (*The Bhagvet Geeta*, 1785), e H. T. Colebrooke (*Digest of Hindu Law*, 1798) figuram entre os que mais contribuíram para o conhecimento da Índia, embora a actividade de Jones se tenha revelado mais frutífera e influente na Grã-Bretanha e no continente europeu.

Para além de ter fundado a *Royal Asiatic Society* em 1784, beneficiando do patrocínio de Warren Hastings, de ter projectado a compilação de uma súpula das leis hindus e de ter identificado o sânscrito como raiz de que brotaram as línguas europeias, Jones traduziu obras da literatura indiana e compôs hinos às divindades hindus (Franklin, “Accessing” 56; Majeed, *Ungoverned* 15-17) visando dois objectivos complementares: tornar a Índia compreensível para os leitores na metrópole, assim combatendo o paroquialismo e preconceitos

vigentes, e regenerar as fontes de inspiração da poesia europeia ao proporcionar novos e antiquíssimos materiais (Leask, “Wandering” 177) agora desvendados pela sua tradução. A vinda a lume em Londres no ano de 1790 de *Sacontala; or, the Fatal Ring: an Indian Drama*, obra traduzida de Kalidasa, constituiu mesmo um acontecimento revolucionário para a difusão do orientalismo na Europa segundo Michael J. Franklin (“Introduction” xxxviii), atendendo à recepção entusiástica do texto por Novalis, Goethe, Schiller e Herder. O culto da sensibilidade pelo Romantismo europeu tornava-o vulnerável ao cultivo das emoções, de que *Sacontala*, ideal de beleza feminina, constituía o melhor exemplo (lv).

A valorização da sensibilidade, da imaginação como faculdade criadora, da diversidade de manifestações da Natureza, tal como o carinho merecido pelas ruínas e outros vestígios do passado, e uma consciência aguda da diversidade cultural e respectivos condicionalismos manifestada na História pelos mais variados povos, constituem algumas características marcantes do Romantismo que viriam a ser fortemente contestadas pelo fenómeno contemporâneo do utilitarismo e, em particular, por James Mill na sua obra sobre a Índia britânica. Identificando Jones como principal responsável pela divulgação de uma imagem positiva da cultura indiana e irritado com o facto de o passado da Índia merecer admiração da parte dos europeus, apesar de permanecer num estádio pouco superior ao dos selvagens, Mill articulou uma crítica feroz às obras de Jones e a todos aqueles ingénuos defensores da antiquíssima civilização indiana e respectivos vestígios pretensamente magníficos nas artes e nas ciências.

Constituindo um dos ramos do Iluminismo europeu, o utilitarismo concebido por Bentham (“Introduction” 33-35) e adoptado por Mill explorou o conceito hobbesiano da natureza humana regida pelos princípios da dor e do prazer, constituindo a felicidade na maximização dos prazeres subjectivos e na minimização das dores, obstáculos ou punições, e recebeu um cunho pessoal ao ser sintetizado no princípio da utilidade, isto é, no princípio da maior felicidade para o maior número de pessoas. Pressupondo a homogeneidade da natureza humana e acreditando fervorosamente na capacidade de a razão dissipar as trevas formadas pelo apego irracional a superstições, costumes e tradições longevas, o utilitarismo reivindicava a aplicação universal do princípio da utilidade através de uma actividade legislativa simples, concreta e racional que promovesse a maior felicidade do maior número.

À partida, existe um paradoxo de difícil resolução já referido por Thomas Metcalf (*Ideologies* x): como conciliar uma doutrina defensora da autonomia dos cidadãos e respectivas liberdades com a realidade de um governo autocrático na Índia, assente na supremacia militar. Note-se que o texto já referido de Bentham “Emancipate your Colonies” (1793) fazia todo o sentido à luz do utilitarismo, embora seja provável que Bentham se referisse às colónias “brancas” e não estivesse a reivindicar a independência dos povos nativos. Seja como for, James Mill encarregou-se de eliminar o paradoxo com a escrita da História da Índia britânica (*HBI*) durante cerca de doze anos, no âmbito da acérrima luta ideológica no primeiro quartel do séc. XIX sobre como governar essa anomalia da Índia, obtida por sucessivas vitórias militares. Mas não esqueçamos que este problema já tinha merecido a atenção de Edmund Burke (“Speech” 296) na década de 1780, pela delicadeza e extrema importância de que se revestia. Para Burke (“Speech” 295), a população indiana não consistia numa população abjecta e bárbara nem num bando de selvagens, mas numa civilização e cultura seculares de que subsistiam vestígios de grande dignidade e opulência. Urgia assim evitar a todo o custo que a governação britânica na Índia se tornasse despótica, de modo a impedir que corresse a constituição britânica (289, 311) através dos efeitos corruptores de fortunas obtidas do dia para a noite, como as obtidas por funcionários e dirigentes da Companhia na Índia conhecidos por nababos. O comportamento britânico na Índia devia pautar-se por um poder benigno exercido com moderação e caracterizado pela não-ingerência nos usos, costumes e tradições indianos.

Para James Mill, a questão da Índia tinha sido mal equacionada por pessoas bem intencionadas, mas pouco rigorosas. Herdeiro do Iluminismo escocês e respectivo contributo para historicizar a evolução da Humanidade em etapas ou estádios de desenvolvimento (*HBI* 36-8), propôs-se esclarecer a posição da Índia na hierarquia da Civilização de uma maneira objectiva, munindo-se do conceito de utilidade: “Exactly in proportion as *Utility* is the object of every pursuit, may we regard a nation as civilized.” (*HBI* 224). Além disso, no que respeita à metodologia, Mill procedeu à análise das mais variadas obras então existentes, incluindo relatórios parlamentares, que constituíam um amontoado de conhecimentos dispersos, e procurou compor uma história crítica (6-7) da Índia, que conseguisse ajuizar sobre os méritos e os deméritos decorrentes da análise e interpretação dos factos. Se este procedimento é louvável, já a confissão de nunca ter estado na Índia e de não conhecer as línguas orientais,

acompanhada pela reivindicação de superioridade (11-12) de todos aqueles que dominassem as competências somente existentes na Europa (“powers of combination, discrimination, classification, judgement, comparison, weighing, inferring, inducting, philosophyzing in short”) não deixam de causar perplexidade e contrastam com a perspectiva de Sir William Jones (Franklin, “Accessing” 65): “In Europe you see India through a glass darkly: here, we are in a strong light; and a thousand *nuances* are perceptible to us ...”.

Para Mill, o historiador tem de dispor de um conhecimento profundo das leis da natureza humana (*HBI* 17-18), que constituem afinal as principais linhas de força epistemológicas de âmbito universal e podem por isso ignorar variações locais no âmbito de um modelo construído racionalmente. E isto significa que o respeito, diria mesmo o enlevo, de Burke, Jones e dos autores românticos pela singularidade das antigas tradições de diversas culturas representava para Mill um empecilho com intuítos obscurantistas que urgia eliminar. Por isso, como Majeed (1992) demonstrou, a aversão utilitarista ao culto das tradições e do passado em si, tal como à “imaginação desgovernada”, implicava uma crítica frequentemente bem explícita às instituições britânicas, especialmente às inglesas, em que avultava o *Common Law*.

Por outro lado, existem várias referências no prefácio (*HBI* 19-22), baseadas em relatos de funcionários e dirigentes da Companhia publicados na primeira década do séc. XIX, que aludem à extrema dificuldade de os britânicos adquirirem conhecimentos suficientes sobre a Índia, permanecendo num estado de elevada ignorância sobre a mentalidade, os hábitos e tradições locais. O reduzido período de serviço dos funcionários da Companhia e o calor, em especial, explicariam o relacionamento escasso (“imperfect connexion”) com os nativos. Por isso, seria de esperar que o conhecimento sobre a Índia, já divulgado por Sir William Jones e outros orientistas, fosse aprofundado, até à luz da filosofia utilitarista de promover a eficiência da governação e o bem-estar da maioria das pessoas. Puro engano. Mill aproveitou as obras de Jones, Halhed, Colebrooke e outros estudiosos para refutar a pertinência de esforços conducentes à melhor compreensão da Índia, pois os dados disponíveis apontavam em seu entender para a ignorância generalizada dos hindus e para uma fase primitiva de civilização (213).

Criticando Jones por empregar indiscriminadamente o termo civilização para todos os estádios de progresso social, hoje correspondente à concepção antropológica de cultura, Mill (228) admitiu a dificuldade de o definir, afirmando

que só uma visão de conjunto de vários sectores permitiria ajuizar o nível de progresso alcançado, compará-lo e inseri-lo na escala ou hierarquia da civilização. Assim, começando pela história hindu, a ausência de registos históricos credíveis e um labirinto de lendas baseadas em ficções anormais, absurdas e extravagantes (33-34), para além do facto de todos os povos primitivos descurem a historiografia (199) e não disporem por isso de uma história política, levaram Mill a deduzir que os hindus se tinham mantido numa situação estacionária (35) muito próxima da simplicidade e primitivismo característicos dos tempos mais remotos (88).

No respeitante às leis e forma de governo, os Hindus inseriam-se no modelo asiático de monarquia absoluta, de origem divina (57-58), com a particularidade de uma casta de sacerdotes, os brâmanes, monopolizarem os poderes legislativo e judicial, o que equivalia para Mill ao domínio incontável de superstições em épocas ignorantes e primitivas (69). Classificando os brâmanes porventura como os mais audazes e inábeis falsificadores (34), que se auto-atribuíram uma transcendência quase divina (47) e assim obtiveram na Índia uma autoridade insuperável em qualquer outra região do globo (137), Mill responsabiliza-os pela extrema imprecisão de linguagem sobre a natureza dos deuses, pela multiplicidade e discrepância infinita das suas ficções (138), tal como pela confusão, característica entre povos ignorantes e primitivos, dos assuntos mais díspares como as doutrinas e cerimónias religiosas, as instituições, deveres e costumes da vida familiar, máximas da moral privada e até de economia doméstica, etc. (72-73). Confundir as obrigações que compete aos magistrados fazer respeitar e as que pertencem ao foro privado conduz ao aumento indesejável da coerção e da autoridade dos magistrados sobre a maior parte da vida humana (73). Assim, segundo Mill, é difícil conceber uma tentativa mais tosca e deficiente de classificação das leis, dado que ignoram as distinções mais óbvias e fundamentais (74).

No âmbito das penas previstas pelo Direito hindu, Mill manifesta a sua perplexidade por um povo considerado dócil e moderado dispor das leis mais violentas e sanguinárias entre as nações conhecidas (90), no que se assemelha aos antepassados saxões (“our Saxon ancestors”) (93, 98, 106). Esta referência à situação em Inglaterra aprofunda-se e torna-se bem clara quando Mill (110), debruçando-se sobre as leis não escritas, assentes na tradição, se pronuncia criticamente sobre a sua permanência entre as modernas nações da Europa e Inglaterra, em particular. Correspondendo a um estádio primitivo de evolução

anterior à invenção da escrita, nada justifica que tais leis não sejam rigorosamente definidas por escrito, como era o caso do *Common Law* inglês. Assim, nenhuma dessas nações se distinguia mais do que a inglesa pela manutenção da maioria das suas leis nessa condição bárbara.

Deste modo, compreendemos que a História de Mill sobre a Índia britânica tenha servido de pretexto para atacar os defensores das tradições inglesas ou indianas, seja Burke, Sir William Jones ou os autores românticos, no quadro do projecto de reformas radicais promovido por Bentham e Mill mediante uma linguagem filosófica caracteristicamente iluminista. Não surpreende, por isso, que Mill reserve para as crenças e práticas religiosas hindus uma adjectivação severa, também influenciada pela ética puritana em que foi educado na Escócia (Thomas, "Introduction" xiv-xv) e pelo revivalismo evangélico verificado na passagem para o séc. XIX (Stokes, *Utilitarians* xiv). No hinduísmo, segundo Mill, tudo se caracteriza pela falta de rigor, por trevas, incoerência, inconsistência e uma grande confusão promovidas pelos brâmanes (*HBI* 141). Com sarcasmo, escreve (137): "Every thing in Hindustan was transacted by the Deity. The laws were promulgated, the people were classified, the government was established, by the Divine Being. The astonishing exploits of the Divinity were endless in that sacred land."

Tudo no hinduísmo é vago, hesitante, obscuro e inconsistente (151); se a Criação se caracteriza por uma fantasia desenfreada e irracional, Mill (157) afirma que nenhum outro povo conhecido concebeu o universo de modo mais grosseiro e repugnante como o Hindu, desprovido como se encontra de qualquer sentido de coerência, sabedoria ou beleza (157-8): "all is disorder, caprice, passion, contest, portents, prodigies, violence and deformity." Não menos significativos são os passos referentes (182) às cerimónias desprezíveis, aos objectos indecentes e às imagens e gravuras dos mais obscenos actos de prazer sensual dispersos nos templos e nos carros sagrados, tal como às servas desses templos (183), que tinham como única função dançar e prostituir-se. Como Javeed (183-5) notou, este erotismo sem freios ameaçava a supremacia da razão utilitarista, mas também os valores transmitidos por uma educação presbiteriana, dado que Mill não partilhava o hedonismo implícito no conceito de *utility* de Bentham, da maior felicidade do maior número.

Para Mill, a palavra *utility* denotava antes *usefulness* (Javeed 183), com ênfase nos proveitos ou benefícios a extrair à luz da tabela de civilização, pois o critério da utilidade (Thomas xxiii) só podia ser aplicado de forma adequada

por aqueles que dispusessem de lazer e educação para ajuizar o que verdadeiramente contribuía para o bem da Humanidade. Assim, ao passo que Sir William Jones (Javeed 184) glorificava a sexualidade oriental como libertadora, o erotismo sufocante indiano chocava com a consciência puritana de Mill e as tendências ascéticas contemporâneas reforçadas pelo Evangelicalismo, que pretendiam domar as paixões.

Mas para Mill a poesia é a linguagem das paixões (*HBI* 190), pois os homens sentem antes de filosofarem. Correspondente à primeira fase evolutiva da civilização, a poesia desempenhou papel relevante antes da invenção da escrita por assegurar o registo e comunicação de tradições a épocas posteriores; infelizmente, a literatura (191) hindu sempre permaneceu nessa fase, em que os feitos dos antepassados (198-9) eram objecto de admiração e entusiasmo em composições poéticas apelando ao arrebatamento. Por isso e de acordo com as censuras anteriores sobre o carácter impreciso da linguagem, Mill (192) critica novamente a confusão, patente nos livros sagrados hindus, entre religião, Direito e filosofia. Ao passo que a poesia de um povo cultivado (193) se caracteriza pela observação exacta da natureza e pela simetria do todo, as composições poéticas hindus revelam-se mais extravagantes, menos engenhosas e mais monstruosas do que as de qualquer outro povo primitivo, além de excessivamente prolixas, insípidas, por vezes infantis, contendo uma inflação de metáforas (192-3). Mas estes vícios estilísticos derivam de deficiências da própria língua, o sânscrito, que dispõe de mais de trinta palavras para designar “sol” e mais de vinte para “lua” (210). O que para estudiosos crédulos e ingénuos, como Sir William Jones (197, 205), constituía perfeição e merecia louvores, não passava de graves defeitos merecedores de censura.

Mill refere ainda outros tópicos, como o conhecimento matemático e astronómico, o estado das estradas, o comércio e a moeda, a medicina, a arte da guerra, os costumes e o carácter, mas os temas aqui mencionados – forma de governo, leis, religião e literatura – foram os que lhe exigiram maior atenção e lhe proporcionaram os índices decisivos para aferir o grau de desenvolvimento da civilização hindu. Assim, Mill (213) considera irrefutável o elevado nível de ignorância em que os hindus permanecem, resultante da aliança do despotismo e do clericalismo (“*priestcraft*”). Responsáveis pela divisão do povo em castas, os brâmanes fundaram um sistema degradante e pernicioso de submissão, assente nas mais descomunais superstições que torturaram e escravizaram a mente e o corpo dos hindus (237). O espírito servil e covarde dos hindus (247) explicaria

que, sob uma aparência suave, se escondesse uma tendência para a fraude e a perfídia. E aqui, uma vez mais, ouvimos a voz do ex-pastor presbiteriano e não a do filósofo utilitarista.

Perante uma apreciação tão negativa torna-se pertinente formular a seguinte pergunta: terá sido Mill racista? Considerando o racismo como um conjunto de atitudes baseado numa pretensa inferioridade natural, biológica e por isso determinista, de uma “raça”, a resposta só pode ser negativa. Tanto Bentham como Mill desejavam contribuir para o aperfeiçoamento das sociedades existentes através de uma legislação clara e eficaz que se desembaraçasse dos empecilhos de tradições irracionais à luz do critério de utilidade, fossem elas inglesas, americanas, indianas ou chinesas. Dado que a Índia se encontrava no primeiro degrau da escada da civilização, em que praticamente tudo se encontrava por fazer, esse subcontinente apresentava a oportunidade rara de se transformar num laboratório vivo do programa utilitarista visando apressar e facilitar o caminho dos povos na senda do progresso, da civilização. Por isso, afirmei antes que Mill tinha eliminado o paradoxo entre os princípios da liberdade e da autoridade. Nação semi-civilizada e enterrada numa cultura rudimentar e supersticiosa que pouco tinha medrado sob regimes despóticos, a Índia tinha de ser orientada na estrada conducente à civilização até atingir a maioria e adquirir a capacidade de se auto-governar. Não se tratava de conceber a melhor maneira de dominar um povo para sempre atrasado e ignorante, mas de concretizar o que seria designado no decurso do séc. XIX como “missão civilizadora” europeia.

Um último comentário. Mill não tinha preconceitos racistas e a aplicação do programa utilitarista à Índia foi bem mais tardia e reduzida do que seria de esperar. No entanto, a influência exercida por *History of British India* revelou-se extremamente profunda e perniciosa na mentalidade dos futuros funcionários e dirigentes da Companhia, tal como da elite política e militar, contribuindo para a construção de um fosso imaginário entre britânicos e indianos, como se tratasse de povos de planetas diferentes. Nesta medida, a obra de Mill constituiu um dos principais esteios da arrogância e racismo britânicos.

Bibliografia

Abreviaturas

HBI – *The History of British India*.

OHBE – *The Oxford History of the British Empire*. 5 vols.

Armitage, David. *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press. 2006 (2000).

_____. “Literature and Empire”. *OHBE*, I. Ed. Nicholas Canny. Oxford: Oxford University Press. 2001 (1998). 99-123.

_____. “The British Conception of Empire in the Eighteenth Century”. *Greater Britain, 1516-1776. Essays in Atlantic History*. Aldershot: Ashgate. 2004. XII-91-107.

Bentham, Jeremy. “An Introduction to the principles of Morals and Legislation”. *John Stuart Mill: Utilitarianism, On Liberty, Essay on Bentham, together with selected writings of Jeremy Bentham and John Austin*. Ed. Mary Warnock. London and Glasgow: Collins/Fontana. 1973 (1962). 33-77.

Burke, Edmund. *On Empire, Liberty and Reform. Speeches and Letters*. Ed. David Bromwich. New Haven / London: Yale University Press. 2000.

_____. “Speech on Fox’s East India Bill (1783)”. *On Empire, Liberty and Reform. Speeches and Letter*. Ed. David Bromwich. New Haven / London: Yale University Press. 2000. 286-370.

Canny, Nicholas “The Origins of Empire. An Introduction”. *OHBE*, I. Ed. Nicholas Canny. Oxford: Oxford University Press. 1-33.

Colley, Linda *Britons. Forging the Nation 1707-1837*. London: Pimlico. 1994 (1992).

Franklyn, Michael J. “Accessing India: Orientalism, anti-‘Indianism’ and the rhetoric of Jones and Burke”. *Romanticism and Colonialism. Writing and Empire, 1780-1830*. Eds. Tim Fulford and Peter J. Kitson. Cambridge: Cambridge University Press. 2005 (1998). 48-66.

_____. “Introduction”. Phebe Gibbes, *Hartly House, Calcutta*. Ed. Michael J. Franklin. Oxford: Oxford University Press. 2007. xi-lvii.

Inden, Ronald B. *Imagining India*. 2nd impression. London: Hurst & Co. 2000 (1990).

Leask, Nigel. “Wandering through Eblis’; absorption and containment in romantic exoticism”. *Romanticism and Colonialism. Writing and Empire, 1780-1830*. Eds. Tim Fulford and Peter J. Kitson. Cambridge: Cambridge University Press. 2000 (1998). 177.

- Metcalf, Thomas R. *Ideologies of the Raj*. Cambridge: Cambridge University Press. 2006 (1995).
- Mill, James. *The History of British India*. Ed. William Thomas. Chicago & London: The University of Chicago Press. 1975.
- Stokes, Eric. *The English Utilitarians and India*. Oxford: Clarendon Press. 1969 (1959).
- Thomas, William. "Editor's Introduction". James Mill, *The History of British India*. Chicago & London: The University of Chicago Press. 1975. xi-xlvi.

***On India* de John Stuart Mill:
Barbárie *versus* civilização
e a política de não intervenção**

Elisabete Mendes Silva

***On India* de John Stuart Mill: Barbárie versus civilização e a política de não intervenção**

John Stuart Mill (1806-1873) afigura-se um dos representantes máximos do liberalismo e um dos pensadores mais influentes do século XIX. Defendendo uma perspectiva política liberal da sociedade e assumindo-se como um utilitarista (Mill, *Autobiography* 181), Mill acreditava na importância fundamental da liberdade individual para o alcance da felicidade de cada um e para o progresso do conhecimento humano. Mill guiava-se igualmente por um espírito empirista, influenciado por Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776), na prossecução da descoberta das verdades (Mill *Autobiography* 233). Contudo, distanciava-se do racionalismo calculista e desprovido de emoções em que o pai, James Mill (1773-1836), o educara. Todavia, deve ao pai o facto de lhe ter inculcado valores morais como a justiça, a moderação, a perseverança, a preocupação com o bem público (Mill, *Autobiography* 49), que iriam guiá-lo ao longo da sua vida. Além disso, a possibilidade ilimitada do progresso da condição intelectual e moral da humanidade através da educação constitui talvez a doutrina mais importante herdada de seu pai e que Mill aplicou sempre nas suas teorias políticas e filosóficas (Mill, *Autobiography* 111).

Tal como o pai, Mill ocupou, durante 35 anos, o cargo de Assistente do Examinador da correspondência indiana na Companhia Britânica das Índias Orientais. Trabalhando exclusivamente para o Departamento da Correspondência desde 1823, Mill começou pelos cargos mais baixos e, pelo seu desempenho e qualificações, conseguiu ascender ao cargo de Examinador dois anos antes da abolição da Companhia das Índias Orientais em 1858. Estas funções de escritório permitiam a Mill um descanso efectivo de todas as outras deambulações mentais que o ocupavam em simultâneo (Mill, *Autobiography* 85). Mill sustentava ainda que os seus deveres profissionais revelavam-se sufi-

cientemente intelectuais para se tornarem suportáveis: “they were sufficiently intellectual not to be a distasteful drudgery, without being such as to cause any strain upon the powers of a person used to abstract thought, or to the labour of careful literary composition.” (Mill, *Autobiography* 85). Além disso, afirmando-se como um reformista teórico das instituições do seu tempo, a sua posição oficial na Companhia revelou-se um contributo deveras importante para a aprendizagem, através da observação pessoal, das condições necessárias da conduta prática dos assuntos públicos (Mill, *Autobiography* 87).

Writings on India (CW, XXX) constitui, assim, uma colectânea de textos e documentos produzidos por Mill no desempenho das suas funções profissionais e que representam um retrato social e político do Império Britânico na Índia. A análise de alguns desses documentos, entre outros igualmente relevantes para a nossa análise, constituirá um dos objectivos principais do nosso estudo, no sentido de avaliar a posição política de Mill sobre a sociedade indiana e a natureza e o progresso do domínio Britânico na Índia. Além disso, pretendemos realçar algumas contradições na teoria da liberdade defendida por Mill aplicada ao contexto da Índia e as suas ideias políticas, nomeadamente o seu imperialismo liberal e a política de não intervenção.

O imperialismo liberal, como uma teoria distintiva de legitimidade imperialista, sustentava-se numa ligação específica entre o projecto da reforma liberal e o progresso e os fins do Império. Esta teoria do progresso baseada em fundamentos éticos e morais guiou Mill na aplicação das premissas imperialistas liberais na Índia. Ou seja, a transformação das sociedades nativas seria feita em nome do progresso, reforma e educação com o objectivo de criar uma sociedade civilizada, à semelhança dos povos ocidentais, cuja cultura, especialmente a britânica, representava a civilização (Metcalf 32-35). Em “A Few Words on Non-Intervention” (CW, XXI) Mill afirmou que a Grã-Bretanha representava a nação que melhor compreendia a liberdade, constituindo, como tal, a mais progressista e mais consciente de todas as nações. Por conseguinte, as colónias em África e na Ásia tirariam benefícios do nível de cultura avançado da Grã-Bretanha. Não obstante, consciente das particularidades nacionais de cada cultura, Mill, no desejo de criar um governo eficaz e capaz na Índia, não pretendia entrar em colisão e competição com os nativos. Um dos principais deveres do Governo Britânico na Índia passava assim pela garantia da protecção contra os abusos e a tirania dos britânicos a que muitos nativos estavam sujeitos. Estava, portanto, em causa o prestígio moral e a aplicação da justiça

que estavam associados ao nome do Império Britânico na Índia, como evidenciou em “Minute on the Black Act”:

Our Empire in India, consisting of a few Europeans holding 100 millions of natives in obedience by army composed of those very natives, will not exist for a day after we shall lose the character of being more just and disinterested than the native rulers and of being united among ourselves. (...) a greater number of Europeans spread over the whole country, coming into competition and collision with the natives in all walks of life (...) then unless the control of the courts of justice over these men be strict and even rigid, the conduct of a large proportion of them is sure to be such as to destroy the prestige of superior moral worth and justice in dealings which now attaches to the British in India. (Mill, *On India* 15)

Contudo, a Índia representava para Mill um país distante dos padrões civilizacionais aceitáveis e, como tal, pouco ou nada preparado para dinamizar um bom governo. Para Mill uma nação civilizada requeria obediência. Um povo num estado de independência selvagem isento de qualquer controle externo era praticamente incapaz de fazer algum progresso civilizacional até que tivesse aprendido a obedecer: “To enable it to do this, the constitution of the government must be nearly, or quite, despotic.” (Mill, *Essays on Politics* 394). Mill justifica assim a intervenção despótica da Grã-Bretanha na Índia, apenas com o intuito de lhes proporcionar as condições necessárias para o progresso e para que, numa fase posterior, o princípio da liberdade pudesse ser aplicado, como explica em *On Liberty*:

Despotism is a legitimate mode of government in dealing with barbarians, provide the end be their improvement, and the means justified by actually effecting that end. Liberty, as a principle, has no application to any state of things anterior to the time when mankind have become capable of being improved by free and equal discussion. Until then, there is nothing for them but implicit obedience to an Akbar or a Charlemagne, if they are so fortunate as to find one. (Mill, *On Liberty* 48-49)

Esta defesa do despotismo como a melhor forma de governo em sociedades selvagens ou semi-selvagens parece constituir um retrocesso nas teorias liberais de Mill. Contudo, Mill revela-se um imperialista tolerante quando, nos seus objectivos de encorajar a aprendizagem dos indígenas indianos, como forma de atingirem um grau civilizacional decente, e espalhar o conhecimento ocidental na sociedade indiana, não esquece, porém, os costumes e as tradições dos nativos que devem ser respeitados. Além disso, o despotismo constitui apenas uma primeira fase necessária para alcançar o princípio da liberdade.

Segundo Mill, toda a doutrina de não intervenção nas nações estrangeiras necessitava de ser repensada. Esta doutrina era considerada por Mill como um princípio de moralidade legítimo que deveria ser aceite por todos os governos como tal: “Intervention to enforce non-intervention is always rightful, always moral, if not always prudent.” (CW, XXI: 123). Considerando as guerras de conquistas como imorais, Mill valida, no entanto, a intervenção nos Estados apenas quando se assiste o outro país na luta pela liberdade.¹

Contudo, existe uma grande diferença entre os Estados que intervêm, por um lado, noutros em tudo semelhantes, ou seja, partilham os mesmos costumes, e as mesmas regras de moralidade internacional, e, por outro, entre duas nações civilizadas e entre nações não civilizadas. Perante este último contexto, Mill defendia que as mesmas regras não podiam ser aplicadas a situações tão diferentes. De entre estas regras, destaca as duas seguintes: em primeiro lugar, as regras de moralidade comum internacional exigem reciprocidade. No entanto, os povos bárbaros não respeitariam essa mesma reciprocidade. Não se poderia confiar neles para fazer cumprir essas regras, uma vez que as suas mentes não seriam capazes de tal esforço. A segunda razão justifica-se pelo facto de as nações que se mantinham selvagens ainda não tinham atingido o período em que deveriam estar prontas para beneficiar da conquista e do domínio por povos estrangeiros. A independência e a nacionalidade, tão importantes para o devido progresso de um povo já avançado, constituíam geralmente constrangimentos para esses povos não civilizados. Consequentemente, esses povos selvagens não tinham direitos enquanto nação:

A violation of Great principles it may easily be: but barbarians have no rights as a nation, except a right to such treatment as may, for the relation between a civilized and a barbarous government, are the universal rules of morality between man and the man. (Mill, *Essays on Equality* 119)

¹ Seguindo as premissas kantianas, também Mill defende os laços de ligação, ainda que ténues, entre as colónias e todas as nações como uma forma de alcançar a paz universal. Esta cooperação amigável entre as nações tornava assim a guerra impossível de se concretizar: “It renders war impossible among a large number of otherwise independent communities; and moreover hinders any of them from being absorbed into a foreign state, and becoming a source of additional aggressive strength to some rival power, (...), which might not always be so unambitious or so pacific as Great-Britain”. (Mill, *Essays on Politics* 565)

A história das relações do governo Britânico com os Estados nativos da Índia constituiu o reflexo da autoridade exercida pelos britânicos sobre os indianos. Contudo, o Governo Britânico não assegurou a posse dos territórios indianos sem antes anular o poder militar dos nativos:

But a despotic government only exists by its military power. When we had taken away theirs, we were forced to offer them ours instead of it. To enable them to dispense with large armies of their own, we bound ourselves to place at their disposal, and they bound themselves to receive, such an amount of military force has made us in fact masters of the country. (Mill, *Essays on Equality* 119)

No entanto, considerando os britânicos como moralmente responsáveis pelo povo nativo, Mill justificava a presença britânica em território indiano como uma forma de assegurar a protecção do povo indiano por um poder civilizado, libertando-o, ao mesmo tempo, do medo da rebelião interna ou da conquista estrangeira (Mill, *Essays on Equality* 119).

Em “Considerations on Representative Government” (*Essays on Politics*) Mill defende a democracia representativa como a melhor forma de governo. Contudo, examina-a como uma questão de tempo, espaço e circunstância. Assim, as colónias britânicas que já se encontravam num nível suficientemente avançado estavam aptas para aplicar essa forma de governo. Contudo, existiam outras colónias que ainda não haviam alcançado esse estado e, conseqüentemente, deviam ser governadas pelo país colonizador ou pelas pessoas delegadas para tal função. Esta forma de governo revelava-se tão legítima quanto outra qualquer, uma vez que a principal finalidade consistia na facilitação da sua mudança para um nível de desenvolvimento mais elevado:

The ruling country ought to be able to do for its subjects all that could be done by a succession of absolute monarchs, guaranteed by irresistible force against the precariousness of tenure attendant on barbarian despotisms, and qualified by their genius to anticipate all that experience taught to the more advanced nation. (Mill, *Essays on Politics* 567)

Contudo, o caso da Índia revelava-se diferente de todas as outras colónias. Como Mill afirmou, a Índia representava um país muito especial que deveria ser estudado profissionalmente:

India is a peculiar country; the state of society and civilization, the character and habits of the people, and the private and public rights established among them, are totally different from those which are known or recognised in this country; in fact the study of India must be as much a profession in itself as law or medicine. In the

other dependencies of Great Britain the people are for the most part English, and whoever is fit to deal with English people here, is fit to deal with them there. But in the case of India, even if a person of the greatest knowledge of the world and the most cultivated mind were sent to be Governor-general, he would still have an apprenticeship to serve. (Mill, *On India* 49)

Como a Índia ainda não tinha atingido um nível civilizacional e desenvolvimento à semelhança do modelo ocidental, não beneficiava das condições necessárias para um sistema político representativo. Não obstante, a Grã-Bretanha tinha o direito de governar despoticamente porque tal forma de governar traria benefícios de uma civilização mais avançada. Por isso, Mill defendia um despotismo benevolente: “the best government for India and similar societies was some form of benevolent despotism” (Mill, *On India* 39). Num plano mais alargado, Mill considerava que os países orientais, como a China e a Índia, tinham já atingido altos níveis de civilização, mas, esmagados por séculos de despotismo selvagem, haviam estagnado. Além disso, considerava ainda que essas nações estavam demasiado dominadas pela superstição, que Mill refere como “despotism of custom”, desviando-as assim do espírito da liberdade, da individualidade e do progresso:

The Great part of the world has, properly speaking, no history, because the despotism of Custom is complete. This is the case over the whole East. Custom is here, in all things, the final appeal; justice and right mean conformity to custom; (...) Those nations must once have had originality; they did not start out of the ground populous, lettered, and versed in many of the arts of life; they made themselves all this, and were the greatest and most powerful nations of the world. What are they now? The subjects or dependent of tribes whose forefathers wandered in the forests when theirs had magnificent palaces and gorgeous temples, but over whom custom exercised only a divided rule with liberty and progress. (Mill, *On Liberty* 96)

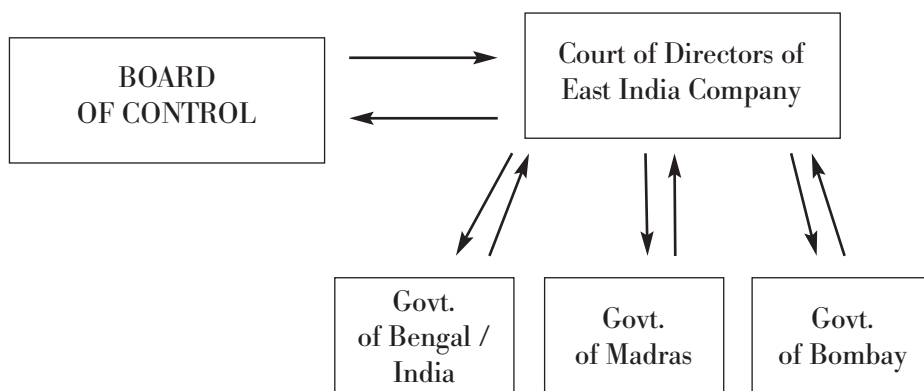
Talvez como uma forma de justificar e defender o papel da Companhia das Índias Orientais, Mill assumiu posições claras relativamente ao bom funcionamento do governo na Índia quando questionado sobre o assunto em “The East India Company’s Charter” (Mill, *On India*). Assim, considerava a actuação do Parlamento Britânico, órgão máximo da governação da colónia, a pior forma de governar a Índia: “To govern a country under responsibility to the people of that country, and to govern one country under responsibility to the people of another, are two very different things. What makes the excellence of the first is that freedom is preferable to despotism: but the last is despotism” (Mill,

Essays on Politics 568). De facto, para Mill a opinião pública de um país não assegurava o bom funcionamento de outro governo, uma vez que desconhecia por completo o que se passava noutro território, neste caso um território tão distante quanto a Índia (Mill, *On India* 33). Como ele próprio reconhecia, um país governado por estrangeiros seria governado com muitas dificuldades e imperfeitamente, porque os estrangeiros não sentiam com as pessoas, não conseguindo avaliar os sentimentos da população subalterna. Neste sentido, o conhecimento do nativo era sempre mais completo e instintivo do que o de um estrangeiro (Mill, *Essays on Politics* 568-569).

Mill considerava a Companhia das Índias Orientais como uma instituição quase providente na garantia do bom funcionamento do governo na Índia, pelo facto de examinar rigorosa e habitualmente todos os documentos por pessoas competentes para o efeito. O governo da Índia era assim conduzido pela escrita, por um sistema de registo escrito de tudo o que se passava na colónia britânica, condição para levar a cabo um bom governo (Mill, *On India* 34). Mill ressalva, porém, que a permanência dos britânicos na Índia dependeria da sua capacidade de proporcionarem um bom funcionamento do governo na Índia, persuadindo os nativos de que realmente o faziam.

De facto, a Companhia das Índias Orientais era responsável pela administração dos territórios britânicos na Índia, mas estava sempre sujeita ao controlo apertado do governo Britânico através da Comissão de Controlo à qual todos os directores da Companhia, bem como os governadores das províncias de Bengala, Madras e Bombaim deviam subordinação, tal como podemos constatar no esquema seguinte (Mill, *On India* ix):

Organização da Companhia Britânica das Índias Orientais



Mill considerava que um governo duplo seria útil (Mill, *On India* 44), ou seja, por um lado, um governo na Índia liderado por pessoas conhecedoras da realidade social e cultural da Índia e, por outro, pelas autoridades do país colonizador. No entanto, a administração da Índia deveria ser liderada por homens treinados profissionalmente para esse efeito. Sem as condições necessárias para a manutenção de um sistema de governo representativo, Mill concordava com a presença de nativos nos conselhos de administração, mas em circunstâncias especiais:

... this I think would be done by cultivating a greater degree of intercourse between intelligent natives and the members of Parliament, or the holders of public offices, rather than by forming a body of persons selected by the Government and considering them as the representatives of the people of India. (Mill, *On India* 51)

Os nativos mais inteligentes poderiam aceder a cargos de maior destaque, mas nunca poderiam desempenhar o cargo de Governador-geral, função apenas destinada aos ingleses: “I do not think you could make a native Governor-general, but I think natives might in time be appointed to many of the higher administrative offices” (Mill, *On India* 60). Esta regra justifica-se, na perspectiva de Mill, uma vez que atribuir todo o domínio da força militar aos indianos significaria o fim do Império Britânico na Índia. Não obstante, Mill conferia a oportunidade a todos de poder aceder a estes cargos desde que se submetessem a um exame público e a critérios de selecção sérios e rigorosos. No entanto, só os nativos das mais elevadas posições sociais, e educados segundo o modelo ocidental, poderiam pensar nessa possibilidade. Mill parece, assim, contradizer-se nalgumas respostas que apresenta. Por exemplo, à pergunta: “Is not a native rendered eligible for any appointment under the last charter Act?” responde: “The last charter Act took away all legal disabilities; but there is a practical exclusion, and so there must be, until the natives are very much improved in character” (Mill, *On India* 61). Mais uma vez, Mill não clarifica como esse desenvolvimento de carácter, e que tipo de carácter, deveria ser encetado.

Os nativos poderiam aceder aos altos cargos da administração apenas quando se tornassem fiáveis e qualificados. Mas Mill reconhece igualmente de uma forma premonitória que quando isso acontecer os nativos deverão estar prontos para levar a cabo o mesmo sistema de governo sem a assistência dos britânicos (Mill, *On India* 65).

Segundo Isaiah Berlin (1909-1997), Mill opunha-se à dissolução da Companhia das Índias Orientais porque receava mais o poder aniquilador do

governo do que a função paternalista e humana dos oficiais da Companhia. No entanto, concordava com a intervenção do Estado em questões como a educação ou a legislação laboral, no sentido de proteger os mais fracos do jugo das tiranias (Berlin, “John Stuart Mill” 259). De facto, a Companhia caracterizava-se por estimular um espírito tolerante relativamente à religião e à cultura dos nativos, não tendo qualquer interesse em desafiar a cultura tradicional indiana, uma vez que tal desafio representaria uma ameaça às relações anglo-indianas. Muitos ingleses inclusivamente tinham prazer em ser orientalizados, adaptando-se aos costumes nativos e casando com mulheres indianas (Niall 133-136).

Contudo, o Motim de 1857 precipitou a mudança de modelos liberais de governação para estratégias imperialistas fundadas num profundo cepticismo sobre a possibilidade da reforma da sociedade indiana. O motim começou em Meerut a 10 de Maio de 1857 e representou uma das experiências mais traumáticas do Império Britânico no século XIX. A munição entregue pelos ingleses, que deveria ser fabricada pelos indianos, era constituída por gordura de porco, material que feriu as suas crenças. Tal facto despoletou a sublevação das tropas indianas no norte da Índia, do exército de Bengala. Grande parte do país, sobretudo na planície do Ganges desde Bihar até Punjab, esteve fora do controlo dos britânicos durante mais de um ano. A vitória dos britânicos, no final de 1858, deveu-se, sobretudo, ao facto de os exércitos de Bombaim e Madras não terem seguido os sipaios (*Sepoys*) no norte da Índia (Baily 179-180; Metcalf 43-44).

Em resposta à rebelião, a coroa assumiu responsabilidade directa sobre os ex-territórios indianos antes sob alçada da Companhia das Índias Orientais, adoptando, conseqüentemente, uma doutrina não intervencionista como o princípio central da governação britânica (Mantena 317). O motim foi também usado para exemplificar as virtudes da raça britânica e, por conseguinte, o espírito tolerante e amigável tão defendido pelos oficiais da companhia deu lugar a um ambiente de desprezo e crueldade para com as tradições indianas (Hyam 141; Metcalf 43-48) Como Mantena refere, a rebelião política na Índia provocou atitudes mais duras e mais raciais relativamente à população nativa:

In India, this inscrutability was attributed to deep-seated cultural and religious sentiments that seemed to be resistant to change and reform. In this sense, and this was particularly the case for India, resistance was read as a sign of the rigidity of native customs, beliefs, and institutions. In this context, the anthropological theory of culture, which was only implicit in Mill’s view of civilization, came to the fore

as the dominant framework through which to understand the nature of native society, the mechanisms that ensured its stability, and the impact of colonial rule on these institutions. (Mantena 317)

Concluindo, mais do que argumentos económicos, Mill utiliza argumentos culturais e antropológicos para justificar o Império Britânico na Índia. Sociedades em estado semi-selvagem, estagnadas cultural e socialmente não poderiam ser deixadas sozinhas para se governarem de uma forma ineficaz. Refutando a ideia universalista de Jeremy Bentham (1748-1832) de que a humanidade era igual em todos os tempos e em todos os lugares, Mill reconheceu a existência de uma variedade de subculturas e de religiões na Índia que tornavam o território tão peculiar. Os muitos anos que Mill trabalhou na Companhia das Índias permitiram-lhe avaliar a importância da educação no sentido de desenvolver uma sociedade harmoniosa e saudável em direcção ao progresso, abraçando o melhor da sua diversidade cultural. No seu idealismo liberal (Metcalf 57), Mill acreditava que o bom governo e a educação poderiam transformar os indianos de modo a levá-los a abraçar o princípio da liberdade sem restrições.

Bibliografia

- Baylay, C.A. *Indian Society and the Making of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Berlin, Isaiah. "John Stuart Mill and the Ends of Life". *Mill: The Spirit of the Age, On Liberty, the Subjection of Women*. Ed. Alan Ryan. London & New York: Norton, 1997.
- Hyam, Ronald. *Britain's Imperial Century, 1815-1914. A Study of Empire and Expansion*. Hampshire & New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- Mantena, Karuna. "Mill and the Imperial Predicament." *J. S. Mill's Political Thought. A Bicentennial Reassessment*. Ed. Nadia Urbinati e Alex Zakaras. Cambridge: CUP, 2007, pp. 298-318.
- Metcalf, Thomas R. *Ideologies of the Raj*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Mill, John Stuart. *Mill: The Spirit of the Age, On Liberty, the Subjection of Women*. Ed. Alan Ryan. London & New York: Norton, 1997, pp. 41-131.
- . *The Collected Works of John Stuart Mill, Volume I – Autobiography and Literary Essays*. Ed. John M. Robson and Jack Stillinger, ed(s). Toronto & London: University of Toronto Press, Routledge and Kegan Paul, 1981.
- . *CW, Volume XIX – Essays on Politics and Society*. Ed. John M. Robson, ed. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

- . *CW, Volume XXI – Essays on Equality, Law and Education*. Ed. John M. Robson, Toronto: University of Toronto Press & Kegan Paul, 1984.
- . *CW, Volume XXX – Writings on India*. Ed. John M. Robson, Martin Moir and Zawahir Moir. Toronto & London: University of Toronto Press, 1990. (versões facsimiladas in *The Online Library of Liberty*:http://oll.libertyfund.org/index.php?option=com_staticxt&staticfile=show.php&title=242)
- Niall, Ferguson. *Empire. How Britain Made the Modern World*. London: Penguin Books, 2004.

**Aspects of Colonialism in John Stuart Mill's
On Liberty (1859) and *Considerations
on Representative Government* (1861)**

Oksana Levkovich

**Aspects of Colonialism in John Stuart Mill's
On Liberty (1859) and *Considerations on Representative
Government* (1861)**

In 1859 John Stuart Mill declared in *On Liberty* that in matters of tolerating diversity and individual liberty 'everything remained to be done' in England. At the time of the publication of the essay, he clearly stood out from the general radical crowd and was to distance himself even more so over the years. His utilitarian concern with social reform shifted away from politics to the reform of individual character; Mill explicitly stated that the mental regeneration of Europe had to precede its social regeneration, and, also, that 'none of the ways in which that mental regeneration is sought, – Bible Societies, Tract Societies, (...) Socialism, Chartism, Benthamism, etc. – would *do*, though doubtless they had all some elements of truth and good in them' (Letwin 322). Furthermore, he advanced that changes effected rapidly and by force, like those brought about by the Reformation and the Revolution of 1688, were often the only ones which, in given circumstances, would be permanent.

As it happened, the 1857-1859 Indian Rebellion, or Mutiny as it was known then, was to radically reshape the British imperial project and had immediate practical outcomes in India, while it also proved to be a testing ground for the future models of British imperial rule elsewhere. After having replaced the government of India hitherto carried out by the East India Company for direct rule, the Crown's first official act explicitly set forth the doctrine of non-intervention as the cornerstone of future dealings with the colony while expressing both the difficulty of reforming the native and also the political danger that such a transformation would entail. Any resistance to change was read as a sign of deep-seated cultural and religious sentiments that supposedly explained the rigidity of native customs, beliefs and institutions. This marked the beginning of the policy based on consulting the Indians, thereby putting into perspective the undesirable yet inevitable end to

insensitive British-imposed social measures that affected Hindu society. On the other hand, the effect caused by the Rebellion was felt by the people of India themselves. Traditional society had made its protest against incoming alien influences, and it had failed to achieve anything. From this time on, all serious hope of a revival of the past or an exclusion of the West dissipated. Indian social structures were gradually undermined and were eventually superseded by a Westernized class system, from which a strong middle class with a heightened sense of Indian nationalism would emerge.

It fell to John Stuart Mill, as head of the office, to write in defence of the East India Company's government of India when the transfer of power was proposed. Mill opposed the transfer, as the documents and posterior writings in which he defended the company's administration show. Mill's criticism of direct British rule in India reveals him mostly to be a principled and progressive political theorist regarding the purpose of imperial rule and the ethics of the empire (Mantena 300). In the concluding chapter of *Representative Government*¹ he states (466-467):

What is accounted so great an advantage in the case of the English system of government at home, has been its misfortune in India. (...) It has been the destiny of the government of the East India Company, to suggest the true theory of the government of a semi-barbarous dependency by a civilized country, and after having done this, to perish. (...) if a fate so disgraceful to England and to civilization can be averted, it must be through far wider political conceptions than merely English or European practice can supply, and through a much more profound study of Indian experience, and of the conditions of Indian government, than either English politicians, or those who supply the English public with opinions, have hitherto shown any willingness to undertake.

Mill's account represents both the justification of liberal imperialism and its internal tensions revealed in the key characteristic vulnerabilities of the discourse of the liberal empire that would become increasingly more apparent in the changing political and intellectual climate of Victorian Britain (Mantena 299). Liberal imperialism, as a theory of imperial legitimacy founded on a link between a project involving liberal reform or improvement and the real

¹ Henceforth, *Considerations on Representative Government* will be referred to as CRG when used with quotations.

purpose of the empire, became subject to criticism in the light of a series of imperial crises in which the Indian Rebellion was a turning point. In questioning the liberal project of improvement in terms of both its theoretical and practical possibilities, the late Victorian critics contributed towards a broad-ranging transition in imperial ideology, moving from a 'universalist' view that imperial rule implied transformation, to a new emphasis based on deeply-rooted cultural and racial differences (Mantena 299). Needless to say, nineteenth-century Britain was experiencing a peak of imperial confidence mediated through the widely presumed self-confidence / arrogance of the Victorians, namely in their belief in the superiority of British democracy, British Free Trade and British Christianity as remedies for all the evils in the world. This exultant mood came at a time when the universalist liberal project had proved ineffective against the ever-present potential for racial and cultural conflict that resided in the differences among people. They could not be eradicated and other ways of life could not be changed. Hence, Mill stands out as a crucial transitional figure in the transformation of imperial ideology from a 'universalist' to a 'culturalist' view (Mantena 301). The criticism he received regarding his theoretical commitment to improvement and the practical account he gave of the hurdles to progress in 'barbarian' societies was responsible for his unique position. His call for action is stated in *Representative Government* as follows (454):

As it is already common, and is rapidly tending to become the universal condition of the more backward populations, to be either held in direct subjection by the more advanced, or to be under their complete political ascendancy; there are in this age of the world few more important problems, than how to organize this rule, so as to make it good instead of evil to the subject people; providing them with the best attainable present government, and with the conditions most favourable to future permanent improvement.

Mill's fundamental ideas on the 'culturalist' approach to governing subject nations and his criticism of the detrimental aspects of the Western civilizing project can be found in both – *On Liberty* (1859) and *Considerations on Representative Government* (1861). Careful reading of both works – I believe – will help to shed additional light on such aspects of colonialism as **collective identity** being a determinant in nations' contact with one another; **individual self-interestedness** as the driving force of national colonial aggrandisement; a **minority in power** ruling over the majority comprised of the so-called "lower

classes” at home and “lower races” at the other end of the Empire; the liberal conviction about the inherent ability of so-called backward societies to undergo **progressive improvement** once they have been exposed to Western civilization; **diversity** versus **uniformity**, the power of **custom**, and the **freedom** to choose political union or independence as a nation’s course.

Despite the criticism, the ideas expressed in *On Liberty* are constantly revisited and reinterpreted so as to be further applied to many diverse spheres of human life. They aim at reforms which are beneficial to society, and in the first place, they favour individual well-being. Yet, Mill’s claim for toleration and liberty is relevant not only to the issues raised by individuals, but also to those raised by minority groups and nations of a world that, although swiftly shrinking under the impact of globalization, still has ethnic groups and local communities fighting for their right to differ.

Mill’s fundamental idea that nations are like individuals has led me to investigate how relevant his principle of individual liberty may be when applied to nations. Based on my understanding of the above texts, against which accusations are levelled at Mill stating that he defends despotic rule over subject nations, I believe that his critics have jumped to unwarranted conclusions. Similar to many recent scholars – Vouraxakis, Mantena, Zakaras, – I agree that Mill’s views of the empire are fundamentally consistent with his larger moral, philosophical and theoretical commitments, in particular with his defence of liberty and representative government.

Mill admits that the appeal for diversity among nations under the same government presents us with a much more difficult challenge than the appeal in defence of diversity among individuals. From the liberal “universalist” standpoint, he therefore argues that the coexistence of different nations under the same government is desirable until the “undeveloped” nations are educated into (a British-styled form of) self-government, in – he reiterates – an atmosphere of respect for the differences they present. Furthermore, if they choose to leave the collective political union, they have the right to do so. Yet, in the line with his argument defending “utility in the largest sense” and according to his belief in the beneficial role of progress, he speaks in favour of the continuity of the union, once the right to leave it has been assured.

In the last three chapters of *Representative Government* Mill relates the idea of liberty with the principle of representative government regarding the dependent nations and, therefore, makes a distinction between the British

colonies of European origin and non-European colonies; they represent the civilized and barbarian stages of development respectively. He divides them into two classes, saying that the British possessions in America and Australia have been composed in a similar way to the civilization of the ruling country and are capable of, and ripe for, representative government. The “others”, like India he says, are still at a great distance from achieving that state (CRG 447). In the same text he states: “among a people without fellow-feeling, especially if they read and speak different languages, the united public opinion, necessary to the working of representative government, cannot exist” (CRG 428). But it is in *On Liberty*² that Mill presents his “culturalist” view on how nations should relate with one another, using Europe as an example:

What has made the European family of nations an improving instead of a stationary portion of mankind? Not any superior excellence in them, which, when it exists, exists as the effect, not as the cause; but their remarkable diversity of character and culture. Individuals, classes, nations have been extremely unlike one another: they have struck out a great variety of paths, each leading to something valuable; and although at every period those who travelled in different paths have been intolerant of one another, and each would have thought it an excellent thing if all the rest could have been compelled to travel his road, their attempts to thwart each other’s development have rarely had any permanent success, and each has in time endured to receive the good which the others have offered. (OL 97)

Therefore, in his analysis of “the dependencies whose population is in a sufficiently advanced state to be fit for representative government” (CRG 449-450), Mill remains loyal to the key-points raised by his liberty principle expressed in *On Liberty*. They include components of utility and harm, and also respect for the sphere of self-regard which is not subject to coercion, as well as the good which can and ought to derive from diversity in modes of life. In *Representative Government* Mill writes (453):

Those who think that justice is as binding on communities as it is on individuals, and that men are not warranted in doing to other countries, for the supposed benefit of their own country, what they would not be justified in doing to other men for their own benefit (...). The feelings of equity, and conceptions of public morality, from which these suggestions emanate, are worthy of all praise.

²Henceforth *On Liberty* will be referred to as OL when used with quotations.

Another point in favour of the liberty of the more advanced colonies is the fact that “countries separated by half the globe (...) are not part of the same public; they do not discuss and deliberate in the same arena” and therefore have only “a most imperfect knowledge of what passes in the minds of one another” (Mill, CRG 450).

Mill’s treatment of nations in what he called the “inferior, barbarous” state of development is a result of the notion that in such a state, the subjugated are yet incapable of attaining progress alone due to the inexistence of free thought and discussion. He also states that, owing to their inadequacy as regards conceiving diversity, they are unable to go beyond the boundaries of their limited national experience based on custom (OL 48-49):

Those who are still in a state to require to be taken care of by others, must be protected against their own actions as well as against external injury. For the same reason we may leave out of consideration those backward states of society in which race itself may be considered as in its nonage. The early difficulties in the way of spontaneous progress are so great, that there is seldom any choice of means for overcoming them; and a ruler full of the spirit of improvement is warranted in the use of any expedients that will attain an end, perhaps otherwise unattainable. Despotism is a legitimate mode of government in dealing with barbarians, provided the end be their improvement, and the means justified by actually effecting that end. Liberty, as principle, has no application to any state of things anterior to the time when mankind have become capable of being improved by free and equal discussion. Until then, there is nothing for them but implicit obedience to an Akbar or a Charlemagne [shalemein], if they are so fortunate as to find one.

It can only be regretted that on the basis of this passage from *On Liberty*, Mill was singled out solely as a proponent of justified imperial despotism in ruling the colonies. However, he also gained prominence due to another striking feature – the threat of degeneration because of uniformity. The notion was usually applied to individuals, as it was neglected regarding the uniformity and, therefore, the degeneration of states. Mill warned against narrowing rather than widening the gap between European *i.e. civilized* and non-European *i.e. barbarous* states from a different view point (OL 97):

Europe is, in my mind, wholly indebted to this plurality of paths for its progressive and many-sided development. But it already begins to possess this benefit in a considerably less degree. It is decidedly advancing towards the Chinese ideal of making all people alike. (...). The same remark might be made of Englishmen in a far greater degree.

Mill's reference to European history in *On Liberty* is essential: the European nations eventually did not only treat each other more tolerantly, they came to learn from their differences. Mill's concern with the growing tendency of their rendering diversity into custom reveals an important observation regarding narrowing the gap between the undeveloped and the developed nations: not only should the "barbarian" nations improve themselves so as to attain the desired end, but advanced societies should foster their capacity for progress lest they deteriorate into a state similar to barbarity.

In her article entitled 'Mill and the Imperial Predicament' Karuna Mantena holds that Mill's characterization of "civilized" and "barbarian" societies in order to justify the empire was itself complicit in shifting the burden of imperial legitimation and responsibility onto the colonized societies themselves. Therefore, it was easy to use this argument against the reformation project of liberal imperialism (Mantena 300-301). Yet, there is more in Mill than the distinction between the "developed" and the "undeveloped" nations, thus leading to the logical conclusion that the latter are inevitably entitled to be governed by the former. Mill goes further than the early liberal imperial reformers, such as Bentham and his father: their project is meant to include the incremental training of subjugated societies and lead them towards self-government first and foremost in order to compensate for the original injustice and the resultant problems of colonization (Mantena 302-303). The idea of improvement or progress, as shaped within the British politico-philosophical discourse, occupies the centre stage of Mill's political philosophy and profoundly shapes his theory of liberty and representative government. In the same way as utility is understood in the larger sense, the task of a good government is to improve the character of its subjects, that is to create the proper conditions supporting progressive improvement. Therefore, in *Representative Government* Mill provides a solution to the difficulties which are consistent with the rule by foreigners (456):

To overcome these difficulties in any degree, will always be a work of much labour, requiring a very superior degree of capacity in the chief administrators, and a high average among the subordinates: and the best organization of such a government is that which will best ensure the labour, develop the capacity, and place the highest specimens of it in the institutions of greatest trust.

This theory of government entails an intensely reciprocal relationship between political institutions and people's character: not only is the institu-

tional competence of a government dependent on the individual features of its subjects, such as their virtue and intelligence, but, more important, the institutions themselves have to be modified so as to suit the specific demands that people in various states of society and stages of civilization require for progressive improvement. Therefore, Mill's promotion of liberal institutions can be seen to be at odds with his claim that despotism is the only way to govern so-called barbarous people: firstly, because he assumes that stagnating customs are actually the stumbling block to progress of even the most advanced societies; secondly, the most progressive societies are the battlefield of individuality and custom, liberty and mental slavery (Mantena 306). In *On Liberty* Mill states that (49):

But as soon as mankind have attained the capacity of being guided to their own improvement by conviction or persuasion (...), compulsion either in the direct form or in that of pains and penalties for non-compliance, is no longer admissible as a means to their own good, and justifiable only for the security of others.

Mill also warns against the methods employed by the ruling country to educate the subjugated people into self-government (CRG 457):

One is, to force English ideas down the throats of the natives; for instance by measures of proselytism, or acts intentionally and unintentionally offensive to the religious feelings of the people. (...) by the demand now so general in England for having the Bible taught (...). From the European point of view nothing can wear a fairer aspect, or seem less open to objection on the score of religious freedom. (...) The English Protestant would not be easily induced, by disclaimers of proselytism, to place his children in Roman Catholic seminary: Irish Catholics will not send their children to schools in which they can be made Protestants: and the Hindoos (...) are expected to expose theirs to the danger of being Christians!

Another evil derives from the English settlers governing India without knowing or caring about the affairs of the Hindus: "they [the English] are every now and then interfering with, and almost always in the wrong place" says Mill (CRG 455); moreover, "the same probability of missing the mark" happens when "the public mind is invoked in the name of justice and philanthropy, on behalf of the subject community or race" (CRG 456), for it is only the powerful, repressive/harsh individuals and classes of the subjugated people that have access to the English governing class. Therefore, Mill states (CRG 456-457):

To govern country under responsibility to the people of that country, and to govern one country under responsibility to the people of another, are two very different things. What makes the excellence of the first, is that freedom is preferable to despotism: but the last *is* despotism. (...). Foreigners do not feel with the people. (...). Their danger is of despising the natives; that of the natives is, of disbelieving that anything the strangers do can be intended for their good.

Hence, Mill's argument about despotic rule in the early stage of development rests on the incapacity for cooperation. Whenever "there should be a sufficient sympathy among the populations, those of race, language, religion and, above all, of political institutions, as conducing most to the feeling of identity of political interest" (CRG 435), the solution can be provided by central government (CRG 446):

But if there is a real desire on all hands to make the experiment successful, there needs seldom be any difficulty in not only preserving these diversities, but giving them the guarantee of a constitutional provision against any attempt at assimilation, except by the voluntary act of those who would be affected by the change.

The concept of nationality is also of central importance in Mill (CRG 427); it reflects human diversity in collective forms and is endowed with a moral character. Yet, in *On Liberty*, Mill introduces the important idea that "mere accident has decided which of these numerous worlds is the object of individual's reliance" (OL 54). Ultimately, Mill treats nationalities as individualities, hence their importance as members of the world-wide community, where the diversity of units composes the whole. Mill never doubts that the equality of nations is guaranteed by the inevitable self-development of the so-called inferior societies into the state similar to that of the "civilized" ones (OL 113-114). What is no less important to him, is that the civilized societies do not stop their subjugated possessions' progress and prevent their deterioration. This view is one of the hidden premises of *On Liberty* and *Considerations Representative Government*. Mill presents the important idea (CRG 432, 451):

But though Great Britain could do perfectly well without her colonies, and though on every principle of morality and justice she ought to consent to their separation, should the time come (...) there are strong reasons for maintaining the present slight bond of connexion, so long as not disagreeable to the feelings of either party. It is a step, as far as it goes, towards universal peace, and general friendly cooperation among nations. (...) Whatever really tends to the admixture of nationalities, and the

blending of their attributes and peculiarities in a common union, is a benefit to the human race. (...) But to render this admixture possible, there must be peculiar conditions.

One of the problems of foreign rule lies in the fact that nationalities are perceived by each other through collective identities, which in their nature have an “imperial” tendency composed of dominating not only the people of other identities, but the other identities. Mill’s ethics of empire offered the solution with his principle based on “utility in the largest sense” and his ‘Religion of Humanity’ fostering fellow-feelings with the whole of mankind in the individuals themselves (Varouxakis 277-278, Zakaras 217). Prior to social practice, a political culture in which human identity itself is seen as individual and civic, rather than ethnic and collective, has to be created and this would be the “peculiar conditions” required by Mill ‘to render [the] admixture of nationalities’ as ‘a benefit to the human race’.

Bibliography

- Mantena, Karuna. “Mill and the Imperial Predicament”. *J.S. Mill’s Political Thought A Bicentennial Reassessment*. (eds). Urbinati, Nadia; Zakaras, Alex Zakaras. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 298-319.
- Mill, John Stuart. *Mill: The Spirit of the Age, On Liberty, The Subjection of Women*. Ed. Alan Ryan. New York. London: W.W. Norton and Co., 1997; 1859.
- . “Considerations on Representative Government”. *On Liberty and Other Essays*. Eed. John Gray. Oxford: Oxford University Press, 2006; 1861.
- Letwin, Shirley Robin. *The Pursuit of Certainty*. Indianapolis Liberty Fund. 1998.
- Urbinati, Nadia, Zakaras, Alex, (eds). *J. S. Mill Political Thought A Bicentennial Reassessment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Varouxakis, Georgios. “Cosmopolitan Patriotism in J. S. Mill’s Political Thought”. *J. S. Mill Political Thought A Bicentennial Reassessment*. (eds). Nadia Urbinati, Alex Zakaras. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 277-297.
- Zakaras, Alex. “John Stuart Mill, Individuality, and Participatory Democracy”. *J. S. Mill Political Thought A Bicentennial Reassessment*. (eds). Nadia Urbinati, Alex Zakaras. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 200-220.

Na Rota do Império, segundo John Dee

Adelaide Meira Serras

Na Rota do Império, segundo John Dee



Fig. 1: John Dee (1527 – 1608)

O Império Britânico é, desde há muito, matéria de estudo e pesquisa para investigadores das mais diversas áreas, seja no âmbito da história ou da geografia, seja focalizando-se em análises económicas ou sociais, seja no realce da produção estética que lhe está associada, ou ainda nas reflexões teóricas que fundamentam e/ou emolduram essas abordagens. Enfim, a lista pecará sempre por defectiva. Todavia, existe um ponto de convergência discernível em quase todas elas: a cronologia dos estudos sobre o Império Britânico privilegia o século XIX como época da sua afirmação ou auge, recuando, em alguns casos, até ao século XVIII como momento definidor do referido império, embora ainda mais marcado pela praxis do que pela arquitectura de uma ideologia própria.

Tais análises assentam no conceito de estado-nação como unidade histórico-política, modelo ideológico defendido por Hobsbawm em *Nations and Nationalism since 1780*, entre outros, a partir da qual os impérios além Europa teriam sido criados através das conquistas e da subsequente colonização. Impérios como o português, ou o espanhol teriam precedido o britânico ou o holandês, por exemplo, mas pautar-se-iam por idêntica configuração: actividade económica e controlo geopolítico de longa duração nos territórios anexados ao seu espaço inicial. Contudo, esta premissa falha ao ignorar que essas unidades políticas se constituíram exactamente do mesmo modo na Europa: conquistas, povoamento, no caso de não desejarmos utilizar o termo colonização, e anexação territorial, não necessariamente em contiguidade.¹ Nos dois casos, o tempo e a desigual interacção entre a elite dominante e os grupos subordinados irão provocar mudanças culturais com pontos de convergência e/ou unificadores e tensões que se prolongam nas épocas seguintes, tema aliás dominante em *Culture and Imperialism* (1995) de Edward Said.

O termo Império tem suscitado, aliás, leituras plurais, por vezes ambíguas. Michael Doyle, na sua obra *Empires* (1986), define-o de modo tão abrangente e conciso que parece contrariar a anunciada complexidade: “Empires are relationships of political control over effective sovereignty of other political societies” (19)

A clareza e a aparente simplicidade de tal definição obrigam, porém, a uma posterior classificação dos impérios quanto à sua estrutura organizacional, tanto militar como administrativa, e quanto ao resultado económico advindo como factor determinante. Numa outra vertente, considera o elemento cronológico de grande relevo na mensura do seu eventual progresso, o qual teria culminado nos impérios institucionais do século XIX (Doyle 341).

Contudo, se considerarmos as formas de controlo e exercício do poder desde o império romano até aos impérios britânico, holandês ou alemão do século XIX, verificamos que elas têm variado consoante as circunstâncias políticas, económicas, tecnológicas e até consoante o território dominado que,

¹ J. H. Elliott defende que a monarquia espanhola, com a sucessão de Carlos V ao título de imperador do Sacro Império Romano (1519) constituía um império, independentemente das conquistas ultramarinas. Cf. (1989) “Spain and its Empire in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, *Spain and its World, 1500-1700*, New Haven, 7-8.

em geral, se apresenta fragmentário, distribuído por diversos continentes e não fisicamente coeso. O traço comum no conceito de império ou *imperium*, como afirma John Richardson em *The Language of Empire* (2009), é a ideia de poder sobre um pedaço de território, que se converte em *provincia* quando o seu proprietário assume a responsabilidade, ou a tarefa, de ali aplicar um determinado conjunto de normas administrativas (9). Podemos, então, concluir que tais questões se colocaram com igual pertinência às formações geopolíticas da Antiguidade e à Europa Cristã da Idade Média ou a um qualquer período da história. A distinção entre a teoria e o exercício do poder do império romano e o almejo da formação da *Christianitas* medieval reside, essencialmente, no facto de, na Europa medieval, o poder, embora igualmente apetecido e praticado com base em interesses e objectivos materiais, da posse de territórios e do desenvolvimento económico, justificar as lutas entre os reinos recém-formados, espiritualmente, pela razão teocrática (Cantor 249).

David Armitage, em “Making the Empire British: Scotland in the Atlantic World 1542-1707”, reitera o conceito de império intra-europeu, associando-o à consolidação das monarquias e ao reconhecimento das fronteiras entre estados ou reinos:

“An empire, in the early modern period, could be defined as an independent polity, as a community of different territories ruled by a common superior, or simply an absolute monarchy under a single head. The European monarchies made their initial claims to statehood in the language of *imperium*, with each ruler equivalent in his own territories to the Emperor himself: their *rex* an *imperator* in *regno suo*.” (38)

O caso do Império Britânico exemplifica de modo inequívoco o percurso realizado, de império intra-europeu a império transatlântico. A expressão “império britânico”, aliás, já fora adoptada séculos antes deste reconhecimento teórico e político da importância dos impérios e da sua manifestação ideológica, o imperialismo². Será, pois, de elementar justiça lembrar quem primeiro a forjou e quais os fundamentos e os interesses ou sonhos que propiciaram o

² O presente estudo versa apenas a problemática conceptual do Império Britânico, segundo a perspectiva do renascentista John Dee, pelo que não contempla o amplo debate sobre o conceito de imperialismo que continua em aberto com obras como, por exemplo, de Paul Kennedy (1987/1989), *The Rise and Fall of Great Powers: Economic and Military Conflict from 1500 to 2000*, New York: Random House.

aparecimento de tal noção. Contrariando, pois, a corrente de pesquisa atrás referida, será necessário recuar ao século XVI, ao tempo do Renascimento, e aí nos atermos à controversa e algo misteriosa figura que foi o Dr. John Dee (1527-1608).

Falar de John Dee toca as raias da imprudência, uma vez que tudo a seu respeito acarreta mais interrogações do que certezas. Para alguns, este homem misterioso, escritor prolífero, interessado em matérias esotéricas, como o demonstra, por exemplo, a sua obra *The Hieroglyphic Monad* (1564), não terá passado de um charlatão. Mesmo o título de “Dr.,” tantas vezes apostado ao seu nome, não corresponde a nenhum grau académico, pois embora tivesse frequentado a Universidade de Cambridge, mais precisamente St. John’s College e, mais tarde, a de Lovaina (1547), famoso centro do “New Learning” renascentista, Dee não concluiu formalmente os seus estudos. O facto não impediu, porém, que fosse considerado apto a leccionar geometria euclidiana na Universidade de Paris (1551), tendo-lhe aí sido oferecido o cargo de Matemático Real com um salário apreciável para a época, de 200 coroas francesas (Trattner 19).

A estadia em várias cidades europeias pô-lo em contacto com a *intelligentsia* coetânea e com as diferentes opções gnoseológicas então coexistentes. A sede de conhecimento e o carácter multifacetado dos seus interesses não estaria, aliás, em grande dissonância com o epistema renascentista. Como C. S. Lewis explicita em “New Learning, New Ignorance” (1954), as fronteiras entre os saberes medievos integrados numa mundividência organicista e ainda de pendor teocrático mesclavam-se com a nova atitude perante um mundo mais vasto que as descobertas marítimas e o experimentalismo nascente em vários domínios, como o da física ou da astronomia, pareciam comprovar. Magia e nova ciência apresentavam-se, pois, como alternativas igualmente legítimas para o estudioso de Quinhentos. Assim, Lovaina proporcionou a John Dee conhecimentos de alquimia e do oculto, muito em voga naquela academia devido à influência do trabalho aí desenvolvido por Cornelius Agrippa, cuja obra *De Occulta Philosophia* viera a prelo em 1531. Deu-lhe, além disso, a oportunidade de conhecer figuras de relevo, como Girardus Mercator³ e

³ Gerardus Mercator (1512 – 1594), cartógrafo flamengo que criou o método de projecção cosmográfica em que a latitude e a longitude são indicadas por linhas rectas, podendo ser calculadas utilizando o compasso.

Gemma Phrysius,⁴ mestres conceituados de cartografia e cosmografia. Numa visita a Bruxelas seria apresentado ao matemático português Pedro Nunes, com quem viria a estabelecer relações de amizade, bem como a Abraham Ortelius, autor de *Theatrum Orbis Terrarum*, o trabalho mais avançado no âmbito da geografia, de acordo com a recepção da época. Paris, por seu turno, alargava os horizontes no tocante à astronomia e à astrologia (Trattner 18-19).



Fig. 2: Gerardus Mercator

⁴ Gemma Phrysius (1508-1555), matemático e cartógrafo holandês de nomeada, foi autor de *De principiis astronomiae*, ficando famoso por ter sido o primeiro a propor o princípio da triangulação para localizar pontos no espaço e elaborar mapas.

Não admira, portanto, que o Dr. John Dee, a par do estudo continuado de matérias relativas à transcendência e ao oculto, por vezes trilhando caminhos, se não dísparos, pelo menos de difícil aceitação, segundo o parecer de alguns, também se debruçasse sobre questões mais mundanas e com objectivos mais imediatos, tocando o mundo material que era o seu. Regressado a Inglaterra, os conhecimentos e os instrumentos náuticos por ele adquiridos, entre os quais um globo de Mercator, permitiram-lhe desenvolver os seus próprios estudos, tendo dedicado a Eduardo VI dois tratados de astronomia e, em 1553, publicado diversos trabalhos, entre os quais *The Cause of Floods and Ebbs*.

A geografia marítima revelar-se-ia, entretanto, um dos tópicos dominantes na carreira de John Dee. Numa vertente mais prática, desempenhou as funções de conselheiro da *Muscovy Company* durante mais de trinta anos, de 1551 a 1583, tendo muito provavelmente actuado como consultor para aquela companhia nas viagens realizadas por Richard Chancellor, Stephen e William Borough nos anos cinquenta. É precisamente durante essa década que Dee se torna o geógrafo mais proeminente da corte de Isabel I, tendo sido chamado com frequência a dar o seu parecer acerca de projectos expedicionários. Os mais conhecidos navegadores ingleses como Martin Frobisher, Humphrey Gilbert, John Davis, Francis Drake ou Walter Raleigh beneficiaram dos seus ensinamentos, recorrendo aos mapas e às instruções elaboradas por Dee para as viagens que empreenderam. Desse envolvimento resultou a obra *The General and Rare Memorials Pertaining to the Perfecte Arte of Navigation*, vinda a prelo em 1577, mas escrita no ano anterior. Muito provavelmente, ela foi produzida com o intuito de promover a expedição no Atlântico de Frobisher em busca duma passagem pelo noroeste, e, em simultâneo, com impacte lucrativo para a *Muscovy Company*.

Na verdade, durante o reinado de Isabel I, as viagens marítimas transoceânicas ganham um ímpeto substancial na busca de novas rotas comerciais, denotando já interesse na conquista territorial, como o demonstra a tentativa do estabelecimento da colónia da Virgínia na ilha de Roanoke por Walter Raleigh em 1585. O desafio, contudo, não se limitava às dificuldades inerentes à perícia na arte de marear, por muito importantes que elas realmente fossem. Questões da esfera da política e do direito internacional como a existência do Tratado de Tordesilhas pareciam sobrepor-se às vantagens de tais empresas.

Assinado pelas coroas portuguesa e espanhola a 7 de Junho de 1494, o tratado de Tordesilhas provinha de várias disposições já firmadas com o apoio

papal, visando a divisão do mundo em dois hemisférios, ficando a zona norte na posse de Espanha e as terras a sul do cabo Bojador e da Grã Canária para a nação portuguesa. Nesse sentido, a bula *Aeternis regis*, assinada por Sisto IV em 1481, não só confirmava o tratado de Alcáçovas acordado pelas duas nações, espanhola e lusitana, como completava o anteriormente disposto por Nicolau V, por exemplo, em *Dum Divers* (1452). Por seu turno, a bula *Inter Cetera* lavrada em 1493 apunha o selo do papa Alexandre VI ao referido tratado de Tordesilhas, ratificando a divisão das terras a descobrir banhadas pelo Atlântico em duas zonas de influência delimitadas por um meridiano traçado a 100 léguas para oeste dos Açores, com excepção das terras já descobertas por Colombo.⁵ Contudo, os dois monarcas, a rainha Isabel de Espanha e D. João II de Portugal, voltariam a renegociar a partilha delimitando-a a partir de um meridiano 370 léguas a poente do arquipélago de Cabo Verde (Albuquerque 289-290), sendo o novo acordo confirmado pelo papa Júlio II em 1506.

De igual modo, as já difíceis relações políticas entre a Inglaterra e a Escócia, agudizadas pelo contencioso entre Isabel I e Maria Stuart, repercutiam-se na rivalidade assumida por ambos os reinos no respeitante aos seus empreendimentos marítimos, atitude que iria manter-se até ao Pacto de União de 1707. Ora Inglaterra e Escócia, ao digladiarem-se por objectivos expansionistas em tudo similares, constituíam dois adversários pouco temíveis para as frotas portuguesa e espanhola. Nas palavras de David Armitage:

“The history of British maritime ideology in the sixteenth and seventeenth centuries follows the history of the conception of Britain itself. There could obviously not be any pan-British arguments in favour of maritime supremacy until the state itself had been defined as a collectively British kingdom; competing English and Scottish maritime ideologies were either subsumed within, or survived alongside, comprehensively British conceptions throughout the course of these centuries.” (Armitage 102)

O Dr. John Dee, enquanto conselheiro de Isabel I em assuntos de geopolítica, apresenta exactamente esse ponto de vista em *The Limits of the British Empire* (1593). O manuscrito, só descoberto em 1976, é composto por quatro documentos. Os dois primeiros mais sucintos e intitulados “Concerning a New

⁵ Cf. *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Coordenação de José Costa Pereira. Portugal: Publicações Alfa. Vol.2, 289-290.



Fig. 3: Estotilândia

Location for the Island of Estotilant and the Province of Drogio”, e “Concerning this Example of Geographical Reform”, respectivamente, são, com toda a probabilidade, datados de 1577, altura em que Martin Frobisher e Humphrey Gilbert procuravam o apoio real para um projecto de estabelecimento de colónias nas regiões descritas nos textos de John Dee.⁶ Quanto ao terceiro documento, “Unto your Majesties title Royall to these forene Regions, & Ilands”, datado de 1578, é complementado pelo quarto, surgido pouco depois com o título que passará a designar o conjunto, “Brytanici Imperii Limites”. A obra, no seu todo, não se destinava a publicação, mas para uso pessoal da rainha e dos seus conselheiros mais próximos, como por exemplo, Edward Dyer,

⁶ Quanto à descoberta e proveniência do texto consulte-se McMillan, Ken & Jennifer Abeles, eds. (2004) Introduction. John Dee. *The Limits of the British Empire*. Westport, Connecticut & London: Praeger, 4-9.



Fig. 4: Ilha de Baffin

Christopher Hatton, Philip Sidney, Francis Walsingham, ou Lord Burghley, visando, como o nome bem explicita, a definição do império britânico através de uma panóplia de argumentos, históricos e legais, para assegurar o direito de propriedade sobre ele.

Nos dois primeiros documentos, John Dee propõe uma cartografia revista de acordo com as perspectivas da narrativa e dos mapas traçados pelos irmãos Zeno, dois navegadores venezianos do século XIV, publicada por um descendente em 1558 onde se contradizia a tese de Mercator e Ortelius, considerados autoridades indiscutíveis na época. Ele imaginava que a ilha de Estotilândia se situava na zona da actual ilha de Baffin, o que corresponde à América do Norte numa área muito acima, ou seja, para norte da Florida, então também denominada “Nova Espanha”. Quanto à mencionada província de Drogió, ela não seria uma pequena ilha, mas um vasto território rico em ouro, situado na sua frente.

Dee arrogava-se estar na posse de dados inacessíveis à maioria dos investigadores coetâneos, citando uma obra, por muitos considerada apócrifa, da autoria de um navegador holandês do século XIV, Jacobus Cnoyen de s’Hertogenbosch, que regista episódios narrados em *Gestae Arturi*, em escrito anónimo, e a referência ao trabalho de um monge de Oxford, *Inventio Fortunatae*. Todas essas informações teriam chegado a John Dee através de uma carta datada de 1577 que lhe fora enviada por Mercator (Dee 83-85). Apesar da improba-

bilidade das fontes, John Dee conclui, quase em termos silogísticos, que se a localização desses territórios é ignorada pelos outros povos navegadores, nenhum tratado lhes poderia outorgar a sua posse.

Dee afirmava, igualmente, que *Atlantis*, *grosso modo* a América do Norte, era menos larga, em termos de latitude, do que geralmente se cria, pelo que seria mais fácil e mais rápido traçar uma rota passando pelo noroeste. É com tais pressupostos que, uma vez obtido o alvará da rainha, Humphrey Gilbert se lançará numa viagem, em 1582, em busca da passagem a noroeste com o propósito de se estabelecer naquela zona de Drogio e dedicar-se à prospecção do ouro, ouro que, desafortunadamente, nunca viria a ser encontrado.



Fig. 5: Carta Polar de John Dee

O terceiro e quarto documentos, mais extensos do que os anteriores, contêm os argumentos legais necessários para a coroa inglesa justificar, perante os outros estados europeus e até perante o papado, a legitimidade das actividades transatlânticas levadas a cabo pelos seus mareantes:

“A briefe remembrance of sondrye foreyne regions discovered, inhabited, and partlie conquered by the subiectes of this *Brytish Monarchie*: and so your lawfull tytyle (our most gratous Sovereigne Quene Elizabeth) for the dewe clayme and iust recovery of the same disclosed, which (in effect) ys a title royall to all the coastes and ilandes begining at or about *Terra Florida*, and so alongst or neere vnto *Atlantis*,

goinge northerly, and then to all the most northern ilandes great and small, and so compassinge about *Groenland*, eastwards untill the territoris opposite vnto the farthest easterlie and northern boundes of the duke of Moscovia his dominions.” (Dee 43)



Fig. 6: Frislândia

A tese é desenvolvida com base em dados de natureza histórica, recorrendo John Dee a numerosas fontes, como as crónicas de Brutus relatadas por Geoffrey of Monmouth em *Historia Regum Britanniae*, c. 1138, reproduzidas nas crónicas quinhentistas de John Bale, John Leland, Humphey Llwyd e John Stowe.

Muito sumariamente, o império britânico proviria da acção civilizadora do guerreiro troiano Brutus em Inglaterra e na Escócia, tendo assim fundado um império denominado “Britannia”. Posteriormente, o rei Artur, seu descendente, conquistou outros reinos no Atlântico Norte e na Escandinávia, alargando de modo considerável o império. E, embora os reinos de Inglaterra,

Escócia e Gales viessem a tornar-se independentes, segundo rezam as crônicas “neo galfridianas”, a dinastia Tudor, de raiz galesa, teria direito a recuperar o seu legado ancestral⁷. Durante o período Tudor a ideologia dominante recuperaria este mito, quer reconhecendo o seu cariz fantasioso, como o faz Edmund Spenser em *The Fairie Queene*, Books II e III, quer utilizando-o na construção de uma ideologia consistente com a governança centralizadora adoptada desde Henrique VII. O empenho de Henrique VIII e dos seus sucessores em restaurar a união da Inglaterra com a Escócia dá origem a uma literatura em que a ideologia “neo-galfridiana” serve para legitimar a pretensão de governar o “império da Grã-Bretanha”, expressão aplicada por Nicholas Bodrugan e James Henrisoun, mercador de Edimburgo, ou a variante empregue por Humphrey Llwyd em *Commentarioli Britannicae Descriptionis Fragmentum*: “Império Britânico”. Portanto, como salienta Armitage (2000, 41-42):

“The conception of this British empire in the 1540s was therefore only maritime in so far as it was bounded by the sea; it was insular, rather than expansionist; and nature set its limits, which the empire of Great Britain would naturally fill but not overflow.”

A apologia do Império Britânico elaborada pelo Dr. John Dee é inovadora na medida em que associa a antiga noção de império, insular, mas intra-europeia, quase sinónima de monarquia compósita⁸, com os objectivos expansionistas transatlânticos tão presentes naquele momento da história da Europa. Assim, procura conciliar o mito que abrilhanta a dinastia Tudor com uma fundamentação de pendor jurisprudencial, mais incisiva.

Segundo Doyle, ao gizar a história ou a análise da construção dos impérios, há que ter em conta perspectivas sistemáticas metrocêntricas e pericêntricas nas abordagens dos diferentes impérios e formas de imperialismo. Quer isto

⁷ A expressão “galfridiano/a” refere-se aos dados registados por Geoffery of Monmouth, dando origem a uma tradição não céltica. Segundo a versão galfridiana teria existido um trono britânico antes das invasões bárbaras em Loegria, extinta província agora designada por Inglaterra. Nessa época a ilha britânica era governada por três irmãos, Lochrine em Inglaterra, Albanact na Escócia e Camber em Gales. Sendo Lochrine o mais velho, tinha precedência, o que implicava a vassalagem dos povos escocês e galês.

⁸ Cf. Robertson, John, . “Empire and Union: Two Concepts of The Early Modern European Political Order”. *A Union for Empire: Political Thought and the British Union of 1707*, Cambridge: Cambridge University Press, 4-5.

dizer que a expansão imperial se apresenta mais propícia quando se verifica o desequilíbrio entre a estabilidade política da metrópole e uma periferia vulnerável devido à debilidade militar existente e à desunião entre os membros daquele colectivo; se, da comunidade internacional, não surgirem competidores, o caminho estará muito facilitado (Doyle 123-162).

Dee já se mostra sensível aos factores apontados, *a posteriori*, por Doyle, mas, preocupa-se, sobretudo, com a situação, mais ou menos favorável, relativamente aos outros estados expansionistas. Norteado por esse propósito, elabora uma análise minuciosa da bula de Alexandre VI, procurando descortinar as possíveis incongruências ou pontos fracos, sem, todavia, destruir o preceito da autoridade eclesiástica em regulamentar assuntos temporais. Este constituía um procedimento bastante inusitado entre os seus conterrâneos que, assumindo-se como membros da igreja Anglicana, simplesmente rejeitavam a jurisdição do papa em qualquer matéria que tocasse Inglaterra. Na verdade, para Dee, era muito claro que a soberana, na sua qualidade de chefe da novel igreja, deveria possuir autoridade idêntica à do Papa em Roma. Tal permitiria aos súbditos britânicos navegar os mares em demanda de territórios para engrandecimento do império e expansão da fé, como competia a qualquer príncipe cristão europeu:

And generallie by the same order that other Christian princes do nowe a dayes make entrances and conquestes vpon the heathen people, your highness hath also to proceed herein, both to recover the premisses and likewise by conquest to enlarge the bowndes of your Majesities forsaid title royall, thus (somewhat in particuler) expressed. And chieflie this recovery & discovery enterprise ys speedely and carefully to be taken in hand and followed with the intent of settinge forh the glorie of Christ and spreadinge abrode the heavenly tydings of the gossell among the heathen, which pointe of all Christian princes ought more to be esteemed then all their most glorious wordlye tryumphes. (Dee 48)

Nas palavras do Dr. John Dee, o motivo para assim proceder alicerça-se tanto no *Iure Gentium* (direito consuetudinário), como no *Iure Divino* e no *Iure Civilis* (direito romano). No que respeita ao último, prefere recorrer ao pensamento jurídico de Justiniano que define a posse de um território cumpridas que estejam duas premissas: *animo*, a intenção de se apropriar de um território, e *corpore*, a conquista ou tomada física desse mesmo território. Ora o problema do povoamento e do controlo político regular sobre as regiões descobertas ou redescobertas, colocava-se de igual modo a todos os estados envolvidos na

expansão marítima. Portugal e Espanha não tinham, de facto, ocupado territórios acima dos 45° de latitude norte e a possibilidade de o estado “britânico” reclamar a propriedade de terras no Novo Mundo devido à alegação da sua descoberta pelo príncipe galês Madoc, no século XII, também não tinha cabimento, uma vez que não tinham permanecido lá quaisquer forças de domínio. Tratava-se, pois, de um argumento que poderia actuar simultaneamente a favor ou contra os desígnios da corte isabelina. No entanto, constituía forte incentivo para que a monarca desse o seu consentimento a novos projectos de viagens e de eventual colonização, adiantando-se, assim, aos estados rivais.

No quarto documento, as questões e os argumentos acima referidos são retomados e aprofundados, jogando ora com a data de descobertas anteriores à entrada em vigor da primeira bula, 1493 e, portanto, anteriores à primeira viagem de Colombo, ora pondo em causa a capacidade de domínio continuado sobre os territórios descobertos. Mais inovador afigura-se o argumento de natureza científica em torno da determinação da linha divisória, tal como regista a primeira bula de Alexandre VI: aos espanhóis eram atribuídas todas as terras, descobertas ou a descobrir *occidentem et meridiem* da linha traçada do pólo Ártico ao pólo Antártico e aos portugueses as terras *ex opposito*. Para John Dee, o termo *meridiem* significaria que a disposição papal só contemplava o que se situasse abaixo dos 45° de latitude norte (Dee 93).

A par das alegações emanadas dos vários códigos jurídicos reconhecidos ao tempo e do recurso a uma tradição histórica, verídica ou fantasiosa, que a ideologia vigente procurava inculcar de modo vário, Dee não hesita em lançar mão de razões associadas ao direito dinástico, tão ao gosto dos doutores em leis medievais, baseado em complexas análises das árvores genealógicas das casas reais inglesa, portuguesa, castelhana e aragonesa para provar, também por essa via, que Isabel Tudor ainda poderia ser considerada herdeira legítima do trono espanhol (94). Neste aspecto, o autor revela, mais uma vez, estar cónscio das metodologias e hipóteses gnoseológicas que se cruzavam ao tempo e procura, deste modo, tirar o melhor partido da circunstância.

É verdade que a sua proposta de limites vastos para um império britânico não foi acolhida com grande entusiasmo, nem na sua época, nem depois. A perspectiva de um império do norte da Europa até Moscovo não era nem recuperável, nem admissível no xadrez político coevo, como o próprio Dr. Dee reconhecia. Mas será, talvez a hipérbole historicista tecida que provoca a reacção céptica de muitos, inviabilizando, assim, a reflexão sobre a ideologia imperial

apontada no ensaio. O manuscrito permaneceria invisível em arquivos, talvez pelo secretismo de que se revestia a política quinhentista, mas só o oblívio ou a malparança explicam o prolongado desaparecimento da obra. Não obstante, a ideia de império que nos lega é de tal forma perene que continuamos a reconhecer nas suas linhas o manancial de alegações e argumentos com que os estados, ao longo dos séculos, tentaram legitimar o seu ilimitado desejo de serem donos de impérios, de preferência sem limites.

Bibliografia

- Dee, John (2004). *The Limits of the British Empire*. MacMillan, Ken & Jennifer Abeles, eds. Westport, Connecticut, & London: Praeger.
- Albuquerque, Luís (1991) “Tordesilhas, tratado de”. *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Coordenação de José Costa Pereira. Portugal: Publicações Alfa. Vol.2, 289-290
- Armitage, David (1997) “The Empire British: Scotland in the Atlantic World 1542-1707”. *Past and Present*, nº 155 (May), 34-63.
- Armitage, David (2000) *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cantor, Norman (1994) *The Civilization of The Middle Ages*. New York: Harper Perennial
- Doyle, Michael (1986/1989). *Empires*. Cornell: Cornell University Press.
- Elliott, J. H. (1989). “Spain and its Empire in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”. *Spain and its World, 1500-1700*. New Haven, 7-8.
- Hobsbawm, E. J. (1990). *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lewis, C. S. (1954/1975) *New Learning, New Ignorance. English Literature in The Sixteenth Century, Excluding Drama*. Oxford: Oxford University Press.
- Richardson, John (2009) *The Language of Empire: Rome and the Idea of Empire from the Third Century BC to Second Century AD*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Robertson, John (1995). “Empire and Union: Two Concepts of The Early Modern European Political Order”. *A Union for Empire: Political Thought and the British Union of 1707*. Edited by John Robertson. Cambridge: Cambridge University Press, 1-10.
- Said, Edward (1994/1995). *Culture and Imperialism*. London: Vintage.
- Trattner, Walter I. (1964) “God and Expansion in Elizabethan England: John Dee, 1527-1583”. *Journal of The History of Ideas*. Vol. 25, Nº1 (Jan.– Mar.), 17-34.

Sitografia

Fig. 1 John Dee: <http://galileo.rice.edu/Catalog/NewFiles/dee.html>. Acedido a 16-04-2009;

Fig.2: Gerardus Mercator: www-history.mcs.st-and.ac.uk/.../BigPictures/. Acedido a 16-04-2009;

Fig.3: Estotilândia: strangemaps.wordpress.com/.../ Acedido a 20-04-2009;

Fig.4: Ilha de Baffin: pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_Baffin Acedido a 16-04-2009;

Fig.5 Carta Polar de John Dee: <http://www.civilization.ca/cmc/exhibitions/hist/frobisher/images/frmaf02b.jpg> Acedido a 20-04-2009;

Fig.6: Frislândia: strangemaps.wordpress.com/.../ Acedido a 20-04-2009.

**Antes do Império, as Colónias:
Reflexões de Adam Smith e Jeremy Bentham**

Luisa Leal de Faria

Antes do Império, as Colónias: Reflexões de Adam Smith e Jeremy Bentham

A designação geral do projecto de investigação do Centro de Estudos Anglísticos dedicado ao estudo do Império Britânico parece supor que esta designação – Império Britânico – é consensual e não sujeita a variações de interpretação. Tal não é o caso, como se verá decerto ao longo das fases de desenvolvimento do projecto, bem como através de cada uma das apresentações que constituem as duas primeiras jornadas dedicadas à apresentação dos resultados da investigação deste grupo. Como refere Hannah Arendt em *Imperialism* (1968), a grande confusão da terminologia histórica moderna é um dano colateral que decorre das disparidades entre causa e efeito resultantes dos movimentos de expansão que nasceram em estados-nação definidos por fronteiras territoriais e pelas limitações da conquista possível. E continua, dizendo que através de comparações com os Impérios antigos, através da confusão estabelecida entre expansão e conquista, acabou por não se compreender a diferença fundamental que existia entre a antiga fundação de estações marítimas e comerciais, em prol do comércio, e uma nova política de expansão. Ao negligenciarem as diferenças entre *Commonwealth* e Império (a que os historiadores pré-imperialistas chamavam a diferença entre plantações e possessões, ou colónias, ou dependências, ou, mais tarde, colonialismo e imperialismo), ao negligenciarem as diferenças entre exportação de pessoas e exportação de dinheiro, os historiadores tentaram ultrapassar o facto perturbador que muitos dos acontecimentos importantes na história moderna parecem montanhas que resultaram da actividade de toupeiras (cf. Arendt 11-12). Tentar perceber o quadro de reflexão que, em finais do século XVIII, problematizava a relação entre a Grã-Bretanha e as colónias poderá contribuir para melhor definir os contornos das contradições de que fala Hannah Arendt.

A análise de dois textos de dois autores do último quartel do século XVIII, Adam Smith, no livro IV de *The Wealth of Nations* publicado em 1776, e Jeremy Bentham, num texto intitulado *Principles of Internation Law*, de 1789, evidencia a complexidade da relação de dois eminentes analistas da sociedade, da economia e das formas de governo da época em relação à construção do Império. Para ambos, como procurarei demonstrar, a manutenção das colónias é altamente prejudicial à prosperidade da Inglaterra, contrária aos princípios da liberdade de comércio, potenciadora de guerras destrutivas entre os estados europeus. À distância de mais de dois séculos, com o benefício da visão retrospectiva, parece-me valer a pena perguntar por que razão dois dos pensadores mais seminais do seu tempo se posicionaram, aparentemente, contra o curso dos acontecimentos, contra o mais importante instrumento de enriquecimento da nação inglesa, no momento da génese da Revolução Industrial e da construção do Império Britânico oitocentista.

Quando Eric Hobsbawm, no clássico *Industry and Empire* (1975), procura perceber as razões que explicam a explosão industrial da Inglaterra na segunda metade do século XVIII, o seu posicionamento como a primeira nação industrializada do mundo e o seu domínio do comércio mundial, refere que o que lhe interessa não é perceber como foi acumulado o material para a explosão económica, mas antes, o que o fez explodir¹. A resposta está no aumento da procura interna, sem dúvida, mas muito mais na multiplicação da procura externa². Resumindo o papel dos três principais sectores de procura na génese da industrialização, Hobsbawm refere, em primeiro lugar, como a faísca que desencadeou a explosão, foram as exportações, apoiadas pela ajuda agressiva e sistemática do governo³. A manufactura do algodão estava estreitamente articulada com o comércio ultramarino, já que toda a matéria-prima era importada dos trópicos ou sub-trópicos, e os produtos acabados eram exportados. Em finais

¹ “The question about the origin of the Industrial Revolution that concerns us here is not, therefore, how the material for the economic explosion was accumulated, but how it was ignited.” (Hobsbawm 40)

² “Home demand increased – but foreign demand multiplied. If a spark was needed, this is where it came from.” (Hobsbawm 48)

³ “Exports, backed by the systematic and aggressive help of government, provided the spark, and – with cotton textiles – the “leading sector” of industry.” (Hobsbawm 50)

do século XVIII era já uma indústria que exportava a maior parte da produção: provavelmente dois terços do total em 1805 (Hobsbawm 48). A expansão das exportações não estava limitada pelo crescimento “natural” da taxa de procura interna. Podia captar uma série de mercados de exportação de outros estados europeus, e podia destruir a concorrência interna dentro de outros países, através dos meios políticos ou semi-políticos da guerra e da colonização. Ainda segundo Hobsbawm, o país que conseguisse concentrar, ou monopolizar os mercados de exportação de uma grande parte do mundo num curto espaço de tempo, poderia expandir as suas indústrias a um ritmo que tornava a revolução industrial não só praticável para os seus empresários, mas mesmo por vezes virtualmente obrigatória. E isto foi o que a Grã-Bretanha conseguiu fazer durante o século XVIII (Hobsbawm 48-49).

A guerra e a colonização requeriam, por seu turno, uma economia capaz de explorar aqueles mercados, mas também um governo disposto a declarar a guerra e a colonizar em proveito dos industriais britânicos. Durante o século XVIII as guerras da Sucessão Espanhola (1702-13) e da Sucessão da Áustria (1739-48), a Guerra dos Sete Anos (1756-63), a Guerra da Independência Americana (1776-83) e as Guerras Revolucionárias e Napoleónicas (1793-1815), em que a Grã-Bretanha teve intervenção, resultaram no “maior triunfo jamais conseguido por qualquer estado: o monopólio virtual entre as potências europeias das colónias ultramarinas, e o monopólio virtual do poder naval a nível mundial. Além disso, a própria guerra, ao mutilar os maiores concorrentes da Grã-Bretanha na Europa, tendia a aumentar e acelerar as exportações; a paz tendia a atrasar o processo” (cf. Hobsbawm 49-50). Ao mesmo tempo, a guerra transformava a marinha britânica num consumidor de ferro e num impulsor de descobertas de novas tecnologias para o seu tratamento e aproveitamento. O governo apoiava, sistematicamente, os comerciantes e os industriais e incentivava a inovação tecnológica e o desenvolvimento de novas indústrias.

São, muito sumariamente, estes três factores que enquadram as reflexões de Smith e de Bentham: o desenvolvimento da indústria no plano interno e a exportação dos produtos manufacturados, com prejuízo para o desenvolvimento de uma economia de base agrária; o papel da guerra e da colonização no desenvolvimento das exportações, e as consequências de um estado de guerra quase permanente ao longo do século XVIII, com prejuízo para a paz universal; por último, as políticas proteccionistas e monopolistas do governo, com prejuízo para a liberdade de comércio e de desenvolvimento das nações.

Adam Smith, no livro IV de *A Riqueza das Nações*, estuda os sistemas da economia política como um ramo da ciência da governação, e considera que há dois sistemas para o enriquecimento do povo: um é o sistema do comércio, o outro o da agricultura. O primeiro, o do comércio, é o sistema moderno, e é na Grã-Bretanha, e no tempo presente que melhor se pode compreender (Smith 275). Partindo da constatação de que, no passado, os estados entendiam o seu enriquecimento em termos de acumulação de ouro e prata, e que estes metais apenas podiam ser trazidos para um país que não tivesse minas próprias através do equilíbrio comercial (*balance of trade*), ou através de maior número de exportações do que de importações, o objectivo principal de economia política passou a ser diminuir a importação de produtos estrangeiros e aumentar a exportação dos produtos domésticos. Os governos passaram, então, a adoptar medidas para restringir as importações e encorajar as exportações. As restrições à importação podiam traduzir-se em medidas de aumento de direitos e impostos, e em medidas de proibições absolutas. Já no que se refere às medidas de encorajamento às exportações, podiam ser de quatro tipos: reembolsos (*drawbacks*), prémios (*bounties*), privilégios previstos em tratados comerciais com estados estrangeiros que garantiam tratamento preferencial a determinados produtos de um país em detrimento dos de outros, e, finalmente, o estabelecimento de colónias em países distantes, prevendo-se privilégios específicos e, frequentemente também, o monopólio para os produtos e os comerciantes do país que as estabelecia.

Nos primeiros capítulos, dedicados à análise dos dois tipos de restrição às importações, Smith deixa claríssima a conivência entre os membros do governo e do Parlamento com os interesses dos comerciantes, através da promulgação constante de medidas proteccionistas e monopolistas. Prudentemente, no entanto, não advoga a abertura repentina dos mercados à total liberdade de comércio, mas antes a adopção de políticas gradualistas que, tendo em vista o bem geral, não estabeleçam novos monopólios e não reforcem os que já existem⁴.

⁴ As últimas páginas do capítulo II, “Of Restraints upon the Importation from foreign Countries of such Goods as can be produced at Home” referem sem rodeios, os interesses privados que se opoem à liberdade de comércio e intimidam os governantes, que, mesmo os mais impolutos e exemplares, não encontram protecção contra “the most infamous abuse and detraction, from personal insults ... from real danger, arising from the insolent outrage of furious and disappointed monopolists.” (Smith 300).

De entre os incentivos às exportações interessa-nos, em particular, examinar a posição de Adam Smith em relação às colónias, objecto do capítulo VII do livro IV de *A Riqueza das Nações*. Começando com uma breve panorâmica histórica sobre os diferentes tipos de colonização na Grécia e na Roma antigas, que considera decorrentes de necessidade ou de utilidade⁵, Smith compara estes dois modelos com o estabelecimento das colónias europeias na América e nas Índias Ocidentais, comentando que estas não decorreram de necessidade nem de utilidade, embora logo após as descobertas de Colombo se tenha generalizado a ideia que as Américas constituíam fontes inesgotáveis de ouro e prata, o que incentivou a colonização destes territórios. Não obstante as expectativas de enriquecimento com ouro e prata não se terem concretizado, as colónias inglesas na América desenvolveram-se e prosperaram mais rapidamente do que quaisquer outras. Para Smith as duas grandes causas deste desenvolvimento foram a existência de “plenty of good land”, por um lado, e “liberty to manage their own affairs their own way”, por outro (Smith 346).

Se as imensas extensões de território acessível, fértil e escassamente habitado do continente Norte-Americano constituíam condições materiais de prosperidade, já a organização política e a imposição de medidas restritivas da liberdade dos colonos pelo governo metropolitano poderiam ter coarctado essa mesma prosperidade. Porém, na opinião de Adam Smith, as colónias americanas foram deixadas livres de se organizar, e estabeleceram modelos de auto governação exemplares, em grande parte decalcados das estruturas de representação da Grã-Bretanha, mas com maior igualdade e mais republicanismo do que na metrópole (Smith 348). Em certas situações, como no caso a que chama “the unfortunate law of slavery” (Smith 349), não deixa de criticar o tratamento dado aos escravos das plantações de cana-de-açúcar, e de comparar favoravelmente os colonos franceses aos ingleses. Por paradoxal que pareça, Smith atribui ao facto de o governo das colónias francesas ser completamente arbitrário um mais elevado grau de humanidade com que os escravos são

⁵ É curioso notar que Hannah Arendt compara estes modelos de colonização e construção de um império com o Britânico: “The British nation proved to be adept not at the Roman art of Empire building but at following the Greek model of colonization. Instead of conquering and imposing their own law upon foreign peoples, the English colonists settled on newly won territory in the four corners of the world and remained members of the same British nation”. (Arendt 7-8)

tratados. Nas colónias inglesas, sob o que chama um “free government”, em que o proprietário de escravos é membro das assembleias governativas, ou eleitor das mesmas, torna-se muito difícil aos magistrados proteger os escravos de maus-tratos.

Mas o veredicto de Adam Smith sobre os empreendimentos coloniais não deixa margem para dúvidas de interpretação. Muito pouco de bom se terá ficado a dever aos governos da Europa nos empreendimentos colonizadores. Pelo contrário, tanto no caso Inglês da colonização da América, como no Português, da colonização do Brasil, diz Smith: “Upon all these different occasions it was, not the wisdom and policy, but the disorder and injustice of the European governments, which peopled and cultivated America” (Smith 351).⁶ E, logo que as colónias começaram a dar sinais inequívocos de prosperidade atraindo as atenções das metrópoles, logo começaram a surgir as regulamentações destinadas a assegurar monopólios, a confinar os mercados coloniais aos interesses da metrópole, limitando o desenvolvimento das colónias. As políticas opressivas dos estados europeus apenas se distinguem nas diferentes maneiras de gerir os monopólios e a de Inglaterra, sendo a melhor, apenas se distinguia das outras por ser um pouco menos iliberal e opressiva, diz Adam Smith (Smith 352). Para o autor, o único contributo positivo dado pela metrópole às colónias foi a qualidade das pessoas que para lá partiram:

It bred and formed the men who were capable of atchieving [*sic*] such great actions, and of laying the foundation of so great an empire; and there is no other quarter of the world of which the policy is capable of forming, or has ever actually and in fact formed such men. The colonies owe to the policy of Europe the education and great views of their active and enterprising founders; and some of the greatest and most important of them, so far as concerns their internal government, owe to it scarce anything else. (Smith 352)

⁶ Leia-se este outro passo, igualmente eloquente: “The policy of Europe ... has very little to boast of, either in the original establishment, or, so far as concerns their internal government, in the subsequent prosperity of the colonies of America. Folly and injustice seem to have been the principles which presided over and directed the first project of establishing those colonies; the folly of hunting after gold and silver mines, and the injustice of coveting the possession of a country whose harmless natives, far from having ever injured the people of Europe, had received the first adventurers with every mark of kindness and hospitality.” (Smith 350).

Mas é na terceira parte do capítulo sobre as colónias que a análise de Adam Smith se torna mais contundente. As indústrias britânicas, em vez de terem procurado equilíbrios naturais num grande número de pequenos mercados, concentraram-se principalmente num só. E a ameaça de ruptura com o mercado americano, renunciada com o episódio do “Stamp Act”, não podia deixar de trazer aos comerciantes e industriais da Grã-Bretanha uma reacção de pânico extensiva ao público em geral. Para Smith, é óbvio que o corpo político e económico está doente, e são precisas medidas urgentes de saneamento: a abertura gradual dos mercados e o desvio de investimentos para outros sectores, serão medidas a tomar, sem reformas abruptas, com vista à recuperação do equilíbrio. Tratar-se-á, sobretudo, de abandonar as medidas monopolistas do comércio colonial que, entre outros *mean and malignant expedients of the mercantile system* (Smith 355), deprimem a indústria de todos os países e desencorajam o desenvolvimento da agricultura. Embora trazendo benefícios em grande escala para alguns grupos, os monopólios são lesivos do interesse geral dos países, e transformam a Grã-Bretanha numa nação de *shopkeepers*, uma expressão que posteriormente Napoleão usaria, e que o folclore histórico passou a atribuir-lhe:

To found a great empire for the sole purpose of raising up a people of customers, may at first sight appear a project fit only for a nation of shopkeepers. It is, however, a project altogether unfit for a nation of shopkeepers; but extremely fit for a nation whose government is influenced by shopkeepers. (Smith 358)

Como se os prejuízos decorrentes dos monopólios não fossem suficientes para recomendar novas políticas em relação às colónias, as guerras e a sustentação de forças armadas para a sua defesa sobrecarregam, mais ainda, as despesas públicas, em valores que Adam Smith enumera com indignação.⁷ Por isso resume: “Under the present system of government, therefore, Great Britain derives nothing but loss from the dominion which she assumes over her colonies.” (Smith 361)

Tendo desmontado as falácias que sustentavam a tese dos benefícios económicos para a preservação das colónias, Smith aventura-se no domínio das

⁷ As guerras a que se refere são a Guerra dos Sete Anos (1756-63) e a Guerra da Sucessão Espanhola (1740-48), ambas percebidas por Adam Smith como guerras coloniais. As enormes despesas decorrentes de ambas acrescentam-se às despesas de manutenção de forças de paz nas colónias, tanto terrestres como navais. Este tema será igualmente abordado por Jeremy Bentham.

soluções políticas. As páginas que dedica à exploração de um cenário de autonomia americana e construção de laços comerciais entre os dois estados, conduzindo a uma aliança privilegiada entre as duas maiores potências mundiais, parece antecipar a história futura. Em vésperas da independência das colônias americanas, e perante a resistência britânica à concessão das liberdades reclamadas pelas colônias, Adam Smith compreende o espírito de missão das pessoas que integram o Congresso americano e comenta:

From shopkeepers, tradesmen, attornies [*sic*], they are become statesmen and legislators, and are employed in contriving a new form of government for an extensive empire, which, they flatter themselves, will become, and which indeed, seems very likely to become, one of the greatest and most formidable that ever was in the world. (Smith 363)

Se a análise de Adam Smith incide, em boa parte, sobre o problema, então candente, do conflito com as colônias americanas, não deixa de focar, também, as questões associadas às colônias a oriente, e criticar as estruturas comerciais criadas através das grandes Companhias das Índias, por Portugueses, Holandeses e Ingleses. Para ele, a descoberta da América e a descoberta do Caminho Marítimo para a Índia tinham sido “the two greatest and most important events recorded in the history of mankind” (Smith 363). As consequências destes dois acontecimentos, ainda longe de estarem esgotadas, reflectiam-se no desenvolvimento do comércio europeu à escala mundial, com efeitos de esplendor e glória nunca antes vistos, mas também com efeitos detrimentais para as populações colonizadas e para as próprias metrópoles. Como na análise dos efeitos da colonização da América, a exploração e o comércio a oriente apenas acentuam o empobrecimento de pequenas indústrias domésticas e atenuam a ligação à terra e às actividades agrícolas. O monopólio do tráfico da Índia, estabelecido pelos Portugueses no século XVI, dera lugar à concorrência das grandes companhias monopolistas nacionais, que excluía a participação da maior parte da nação e, no caso da *English East India Company*, agravava os custos da fixação monopolista de preços com os lucros exorbitantes da Companhia e com os custos das fraudes e abusos da sua gestão.

A administração dos interesses da Companhia das Índias Orientais, feita por comerciantes e não por um soberano, reúne o que pior pode existir na governação, e torna-se militar e despótica. A distância da metrópole facilita a corrupção, o comércio em interesse próprio, a opressão dos interesses locais. Uma estrutura social desenraizada, onde abundam pessoas pouco cultas, sem

experiência e sem exemplos de boas práticas, potencia o florescimento de tráficos paralelos, de pequenos monopólios secretos, manipulando a autoridade do governo local, pervertendo a administração da justiça, arruinando quem pretenda interferir nos seus desígnios.

Assim, segundo Adam Smith, um governo dirigido por um soberano, e não por comerciantes, agiria no interesse do país, e não no interesse dos grupos de comerciantes. Seria, então, do interesse do soberano abrir o maior número possível de mercados aos produtos do seu país, autorizar a maior liberdade possível de comércio para aumentar, tanto quanto possível, o número e a concorrência dos compradores; e assim abolir, não apenas todos os monopólios, mas também todas as limitações ao transporte dos produtos domésticos de um lugar do país para outro, à sua exportação para países estrangeiro, ou à importação de bens de qualquer espécie por que possam ser trocados (Smith 368).

A conclusão das suas reflexões sobre o “sistema mercantil” não deixa margem para dúvidas sobre os imensos prejuízos trazidos à Grã-Bretanha pela expansão dos mercados coloniais. O poder político foi usurpado pela influência dos comerciantes e industriais, apostados em transformar a nação numa nação de consumidores, sacrificando os interesses públicos aos interesses privados. Os interesses do consumidor doméstico são sacrificados em prol dos interesses do comerciante, através do pagamento de impostos indirectos sobre os produtos. Os interesses a liberdade dos cidadãos são prejudicados por regulamentações protectoras das indústrias transformadoras e dos seus artesãos qualificados: é proibida a exportação de máquinas, com o intuito de não dar instrumentos à concorrência, e os artesãos qualificados são proibidos de emigrar.

It is unnecessary, I imagine, to observe, how contrary such regulations are to the boasted liberty of the subject, of which we affect to be so very jealous; but which, in this case, is so plainly sacrificed to the futile interests of our merchants and manufacturers. (Smith 376).

E resume as suas posições nos seguintes termos:

A great empire has been established for the sole purpose of raising up a nation of customers who should be obliged to buy from the shops of our different producers, all the goods with which these could supply them. For the sake of that little enhancement of price which this monopoly might afford our producers, the home-consumers have been burdened with the whole expence [*sic*] of maintaining and defending that empire. (Smith 377-78)

O texto de Bentham, *Principles of International Law*⁸ reflecte, em vésperas da Revolução Francesa, sobre a necessidade e a utilidade da aprovação de um código de leis universal, que garanta a paz entre as nações. A integração das várias partes que compõem este ensaio no todo está ainda sujeita a análise e disputa, como acontece com a maior parte dos textos de Bentham. Mas, não obstante as deficiências editoriais de que o texto possa padecer, a associação entre a guerra e os empreendimentos coloniais é estabelecida com clareza, e associada à recomendação de medidas de organização do estado tendentes a reduzir os prejuízos causados por ambas.

O texto não pode deixar de ser enquadrado pela teoria utilitarista, ou da maior felicidade do maior número possível de pessoas. Sem nos determos na sustentação filosófica da teoria utilitarista, importa no entanto compreender que, no horizonte do pensamento de Bentham, está um conceito de moral e de legislação que visa a universalidade da felicidade ou da utilidade, e não a defesa de interesses da nação britânica. Por isso começa, justamente, por defender um “código universal internacional” que tenha como objectivo “the common and equal utility of all nations” (Bentham 3).

A utilidade é o princípio que deve reger todas as nações, tanto internamente, em cada estado, como quando se procura articular um “código internacional universal”. A equidade e a probidade que devem orientar a conduta dos soberanos no plano interno, conduzindo à maior felicidade dos súbditos, devem

⁸ O texto utilizado está acessível ao público no *classical utilitarianism web site*, onde foi scanned a partir do volume 2 da edição de Bowring das obras completas de Bentham em 11 volumes, publicada entre 1838 e 1843. O texto *on line* contém, porém, um número considerável de erros ortográficos, resultantes decerto do processo de *scanning*. *Principles of International Law* é constituído por quatro ensaios: “Essay I: Objects of International Law, Essay II: Of Subjects, or of the Personal Extent of the Dominion of Law, Essay III: Of War, considered in respect of its Causes and Consequences, Essay IV: A Plan for an Universal and Perpetual Peace”. A numeração das páginas é seguida, de 1 a 31, e será seguida nas referências ao original. O texto passará a ser designado pela sigla *PIL*. A edição dos textos de Bentham sofreu, desde o início, inúmeras intervenções editoriais, estando ainda em curso, no University College, a fixação da edição das obras completas. Sobre os problemas autorais e editoriais do texto em apreço, ver no site <http://www.ucl.ac.uk/Bentham-Project/journal/hoogensn.htm#28b> o estudo de Gunhild Hoogensen, intitulado “Bentham’s International Manuscripts versus The Published Works”.

ser estendidas às suas relações com os outros estados, tendo em vista a felicidade de todos os cidadãos. Os princípios orientadores de um código internacional de leis serão vistos tanto pela negativa, como pela positiva, procurando-se um ponto de equilíbrio entre estes princípios. O “legislador desinteressado”, ocupado com “a lei internacional” terá sempre em vista “the greatest happiness of all nations taken together” (*PIL* 4). Seguindo o método que, em a *Fragment of Government*, considera “natural”, por oposição ao “técnico”⁹, define o princípio da utilidade como não cometer ofensas contra outra nação, tendo em atenção o bem-estar próprio, e como fazendo o maior bem possível a outra nação, ressaltando o interesse próprio. Aqui cada nação deve reconhecer os seus deveres. A lei internacional teria ainda em vista a utilidade em geral partindo do princípio de não receber qualquer dano de outra nação, salvaguardando o respeito pelo bem-estar dessa nação, ou recebendo o maior benefício de outras nações, salvaguardando o respeito pelo bem-estar dessas nações. Estes dois pontos referem-se aos direitos das nações.

Quando uma nação julga os seus direitos violados recorre, em geral, à guerra. Mas a guerra é, para Bentham, “an evil – it is even the complication of all other evils”, de modo que, em caso de guerra, devem ser tomadas todas as medidas que possam minorar o mal e sejam consistentes com o bem que se pretende obter (*PIL* 4). Importa, assim, criar um conjunto de princípios e procedimentos que impeçam ofensas internacionais positivas e encorajem a prática de ações úteis positivas. Um “crime positivo” é, para Bentham, uma ação perpetrada por uma nação sobre outra ou outras, que acarreta mais mal às outras do que bem à própria. Um embargo comercial, em que uma nação mais forte impede o comércio externo de uma mais fraca, sem que nenhum benefício advenha para a mais forte, e comportando extensos prejuízos para a mais fraca, seria uma situação deste tipo. Uma “ofensa negativa” é, para Bentham, a decisão de uma nação se recusar a prestar serviços positivos a uma nação estrangeira, quando ao fazê-lo traria muito mais bem à nação estrangeira do que mal a si própria. Por exemplo, não prestar ajuda em caso de calamidade ou acoitar criminosos perseguidos na outra nação, sem os levar à justiça.

⁹ O método “natural” é a organização que prende a atenção e motiva as pessoas. Em oposição, o método “técnico” é o que usam os juristas, “corrompidos por interesses ou seduzidos por ilusões”, que assenta em razões próprias da “arte” ou da “profissão”. (*FG*: 27-28 nota).

São muitos os motivos que podem levar uma nação à guerra. Quase sempre, a guerra é desencadeada quando uma nação pretende afirmar os seus direitos à custa de outra, e Bentham enumera as razões que, com maior frequência, deram origem a guerras entre nações. Estes motivos podem ser assumidos de má fé ou de boa fé, e giram em torno de direitos de sucessão a tronos vazios, perturbações internas em estados vizinhos, incertezas quanto a divisões de fronteiras, incertezas quanto à posse de territórios descobertos, invejas causadas por secessões, guerras em estados adjacentes, ódios religiosos. Importa, contudo, notar que Bentham parece isentar as populações de qualquer responsabilidade na precipitação da guerra, fazendo recair sobre o monarca a responsabilidade única de conduzir a nação à guerra: “The nation once bound – and it is the chief which binds it – however criminal the aggression may be, there is properly no other criminal than the chief – individuals are only his innocent and unfortunate instruments” (*PIL* 5).

Para obviar à tragédia da guerra devem ser tomadas medidas preventivas, que Bentham recomenda, bem de acordo com os conceitos que desenvolve em *A Fragment on Government*: a homologação de leis não escritas, mas consideradas estabelecidas pelo costume; a aprovação de novas convenções, ou seja, novas leis internacionais que clarifiquem todos os pontos duvidosos na relação entre os estados, susceptíveis de causar conflitos e, por último, aperfeiçoar o estilo de toda a espécie de leis, nacionais e internacionais. No ensaio 3, Bentham expande o que considera serem as causas e as consequências da guerra e recomenda medidas concretas para a resolução dos conflitos. Estas medidas passam pela liberalização do comércio, pela regulação, pelo estabelecimento de alianças defensivas, pela adopção de medidas limitativas do número do tropas a manter por cada estado, por acordos prévios quanto à descoberta e ocupação de novos territórios, pelo progresso da tolerância em assuntos de religião. Serão as “leis da paz”, as “leis substantivas no código internacional”. As leis da guerra serão as adjectivas, no mesmo código.

Para concretizar as leis da paz, Bentham desenha, no quarto ensaio desta obra, “A Plan for an Universal and Perpetual Peace”. O plano assenta em duas premissas fundamentais: a redução e fixação das forças das diferentes nações que compõem o sistema europeu, e a emancipação das colónias de cada estado. Subjacente ao projecto de uma paz universal e duradoura, está a relação entre a Inglaterra e a França. Boa parte da argumentação desenvolve-se em torno dos inconvenientes trazidos pela inimizade entre as duas nações e das vantagens

na sua adesão às medidas gerais que preconiza. Em ambos os casos, afirma o autor, não há qualquer vantagem na manutenção de dependências estrangeiras, não há interesse na celebração de tratados ofensivos ou defensivos com outras potências, não há interesse na celebração de tratados comerciais que excluam outras nações, não há interesse na manutenção de uma força naval senão a indispensável para defender o comércio contra a pirataria. Se as duas nações deixassem de se temer mutuamente, e concordassem naqueles princípios gerais de conduta do estado, estariam criadas as condições básicas para a paz na Europa. Quaisquer conflitos que eventualmente pudessem surgir seriam resolvidos num tribunal internacional, a ser criado com poderes de decisão, mas não de coacção. Por último, no caso da Inglaterra, teria que acabar o secretismo em torno dos assuntos internacionais, e estes passarem a poder ser objecto de debate público.

O primeiro ponto que é desenvolvido é o que diz respeito às colónias. A análise de Bentham parte de dois princípios: primeiro, que as dependências longínquas aumentam as hipóteses de guerra e, segundo, que as colónias não são fontes de receita para o país. As dependências longínquas aumentam os assuntos de disputa, as descobertas de novos territórios trazem problemas de direito à posse, a distância é um factor que obscurece os assuntos e diminui o interesse dos cidadãos da metrópole em caso de conflito. Contrariando a opinião generalizada¹⁰, Bentham entende que as colónias não são fonte de receita porque o comércio que a partir delas se desenvolve em nada enriquece a metrópole. Para ele, nos anos oitenta do século XVIII, a principal fonte riqueza da nação ainda é a terra, e todo o capital que dela seja desviado para a manufactura ou para o comércio é um empobrecimento. Assim, recomenda com veemência, que se abdique das colónias existentes e que não se funde nenhuma outra (*PIL* 18). As razões, sumariamente apresentadas, têm a ver com os interesses da metrópole, e com os interesses das colónias. No primeiro caso – o interesse da metrópole – porque pouparia as despesas dos exércitos coloniais e da administração ultramarina, diminuiria os riscos de guerra quando forçasse os colonos à obediência, pouparia as despesas de defesa das colónias em caso de ataque, pouparia as despesas de corrupção do governo local e das forças

¹⁰ Adam Smith é um dos pensadores que, como Bentham, contraria esta opinião e, em *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, desenvolve minuciosa argumentação contra a manutenção das colónias, no livro IV, capítulo VII.

militares, simplificaria a moldura do governo e poderia proporcionar mais facilmente competências de governação aos membros da administração e ao povo em geral. O interesse das colónias também ficaria bem servido com a sua emancipação, porque deixariam de sacrificar o interesse próprio ao da metrópole, e o auto-governo seria decerto muito mais eficaz do que o governo a distância.

No estilo lacónico que por vezes usa para sistematizar os seus principais pontos de vista, Bentham enumera as seguintes razões para o abandono das colónias:

- i. Interest of the mother country.
 1. saving the expense of the establishments, civil and military
 2. saving the danger of war –
 - for enforcing their obedience
 - on account of the jealousy produced by the apparent power they confer.
 3. saving the expense of defending them, in case of war or on other grounds
 4. getting rid of the means of corruption afforded by the patronage
 - of their civil establishments
 - of the military force employed in their defence
 5. simplifying the whole frame of government, and thereby rendering a competent skill in the business of government more attainable
 - to the members of government
 - to the people
- ii. Interest of the colonies
 - Diminishing the chances of bad government resulting from
 - Opposite interest
 - Ignorance.

The real interests of the colony must be sacrificed to the imaginary interests of the mother-country. It is for the purpose of governing it badly, and for no other, that you can wish to keep a colony. Govern it well, it is no use to you. (*PIL* 19)

Na impossibilidade de se acabar de repente com as colónias, Bentham recomenda medidas “aproximadas”: retirar todas as forças militares, cessar o financiamento a todas as administrações civis, cessar as nomeações para postos nas colónias, não financiar fortificações nas colónias. Outros tópicos, ou *propositions*, desenvolvidos pelo autor para sustentar a tese de que a paz universal é possível, desde que sejam tomadas as medidas adequadas, incidem na inutilidade dos tratados, ofensivos ou defensivos com outras nações, que envolvem sempre o risco de envolvimento em guerras, ou na inutilidade da celebração de

tratados comerciais. Neste ponto, regressa à argumentação sobre o valor fundamental da agricultura, e pronuncia-se contra a celebração de quaisquer tratados comerciais, contra qualquer limitação ao desenvolvimento de indústrias rivais ou imposição de taxas sobre elas. Em sintonia com Adam Smith, recomenda enfaticamente a remoção de todas as regulamentações proteccionistas, e advoga a total liberdade de comércio.

Uma das medidas mais inovadoras propostas por Bentham é a redução das forças armadas dos diferentes estados, por acordo entre todos. A redução da marinha inglesa fora já recomendada, e a utilidade desta medida confirmada pela política de abandono das colónias. Agora recomenda que as nações entrem acordos, publicamente, para reduzir as forças armadas e abandonarem as colónias. Neste projecto, que o próprio Bentham apelida de “visionário”, a parte mais “visionária” é a emancipação das colónias (*PIL* 22). Mas, se a França e a Inglaterra o decidissem, o mundo voltaria a ser como antes da descoberta da América, a Inglaterra não teria colónias, exércitos permanentes, guarnições distantes, e ficariam extintas as causas das guerras recentes.

Para Bentham, a tomada destas decisões não é uma questão de mero interesse económico. É uma questão de justiça e de moral. Os ingleses precisam de começar uma reforma moral, que dê ascendente à justiça antes da força. Sendo a nação mais forte do mundo, a Inglaterra exerceu a força, esquecendo a justiça. E Bentham, sempre confiante no poder legislativo, propõe então a constituição de um tribunal judicial internacional para a resolução de conflitos, não pela força, mas pela justiça.

Apreciar as características deste tribunal afastar-nos-ia demasiado do tema que nos propusemos tratar. Indirectamente, no entanto, a recomendação de que todos os procedimentos deste tribunal fossem públicos, a recomendação para que se decretasse, universalmente, a liberdade de imprensa e de opinião e que se levantasse o secretismo dos assuntos tratados a nível do ministério dos negócios estrangeiros, são medidas que, na óptica de Bentham, limitariam os riscos de guerra ou de quaisquer formas de apropriação ilícita de bens. Indirectamente, também, as considerações que tece relativamente à responsabilização dos políticos, ao que chamamos agora *accountability*, convergem para um conjunto de medidas de transparência e participação pública, que têm vista a reposição da justiça e da moral nacional.

As advertências de Adam Smith e de Jeremy Bentham não foram escutadas pelos seus contemporâneos. A independência das colónias americanas não

coarctou os desígnios imperialistas da Grã-Bretanha noutras partes do mundo, a Companhia das Índias Orientais continuou a operar ao longo do século XIX. Mas a consolidação do Império Britânico no século XIX trouxe a *Pax Britannica* ao mundo, após um século XVIII dilacerado por inúmeras guerras. Como Adam Smith previa, a América tornou-se a maior potência mundial, e como Jeremy Bentham antecipava, a Europa deixou, muito mais tarde, é verdade, de ser colonialista e uniu-se através de estruturas internacionais, de dimensão económica e jurídica.

É impossível especular sobre o futuro da Inglaterra e da Europa se as medidas preconizadas por Adam Smith e por Jeremy Bentham para acabar com as colónias no século XVIII tivessem sido adoptadas. Uma coisa é, no entanto, muito provável: não estaríamos aqui hoje reunidos, para reflectir em conjunto sobre o Império Britânico.

Bibliografia

- Arendt, Hannah (1968) *Imperialism. Part Two of The Origins of Totalitarianism*. A Harvest Book, Harcourt Brace Jovanovich, Publishers, San Diego, New York, London.
- Bentham, Jeremy (1789) *Principles of International Law*, in *Classical Utilitarianism Web Site*.
- (1990) *A Fragment of Government*. The New Authoritative Edition by J. R. Burns and H. L. A. Hart, with an Introduction by Ross Harrison. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hobsbawm, Eric (1975) *Industry and Empire*. Penguin Books, Harmondsworth.
- Smith, Adam (1998) *An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*. A Selected Edition. Oxford, Oxford University Press.

**A Raça e o Império: A Oscilação entre
o essencialismo estereotipado
e a ambivalência do discurso colonial**

Isabel Simões-Ferreira

A Raça e o Império: A Oscilação entre o essencialismo estereotipado e a ambivalência do discurso colonial

O discurso literário sobre o Império Britânico na Índia assenta num conjunto de isotopias temáticas que tende a sobrevalorizar o brilhantismo dos heróis da nação, guiados pela ética nobilitante do trabalho, da disciplina e da valentia perante situações de extrema adversidade. Se era, por isso, louvável por parte de militares e funcionários do *Indian Civil Service* sacrificar a saúde e a vida pelo Império, o mesmo já não se poderá dizer em relação aos casamentos mistos e à promiscuidade sexual que pudessem vir a pôr em causa a pureza da raça e a diferenciação cultural.

James Bryce, um intelectual liberal, político e diplomata vitoriano, chama-nos a atenção num ensaio publicado em 1901, intitulado “The Roman Empire and the British Empire in India”, para as semelhanças e dissemelhanças entre ambos os impérios. Muito embora sob o ponto de vista da organização política haja uma similitude a uni-los, uma vez que o British Raj pode ser considerado uma espécie de despotismo de estilo romano, o mesmo não se verifica relativamente ao domínio das relações interraciais. Enquanto a história do Império Romano conduziu a uma fusão de povos, a história do *British Raj* – escreve Bryce – impossibilitou essa fusão (Rich 23-24). De entre os factores apontados, são de salientar a questão do clima quente das planícies indianas que ditava a criação de acantonamentos e/ou estações de civis com regras de higiene e conduta social que prescreviam a separação entre os dois povos; a questão fulcral da cor da pele e os efeitos perniciosos produzidos pela miscegenação e, por último, a incompatibilidade social adveniente da posse de uma cultura e organização político-administrativa superiores por parte da raça anglo-saxónica. O pensamento de Bryce, ancorado num sistema de valores que corrobora e justifica a natureza do raciocínio dual que opõe os então chamados povos inferiores aos povos avançados, remete-nos para alguns dos estereótipos vigentes na

sociedade vitoriana em relação ao *Outro*, negro e/ou indiano, com base na construção discursiva de duas imagens antinômicas amplamente difundidas. Referimo-nos à figura do indiano primitivo e selvagem que vive nas zonas fronteiriças entre a Índia e o Afeganistão, alheio às regras da civilidade ocidental e, por outro, à figura do indiano indolente e fatalista que sucumbe aos desafios com que se vê confrontado.

Ora, o conceito de “raça”, como Robert Young nos adverte, é um construto cultural, político, científico e social que não pode ser desvinculado de contextos históricos específicos:

In the imperial phase, from the 1880s onwards, the cultural ideology of race became so dominant that racial superiority, and its attendant virtue of civilization, took over even from economic gain or Christian missionary work as the presiding, justifying idea of the empire. The two came together in the phrase with which the English began to describe themselves: the ‘imperial race’. Racialism was a cultural as much as a scientific idea, which we could call, after Walter Benjamin, ‘The Work of Culture in the Age of Colonial Reproduction’. (Young 92-93)

Nesta sequência, convém recordar que as atitudes raciais respeitantes à Índia nem sempre prescreveram a separação intransigente entre as duas raças. Nos séculos XVII, XVIII e inícios do XIX, a aceitação de casamentos mistos e a manutenção de amantes de castas altas indianas eram práticas correntes. Vivia-se numa sociedade de natureza cosmopolita, em que não se faziam sentir discriminações relativamente aos filhos destas ligações interracialis, os chamados euro-asiáticos. Contudo, com *Lord Cornwallis* (governador-geral entre 1786-1793) regista-se uma mudança significativa. Pela primeira vez, os jovens eram treinados para irem para a Índia em escolas inglesas especialmente criadas para o efeito, dando-se, assim, início ao quadro de funcionários da Companhia das Índias Orientais. Embora se procedesse ao ensino da história, do legado linguístico e cultural da Índia, numa perspectiva prática e fortemente dirigida para o exercício das suas funções, o importante a ter em conta neste contexto, segundo a óptica de George Bearce (39), é o desabrochar de um espírito de superioridade rática e responsabilidade para com um povo inferior, oriundo de um sentimento de grandiosidade imperial. Consequentemente, os euro-asiáticos foram afastados de quaisquer postos de responsabilidade da Companhia, quer se tratasse de cargos civis, do exército ou marinha.

Por outro lado, a ida de missionários, evangélicos e utilitaristas para a Índia, após a perda do monopólio por parte da Companhia, ajuda a cavar o

fosso entre ingleses e indianos. A partir de 1857 – data da Revolta dos Sipaios – ter-se-ia assistido, de acordo com a opinião expressa num jornal londrino da época, ao fim da idade romântica, a nível das relações entre ingleses e indianos, e ao início de uma nova era de realismo e caução (Royle 21). Se, por um lado, as autoridades militares não se opunham aos encontros de soldados com mulheres nativas, por outro, tentava-se manter a todo o custo o distanciamento entre a elite anglo-saxónica e os indianos. Por paradoxal que possa parecer o que está em causa em ambos os casos, segundo K. Ballhatchet (164), é a preservação de uma estrutura de poder que pudesse simultaneamente satisfazer a virilidade dos soldados e assegurar a singularidade e nobreza da raça anglo-saxónica. Além do mais, a antropologia darwinista e o movimento eugénico com vista ao fortalecimento e aperfeiçoamento da raça anglo-saxónica, subscrevem, por outra via, a proibição dos casamentos interracializados e advertem para o perigo da miscigenação. Tal como o anatomista Robert Knox escreve, em 1850, fazendo eco de um conjunto de vozes que com o tempo viria a ganhar cada vez mais importância: “Race is everything: literature, science, art – in a word, civilization, depends upon it.” (Young 93)

Num mundo de castas, dado a assimetrias sociais intransponíveis, os ingleses tornam-se, por assim dizer, uma casta aparte, em que a segregação racial na sua expressão mais íntima – a sexualidade – funciona como um meio poderoso de validar o prestígio e o poder do *Raj*.

Debrucemo-nos agora, após esta breve contextualização histórica, sobre a zona de intertextualidade entre o eco produzido por estas práticas discursivas de cariz eminentemente político, institucional e/ou pseudo-científico e o discurso literário sobre a Índia britânica, no sentido de analisar o monologismo e/ou dialogismo de vozes em torno da questão racial.

Para o efeito escolhemos uma autora de nome Helen Maud Diver (1867-1945), oriunda de uma família de militares ao serviço do *Raj* durante várias gerações e com experiência de vida no subcontinente indiano.

A sua obra, publicada entre o início do século XX e os anos 30, e que, por vezes, figura ao lado da de Rudyard Kipling, na lista dos *best-sellers* da época, atesta de forma surpreendente a ortodoxia da ideologia dominante, ao mesmo tempo que põe a descoberto as vicissitudes e ambivalência de discursos em relação à raça. Começamos, então, por prestar atenção a um dos seus romances, *Candles in the Wind*, publicado em 1909, cuja estratégia narrativa recorre à pedagogia do exemplo como, de resto, acontece com inúmeros outros romances

anglo-indianos, para explicar o desfecho trágico do casamento entre raças diferentes. Tal como o herói de *Candles in the Wind* nos explica:

[...] the half-caste out here falls between two stools, that's the truth. He has the misfortune to be neither white nor brown; and he is generally perverse enough to pick up the worst qualities of the two races, and mix them into a product peculiarly distasteful to both. (Diver, *Candles* 37)

Quando a jovem inglesa, Lyndsay, chega à Índia, a verdade é que ela desconhece a verdadeira identidade daquele que mais tarde viria a ser seu marido. Porém, a convivência do quotidiano e a descoberta da origem asiática de Videlle surgem como uma barreira definitiva para a felicidade e a compreensão mútua do casal. Ao serem descritos como duas naturezas antípodas no confronto de culturas e civilizações que opõem o Oriente ao Ocidente – “a month under one roof had only widened the gulf between two natures as antipodal as the East and West for which they stood.” (Diver, *Candles* 55-56) –, o narrador opta por um discurso maniqueísta, onde, como nos é dado observar, a distinção entre os conceitos de cultura e raça é esbatida por forma a estabelecer-se uma equivalência semântica entre ambos.

Daí que o sangue euro-asiático que corre nas veias de Videlle surja como uma potencial ameaça, um germe de degenerescência. Veja-se, nesta ordem de ideias, o desabafo de Lyndsay quanto à sua filha que acabara de nascer:

Not until the hidden hope had been made manifest did she realise how completely her cup of life was poisoned by the dark drop in her husband's blood, which she had willed to thrust out of thought, even, if possible, out of memory. [...] Above the puckered forehead a cloud of black hair – the dense uncompromising black of the East – seemed an ink blot on the prevailing whiteness. In vain Lyndsay argued that dark hair and eyes mattered nothing at all. Knowledge of their inner significance haunted her; knowledge that the moods, the shiftiness, the vacillations, that so irrevocably divided her from her husband, were almost certainly re-incarnate in his child. (Diver, *Candles* 206-07)

Apesar da aparência civilizada, Videlle não consegue esconder a sua essência que roça com o primitivismo das paixões – excessiva irritabilidade, raiva e ciúme – e os preconceitos da civilização oriental, um dos quais prescreve a valorização dos filhos varões em detrimento das filhas.

A morte é, pois, a solução apresentada por muitos destes romances para pôr fim aos enlaces interracialiais. *Candles in the Wind* não foge à regra. Videlle natu-

ralmente acaba por morrer, e Lyndsay fica livre para contrair matrimónio com Alan Laurence, que encarna o protótipo do herói diveriano de origem anglo-saxónica, enérgico, destemido no porte, sempre pronto a enfrentar o perigo e a actuar em condições de emergência. Mas, a nível deste desfecho trágico, a ideia do suicídio que aflora a mente de Videlle, ainda que, por virtude do destino, ele tenha morrido de cólera, joga ideologicamente, num contexto de valorização absoluta do sujeito colonizador, a favor da valentia do anglo-saxão *versus* a cobardia e o fatalismo do euro-asiático:

And now, once more, the idea of self-slaughter thrust itself upon him – in a new guise. No flash of inspiration masquerading as magnanimity; but the simplest possible method of escape from the unendurable; [...] He had spoken once of shooting himself; but weapons were not to his taste; and in these days suicide, like everything else, has been made fatally easy; the more so for a doctor, with all the needful drugs at command. Yes; that bare act would be simplicity itself; and he was Oriental enough to see neither shame nor horror in the idea. (Diver, *Candles* 346-48)

Paradoxalmente, o essencialismo desta linguagem estereotipada vê-se noutros dos romances de Maud Diver mitigado, até mesmo superficialmente anulado, se tivermos em atenção a intensidade do amor que une a escocesa, Chrystal Adaire a Sher Afzul Khan (*The Dream Prevails*, 1938) ou a profundidade de sentimento entre a indiana, Lilamani, e Sir Nevil Sinclair, de cuja união nasce um filho, alvo de atenção narrativa ao longo de três romances: *Far to Seek* (1921), *The Singer Passes* (1934) e *The Dream Prevails* (1938).

Partindo do pressuposto, tal como nos explica Roland Barthes, que o que “encerra a linguagem de amor é exactamente o mesmo que a institui: o fascínio” (28), perguntar-nos-emos o que é que no *Outro*, neste caso, se torna fetiche, subjuga e domina o(s) amante(s)? No caso de Chrystal é precisamente a destreza física, a coragem e a virilidade de uma natureza primeva:

The mere look of him [Sher Afzul] pleased her; his vigour and vitality, the physical ease and power that flowed from him, as if no army discipline could stiffen his suppleness or block the right of way from impulse to action. Lance was vital enough; but in Afzul there burned a spark of the untamed savage that any strong wind of provocation might blow into a flame. In the very element of danger there lurked a fascination that was lacking in the casual manner and schooled impulses of the modern young man.” (Diver, *The Dream Prevails* 302-03)

Tal como refere Jacques Lacan, “Não é todos os dias que encontramos o que foi feito para nos dar a imagem exacta do nosso desejo.” (Barthes 27) A linguagem estereotipada que opunha a bravura dos ingleses à cobardia de certas etnias indianas ou que fazia do heroísmo britânico uma fonte de admiração e encómio por parte das tribos guerreiras do Norte, com quem, de resto, nesta matéria se sentiam identificados, surge aqui ligeiramente enfraquecida, talvez mesmo, por momentos, deslocada, em virtude do discurso amoroso. Afinal, quem ganha a *gymkhana* – um dos passatempos desportivos que costumavam reunir a sociedade anglo-indiana em peso e onde os mais destros e destemidos punham à prova a sua perícia e valentia, não é Neil Desmond (o segundo mais bem classificado), ainda que pertença ao clã dos heróis diverianos, mas Sher Afzul.

O discurso orientalista é, na perspectiva de Edward Said, de um essencialismo sincrónico. Tal como comenta Homi Bhabha: “a knowledge of ‘signifiers of stability’ such as the lexicographic and the encyclopaedic.” (71). Contudo, essa fixidez intencional do orientalismo, enquanto sistema discursivo, consoante o que nos adverte Homi Bhabha, vê-se constantemente ameaçada pelo movimento diacrónico da história e da narrativa, pelos signos de instabilidade do texto. Afinal a ambivalência do discurso colonial de que Homi Bhabha nos fala e, como consequência, a ambivalência do estereótipo, que figura como a sua estratégia discursiva fundamental, é particularmente elucidativa do processo de enamoramento de Chrystal Adaire por Sher Afzul. Os traços distintivos que constituem Sher Afzul como objecto do discurso amoroso, embora estejam conotados com as promessas de realização sexual e as fantasias eróticas associadas ao Oriente, transcendem-nas pelo romantismo e subjectividade do próprio discurso amoroso. Dito por outras palavras, o que no *Outro* é objecto do meu desejo e é representado de forma estereotipada corresponde, no fundo, ao meu próprio desejo. Estabelece-se como que uma identidade entre o amante e o ser amado (o *Outro*) que, por virtude de tanto desejar, se torna parte integrante dele mesmo (amante):

É atopus o outro que amo e que me fascina. Não posso classificá-lo pois é precisamente o Único, a Imagem singular que veio miraculosamente responder à especialidade do meu desejo. É a figura da minha verdade; não pode ser integrado em qualquer estereótipo (que é a verdade dos outros). (Barthes 49)

A cena do fetichismo, segundo nos recorda Bhabha, “is also the scene of the reactivation and repetition of primal fantasy – the subject’s desire for a

pure origin that is always threatened by its division”. (75) Ora, Sher Afzul é o tal homem real – “the *real man*”¹ (Diver, *The Dream Prevails* 39) –, ou seja, o homem único, o homem dos sonhos de Chrystal que a completa e com o qual se identifica, e por quem está perdidamente apaixonada:

He danced with the ingrained Eastern sense of rhythm. If only he would not hold her as though she were made of glass. [...] This time Sher Afzul held her less cautiously, and she forgot all but her natural delight in dancing; [...] When it was over, she said, smiling, ‘You can dance.’ ‘Yes, I can,’ he quaintly agreed, ‘but I get no practice now. Another time – perhaps? You wouldn’t be afraid?’ ‘Certainly not.’ His pleasure was evident. ‘Not to be afraid,’ he said, ‘is the first law, for men and women, in our hills.’ ‘In ours too,’ she told him. ‘I come from the Scottish Highlands, where the clans were once as wild and free as your own’.” (Diver, *The Dream Prevails* 35, 40)

Só nesta óptica se pode entender que o desejo que os atrai e atinge a plenitude da descoberta possa destruir por instantes a divisão geográfica e cultural entre Ocidente e Oriente. “While it prevailed, they were not East and West, they were man and woman, created in the beginning for each other.” (Diver, *The Dream Prevails* 327)

Contudo, o romantismo da prosa diveriana opta por não prosseguir com a destabilização do estereótipo, levando-a até às últimas consequências. No final o impulso amoroso é racionalizado e ambos os amantes (Chrystal e Sher Afzul) decidem voltar aos seus respectivos meios de origem. Os vestígios de angústia advenientes da separação que, só por si, poderiam ser interpretados como factores de instabilidade do discurso de segregação racial não são suficientes para abafar de forma irremediável a estabilidade sincrónica do discurso orientalista de que nos fala Edward Said (1978).

Sher Afzul volta por uns tempos à sua terra natal, “where many Pathan maidens” – informa-o um dos seus amigos – “are being fitted to become wives of such as we.” (Diver, *The Dream Prevails* 399), e Chrystal fica, ao que parece, conformada com “her incipient love of Dixon, that held a promise of deeper, more lasting happiness”, já que um casamento de sucesso, segundo a opinião de Roy Sinclair, “hung on even bigger things than being in love.” (Diver, *The Dream Prevails* 390)

¹ A ênfase é nossa.

Neste limiar, perguntar-nos-emos o que teria levado Maud Diver a advogar uma união interracial em *Lilamani, a Study in Possibilities*, publicado, pela primeira vez em 1910 e reeditado em 1935? Como o subtítulo deixa entrever, as possibilidades em análise são o casamento entre Sir Nevil Sinclair, artista e aristocrata inglês, e Lilamani, filha de um nobre rajput, que dá à luz um rapaz, Roy Sinclair, isento do estigma associado à miscigenação. Em vez de ser descrito pejorativamente como um “half-caste”, Roy é considerado como alguém “of a double heritage”, possuindo “a two fold genius” (Diver, *The Dream Prevails* 23), “the spirituality of the East, the power and virility of the West, one whose destiny it may be to draw these mighty opposites nearer together.” (Diver, *Lilamani* 382)

Nenhuma outra mulher indiana é retratada por Maud Diver nos termos em que Lilamani o é. Ela figura como a síntese do que de melhor existe na feminilidade indiana. Personifica a Índia: “But I am India.” – declara a certa altura. “‘Sublimated essence of it’.” (Diver, *Far to Seek* 127) – responde-lhe o filho. A idealização a que Lilamani está sujeita torna-a uma espécie de musa inspiradora do trabalho artístico do marido, cuja fama como pintor depende do sentido de complementaridade e harmonia que se estabeleceu entre ambos. Mais uma vez, somos, então, levados a indagar o que é que, neste caso, teria tornado esta união um casamento de sucesso e a miscigenação, como vimos, símbolo de degenerescência e prenúncio da derrocada do Império, uma mais-valia?

No caso de Maud Diver a singularidade desta união e a semiose da homologia de planos entre as esferas doméstica e colonial é tributária de um propósito político maior. Michel Foucault (196) insiste que a relação entre o conhecimento e o poder ao nível do aparelho é sempre uma resposta estratégica a uma necessidade urgente num dado período histórico. Paralelamente, no caso em análise, a interrelação que, por sua vez, se estabelece – entenda-se não entre conhecimento e poder, mas entre amor e poder, é determinante enquanto tentativa de dar resposta a problemas de contextos históricos específicos. Repara-se que *Lilamani* é publicado em 1910, *Far to Seek* em 1921, *The Singer Passes* em 1934 e, por último, *The Dream Prevails* em 1938. Quer queiramos, quer não, estas datas coincidem com períodos de grande instabilidade política.

As reformas da autoria do vice-rei Lord Minto e do secretário de estado John Morley, datam de 1909, um ano antes da publicação de *Lilamani*. A vice-realeza de Lord Minto é particularmente marcada por uma onda de violência e atentados terroristas na sequência da partição de Bengala (1905) e da cons-

ciencialização política de uma classe média indiana ocidentalizada que se torna cada vez mais exigente. Quando o próximo vice-rei, *Lord Hardinge*, decide reunificar a província de Bengala, em 1911, pondo uma pedra sobre um dos principais problemas, obviamente que não consegue conter as aspirações nacionalistas hindus e muçulmanas.

Em segundo lugar, a I Guerra Mundial, em que os indianos lutaram corajosamente ao lado dos ingleses, não trouxe recompensas significativas a nível político. Pelo contrário, o governo responde com medidas repressivas, consubstanciadas nos conhecidos *Rowlatt Bills* (1919)² e com reformas constitucionais moderadas. Os tumultos na região do Punjab, nomeadamente o famigerado massacre de Amritsar (1919), e em várias outras regiões do subcontinente; a fundação do partido comunista indiano (1920) com repercussões a nível de agitação laboral em cidades como Bengala e Bombaim; e, sobretudo, a entrada de *Mahatma* Gandhi na cena política, fazem deste período anos quentes de insurreição e oposição ao Império Britânico na Índia.

Assim sendo, o romantismo diveriano que ultrapassa as dicotomias distópicas e maniqueístas em relação ao *Outro*, embora tenda a manter as dicotomias subalternizantes, espelhadas no comportamento submisso de Lilamani perante o marido, possuidoras de um significado político inegável, não pode ser desvinculado de um propósito claro: o de encontrar uma solução para apaziguar através do Amor as relações entre a Índia e a Inglaterra, já que pela via política era cada vez mais difícil, dada a crescente escalada da luta pela independência.

Só assim também se compreende porque é que o nascimento de Roy não pode ser desligado da sua dupla ascendência aristocrática, possuindo, de um lado, sangue normando e, do outro, sangue de rajputs: “his Norman blood was mingled with the blood of Rajput ancestors who claimed direct descent from the Sun.” (Diver, *The Singer Passes*, 4); “the blood of two virile races – English and Rajput –”. (Diver, *Far to Seek* 5) Esta qualidade em comum, sem pôr em causa o prestígio britânico, reequaciona a questão racial de modo a colocá-la num espectro mais vasto, porventura evocador das teses universalistas e

² Os *Rowlatt bills* são, por assim dizer, a chama que falta para atear o fogo, uma vez que dão ao governo Britânico poderes praticamente ilimitados para julgar os conspiradores e revolucionários, o que gera uma onda de violência e oposição por parte da *intelligentsia* indiana. (Burke and Quaraishi 179-180, 201-214)

humanistas do século XVIII, que saliente as afinidades em vez das diferenças, fazendo-a recuar ao passado mítico da raça ariana e às raízes de uma identidade cultural indo-europeia. Tal como Christine Bolt refere, “when the qualities of different races of men were equal no harm resulted; when they were unequal the deterioration of the higher race took place.” (23)

Como escreve Samuel Laing em 1862, a raça ariana é, por excelência, uma raça superior:

[...] the intellectual race, the race of science, art, poetry, philosophy, conquest, colonization and progress ... All Arian nations possess in a greater or less degree this divine faculty. [...] But where is the Negro who could have written the Ramayana or Mahabharata, or composed the grammar of Panini [...]. Yesterday the Greek, to-day the Anglo-Saxon, to-morrow the Russian or the Hindoo, who leads the van of Arian nations; and whoever is foremost of Arians, is foremost of the world. ” (Leopold 591)

A raça ariana torna-se, assim, símbolo de cultura e civilização, o que, por um lado, atenua o eventual choque produzido por este casamento interracial e, por outro, dignifica Roy – “a man of unusual quality”, de quem, aliás, se diz não notar “the East in him. One only feels it at times in a curious way.” (Diver, *The Dream Prevails* 318)

Quando Roy, mais tarde, viaja para a Índia, visitando a terra dos seus antepassados, Rajputana, descrita como um país de heróis e de poetas, e os Himalaias, regiões bem distantes do clima insurreccional que então se vivia em zonas geográficas sujeitas a um processo de europeização e industrialização mais intensos, fá-lo num espírito duplamente construtivo, o de se reencontrar consigo próprio e, através desse reencontro pessoal e da sua actividade como escritor, promover o entendimento entre a Índia e a Grã-Bretanha. A fusão a que aspira no plano histórico e político corresponde afinal à sua dupla herança genética.

O messianismo do projecto diveriano que radica, como vimos, na proposta de uma união interrácica, cujo significado é passível de se desmultiplicar em várias homologias de planos, participa, porém, de um elitismo que é incapaz de desestruturar a ortodoxia profunda da linguagem estereotipada, acabando na prática, por denotar a incapacidade de apresentar uma solução política viável para um espaço colonizado, com base na co-habitação e entendimento entre raças diferentes.

Bibliografia

- Bhabha, H. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1995 [1977].
- Ballhatchet, K. *Race, Sex and Class under the Raj*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1980.
- Barthes, R. *Fragmentos de um Discurso Amoroso*. Trad. Isabel Gonçalves, Lisboa: Edições 70, 1981 [1977].
- Bearce, G. *British Attitudes Towards India 1784-1855*. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- Bolt, C. *Victorian Attitudes to Race*. London: Routledge and Kegan Paul, 1971.
- Burke, S. and QURAIISHI, S. *The British Raj in India*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- Diver, H. *Candles in the Wind*. London: William Blackwood & Sons, 1923 [1909].
- _____. *Far to Seek*. London: William Blackwood & Sons, 1921.
- _____. *Lilamani*, London. William Blackwood & Sons, 1935 [1910].
- _____. *The Dream Prevails*. London: John Murray, 1939 [1938].
- _____. *The Singer Passes*. London, William Blackwood & Sons, 1934.
- Foucault, M. *Power/Knowledge*. Trans. by C. Gordon *et.al.*, New York: Pantheon, 1980.
- Leopold, J. "British Applications of the Aryan Theory of Race in India, 1850-1870", *English Historical Review*, vol. 89, 1974, 578-603.
- Rich, P. *Race and Empire in British Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- Said, E. *Orientalism*. London, Penguin Books, 1991 [1978].
- Young, R. *Colonial Desire*. London, Routledge, 1995.

Religião e Império:
***The Star in the East* (1809)**
e a polémica em torno das missões

Carla Larouco Gomes

Religião e Império: *The Star in the East* (1809) e a polémica em torno das missões

A análise do papel das missões nos primórdios do século XIX, apresentada neste trabalho, partiu do interesse pela relação entre religião e Império, e pretende reflectir sobre três questões principais. Teriam as missões como objectivo contribuir para a expansão do Império através da imposição religiosa e cultural? Ou, pelo contrário, seriam as suas ambições não só distintas, mas contrárias às dos defensores do Império? Por último, terão sido as missões um fenómeno independente, de natureza exclusivamente religiosa, alheias aos desejos dos entusiastas do Império, tendo apenas como objectivo propagar a religião cristã? Da mesma forma que os historiadores e estudiosos do Império não propõem uma resposta consensual a estas questões, também em inícios do século XIX as vozes que se faziam ouvir não soavam em unísono. O sermão *The Star in the East*, que o pastor anglicano Claudius Buchanan proferiu em 1809 em Bristol, foi exemplar da controvérsia em torno das missões. Buchanan expôs e contrariou as ideias dos críticos das missões, justificou e defendeu a sua natureza e objectivos, assim como fez a apologia da sua promoção em solo indiano.

Apesar da natureza complexa da relação entre missões e Império, unanimemente reconhecida pelos estudiosos, essa complexidade não conseguiu despertar mais do que um modesto interesse histórico e académico (Porter, Introduction 2; Etherington 1). Ainda assim, as divergências na abordagem desta temática, bem como as interpretações delas resultantes, sugerem diferentes leituras sobre o que significaram as missões no contexto do Império Britânico. Os estudiosos apologistas das missões salientaram o seu cariz humanitário, identificando nos seus opositores uma preocupação excessiva e exclusiva com a obtenção de lucro, à qual os objectivos dos missionários se opunham (Chancey 1). A cristandade não estava associada ao colonialismo nem ao poder político e não pretendia

fomentar atitudes imperialistas, embora o patriotismo dos missionários pudesse eventualmente facilitar o controlo imperial (Strong 23). Por outro lado, os historiadores e académicos com uma visão mais negativa das missões e dos missionários salientaram a sua imprudência, na medida em que estes não teriam em conta as consequências políticas das suas acções. Este grupo de estudiosos defendeu ainda que os interesses políticos representados pela Companhia Britânica das Índias Orientais (*East India Company*) apenas pretendiam salvaguardar a segurança da posição da Grã-Bretanha na Índia, e não fazer um ataque arbitrário às missões (Chancey 2).

No entanto, a visão negativa das missões não implicou sempre a apologia do Império, nem a análise da relação entre missões e Império se esgota no grupo pró e anti-missões. Tradicionalmente, os críticos do Império Britânico identificaram as missões não só como elemento, mas também como agente do imperialismo, da imposição colonial e da supressão das culturas indígenas (Strong 23). Na verdade, dependendo das circunstâncias, poder-se-ia revelar conveniente para as missões a associação ao Império, assim como uma relação mais estreita com o poder político, de modo a facilitar a acção dos missionários em locais mais hostis. Para além do mais, em inícios do século XIX, a interpretação do sucesso e crescimento do Império Britânico como resultantes da providência divina, constituía simultaneamente um sinal de que a nação tinha sido eleita para converter o mundo ao cristianismo (Etherington 6). Contudo, outras vezes, os missionários desejavam demarcar-se dos colonizadores devido à indesejável identificação que os nativos estabeleciam entre as missões e o poder opressor e imposição cultural (Strong 26). Por sua vez, a atitude dos governos coloniais relativamente às missões oscilava também, dependendo da eventual utilidade que estas pudessem representar na manutenção do poder e da autoridade colonial, bem como na promoção da ordem social, comércio e civilização ou, por outro lado, da ameaça que as ideias e práticas dos missionários poderiam constituir para os objectivos imperiais em determinado período e contexto (Porter, Overview 40).

Foi precisamente a consciência de que o estudo das missões e da sua ligação com o Império constituía apenas um esboço confuso e pouco delineado que reavivou o interesse histórico e académico sobre o assunto, para o qual terá também contribuído a obra de Brian Stanley, *The Bible and the Flag: Protestant missions and British Imperialism in the nineteenth and twentieth centuries*, de 1990 (Porter, Introduction 2, 6; Strong 22). Segundo este autor (151; 171-172), a

religião acabaria por ter implicações a nível imperial, embora a existência das missões não dependesse do Império, sendo o seu principal objectivo a luta contra a idolatria que constituía, aliás, um dever doutrinário. No entanto, seria impossível que nesse processo de cristianização os missionários se demarcassem da sua cultura. Da mesma forma, a indignação com práticas bárbaras de determinadas culturas indígenas, como o *sati* e o sacrifício de crianças na Índia, bem como a conseqüente luta para que fossem abolidas, conduzia inevitavelmente à adopção de atitudes e medidas imperialistas.

Também Andrew Porter salientou a natureza ambígua e mutável da relação entre missões e Império. Segundo Porter (Overview 50-54), entre finais do século XVIII e a década de 1830, os missionários afirmavam ser cumpridores de um desígnio divino e pretendiam distanciar-se de associações ao Estado e a um imperialismo cultural, de modo a serem aceites pelos nativos, ficando assim facilitado o impacto da sua acção. Só já perto de meados do século XIX é que a atitude de autodefesa e justificação do papel das missões viria a sofrer uma alteração, tornando-se mais ofensiva e opressora, e invocando o poder do Estado para ultrapassar eventuais barreiras que dificultariam o seu progresso.

Posteriormente, já em inícios do século XX, a distância entre religião e Império voltaria a ser notória. Também contrariando a interpretação das missões como meios ao serviço da expansão do imperialismo, o que considerou uma “visão monocromática sobre a questão”, Rowan Strong (28-31) defendeu que o sucesso das missões dependia da cooperação local e não tanto de uma atitude imperial inflexível, assim como a promoção da mudança cultural não implicava necessariamente a existência de imperialismo, uma vez que, independentemente da sua relação com o Império, os missionários pretendiam, em primeiro lugar, promover a cristandade. A expansão das missões começara muito antes do desenvolvimento do Império Britânico e continuou para além dele. Com esta interpretação concordou também Norman Etherington (1), que escreveu: “Just as the history of British Empire can be written without much attention to missions, the history of missions can be written without much attention to the Empire”. No entanto, o autor (3-4) não deixou de reconhecer que, embora de natureza e objectivos distintos, tanto as missões como o Império contribuíram para a modernização, globalização e hegemonia da cultura ocidental. Tal facto acabaria por causar a inevitável leitura das missões como meios de propaganda imperialista, ainda que a defesa da instrução dos nativos feita pelos missionários tenha vindo a representar uma ameaça para o

Império, uma vez que os povos locais começariam a contestar determinadas práticas e atitudes colonizadoras (Etherington 10).

A dificuldade dos estudiosos em propor uma análise consistente e consensual sobre a relação entre as missões e a expansão do Império não permite, ainda, responder às questões colocadas no início deste artigo, sobre em que medida a sua co-ocorrência se interligava e um potenciava ou, pelo contrário, constituía um atrito para o *Outro*, ou ainda, se terão sido processos com pouca ou nenhuma relação directa entre si. Assim, parece agora necessário olhar mais de perto para as circunstâncias históricas que subjazeram a *The Star in the East*, bem como proceder à análise do sermão.

Desde o seu início, nos primeiros anos do século XVII, que a Companhia funcionava de forma autónoma, com uma interferência muito ténue da coroa. No entanto, em finais do século XVIII, em 1784, o primeiro-ministro William Pitt aprovou uma lei que limitava o poder da Companhia a favor do Estado. Apesar disso, o apelo em 1793 de William Wilberforce, membro do parlamento, para que a Companhia promovesse as missões nos locais sob sua alçada foi infrutífero, pois os objectivos dos missionários foram considerados perigosos para a posição do Estado na Índia. No entanto, foi também nesse ano que os primeiros missionários dissidentes britânicos, William Carey e John Thomas, chegaram à Índia, originando, por um lado, a preocupação dos anglicanos apologistas das missões e fortalecendo, por outro lado, os argumentos dos seus críticos, pois passariam a associar as missões a movimentos dissidentes que, para além de minarem o Império e o poder da Companhia na Índia, destruiriam igualmente a Igreja de Inglaterra (Chancey 9-10). No seio da Igreja Anglicana as missões não pareciam também ser uma prioridade; a ala evangélica pretendia fomentar uma reforma social e religiosa, enquanto a ala Anglicana se preocupava com o crescente aparecimento de igrejas dissidentes em Inglaterra e inevitáveis consequências para a Igreja oficial (Chancey 2-3). Assim, a promoção das missões na Índia sem o apoio oficial da Igreja de Inglaterra e com a resistência e críticas constantes por parte da Companhia das Índias, parecia um objectivo difícil de concretizar, obrigando os missionários a uma luta permanente pelo que consideravam ser fundamental – a expansão da cristandade na Índia. Por fim, em 1813, uma lei aprovada no Parlamento não só autorizou a entrada oficial das missões na Índia como, com a nomeação de um bispo para Calcutá, pretendia facilitar o trabalho dos missionários em solo indiano (Etherington 15; Yates 486). Contudo, e apesar do incremento da acção

missionária na Índia após esta data, a relação entre missionários e colonizadores continuou tensa, sendo o sucesso das missões mais notório em locais não abrangidos pelo controlo directo da Companhia (Frykenberg 109-112).

O esforço missionário desenvolvido pelos dois dissidentes desde a sua chegada à Índia, viria a merecer a admiração de Claudius Buchanan, pastor enviado para o país em 1793, onde permaneceria até 1808. Buchanan insurgia-se contra a preocupação excessiva com o lucro por parte dos membros da Companhia, tendo os seus escritos obtido uma vasta popularidade numa Grã-Bretanha onde as questões de ordem social começavam a despertar interesse (Chancey 12-13). Na verdade, sobre a relevância da Buchanan para o sucesso das missões na Índia, Shenk (9) escreveu:

Buchanan's research writing and proposals contributed for the Parliament to allow in 1813 to change charter to allow missionaries work in India and the founding of an Ecclesiastical establishment, after the first attempt in 1793.

Para além disso, a decadência dos valores morais na Índia, ou mesmo a sua total imoralidade, e práticas supersticiosas como queimar as viúvas juntamente com os corpos dos falecidos maridos e o sacrifício de crianças, preocupavam Buchanan; o autor criticou a aparente cisão entre Igreja e Estado na Índia britânica, e defendeu que uma presença anglicana no país permitiria à Igreja de Inglaterra o controlo sobre os missionários dissidentes (Chancey 5-6). No sermão *The Star in the East*, Claudius Buchanan não se limitou a fazer a apologia das missões na Índia sob o ponto de vista religioso. O autor defendeu também os objectivos das missões contra os ataques dos seus opositores, sobretudo membros da Companhia, fazendo um paralelismo entre missões e Império, ainda que indirecto e apenas em determinados pontos do seu discurso. Esse paralelismo acabaria por ser um sinal, no entanto, de algumas incongruências importantes no seu pensamento que, intencionais ou não, seriam fruto da polémica que se instalara relativamente a esta questão.

O contacto directo de Claudius Buchanan com a Índia terá contribuído para que o autor defendesse a necessidade de evangelização dos nativos indianos. Segundo o autor (Star 4-5), depois da honra de anunciar o nascimento de Cristo ao mundo, por cumprimento da vontade divina, o Oriente havia passado, e encontrava-se ainda, num período de obscurantismo e decadência moral. No entanto, e apesar do ambiente de idolatria e corrupção, seriam evidentes os sinais a justificar a intervenção missionária, de modo a tornar-se

a Índia um testemunho da verdade religiosa e da origem divina da fé cristã (Buchanan, Star 5-9). Desses sinais destacavam-se as semelhanças entre a História Hindu e o Evangelho, nomeadamente na referência à estrela da anunciação, e a influência que determinadas doutrinas do Ocidente tiveram no Oriente, como a da Trindade, da encarnação de Cristo, o sacrifício para a remissão dos pecados e a crença no “espírito divino”. A concretização no Oriente da profecia divina sobre as perseguições aos Judeus, mesmo sem o conhecimento da mesma por parte dos nativos, assim como a resistência dos Sírios num ambiente hostil e de degradação, seriam igualmente prova da execução de uma sentença divina. Buchanan lembrou ainda que, apesar da existência prévia de missões católicas romanas na Índia, a Cristandade por essas representada não seria a autêntica, pois não faziam o uso da Bíblia como instrumento de conversão, o que permitira manter e propagar a ignorância e superstições de que também, antes da sua libertação da Igreja de Roma, Inglaterra havia sido vítima (Buchanan, Star 11). Assim, o cumprimento dos desígnios divinos terá sido apenas parcialmente concretizado pela Igreja de Roma.

Apesar de não se opor à divulgação da Cristandade por outras Igrejas, com doutrinas e organização diferentes, Buchanan (Colonial 12) expressou claramente na sua obra *Colonial Ecclesiastical Establishment*, de 1813, a necessidade de afirmação da Igreja de Inglaterra como legítima sucessora da Igreja de Roma no que dizia respeito à evangelização do Oriente. Nessa obra o autor salientou, para além da evangelização sem recurso à bíblia, a decadência progressiva e as superstições da Igreja Católica, tal como defendeu o poder da Grã-Bretanha, bem como os meios de que dispunha, para a promoção do cristianismo. Nunca deixando de afirmar a evangelização como objectivo principal, motivo pelo qual qualquer acção nesse sentido por parte de outras igrejas deveria também ser aceite, Buchanan (Colonial 15) destacou a abordagem liberal que a Igreja de Inglaterra adoptaria nesse processo, pois teria sempre em conta as circunstâncias, o que permitiria alguma flexibilidade religiosa desde que em conformidade com os preceitos da Igreja primitiva. Depois de um primeiro contacto com a verdade religiosa contida nas Escrituras, graças à acção das Igrejas protestantes da Dinamarca e Alemanha, cabia agora à Grã-Bretanha a missão de evangelizar o Oriente. Com o intuito de persuadir os críticos das missões a aceitar a disseminação das mesmas, Buchanan (Star 13) lembrou que, apesar de o homem ser detentor dos meios para promover a religião cristã, não detinha o poder de realizar a acção inversa, ou seja, de constringer a propagação do

Cristianismo, ainda que assim o desejasse, e afirmou ainda que a ignorância constituía o principal motivo da polémica em torno das missões. Enquanto a polémica se instalava, já diferentes grupos de protestantes concretizavam o objectivo comum de evangelizar o Oriente, onde os nativos seriam alheios a tais controvérsias, pois a luta que ali se travava era entre a luz e as trevas e não entre membros da mesma Igreja Cristã. Assim, Buchanan (*Star* 21) escreveu: “(...) the time for diffusing our religion in the East has come”. O consenso entre aqueles a que o autor chamou “homens de bem”, o sucesso crescente das acções missionárias, a crença nas profecias das Escrituras, a tradução da Bíblia para várias línguas, mas principalmente o ataque dos infiéis à religião do Novo Testamento, assim como a convulsão que se fazia sentir em muitas nações cristãs, exigiam que fosse a Grã-Bretanha a principal evangelizadora (Buchanan, *Star* 22-24). O facto de a Grã-Bretanha ter sido poupada a essa convulsão, ao caos que assolava a Europa, representava o sinal de que havia sido a nação eleita para propagar a Cristandade, de que seria o meio através do qual a palavra de Deus se faria ouvir; e o facto de ter sido eleita representaria precisamente uma espécie de recompensa pelo esforço realizado em manter a religião Cristã.

Buchanan lamentava o facto de na Grã-Bretanha a religião se encontrar em segundo plano, a que estaria associada a “doença moral” da Igreja de Inglaterra, e lembrou que a religião e o país dependiam um do outro, o que significava que salvar um deles representava salvar os dois. No entanto, era da religião que dependia essa salvação, não o contrário; a grandeza do Império e do comércio não influenciava as determinações divinas, mas constituíam antes sinais das mesmas (Buchanan, *Star* 25-26). Seria este um argumento de Buchanan contra o Império? Parece claro que para o autor, como para uma grande parte dos seus contemporâneos, apologistas ou opositores das missões, estas não representavam uma ferramenta de expansão do Império. A questão, aliás, não seria abordada sob essa perspectiva; o que interessava apurar era se as missões poderiam representar o oposto, ou seja, se constituíam ou não, um entrave para o Império. Apesar de desvalorizar a sua grandeza e importância para a situação de relativa paz no país, Buchanan não pretendia insurgir-se contra o Império, mas defender o papel fulcral da religião, especificamente das missões, não só na expansão do Cristianismo, mas na sobrevivência e salvação do país. Não deixa de ser verdade, no entanto, que fazer depender a salvação do país da acção da religião, e não da eficiência do poder político, poderia contribuir para o enfraquecimento da noção de Império. No entanto, Buchanan

parecia acreditar na eficácia dos seus argumentos que, embora não sugerindo serem as missões aliadas do Império na concretização dos seus objectivos, também rejeitavam a opinião de que estas poderiam representar um potencial inimigo. Em *Colonial Ecclesiastical Establishment*, Claudius Buchanan viria a desenvolver as suas ideias sobre esta temática e estabeleceu uma relação mais estreita entre missões e Império. Segundo o autor (Colonial 103), a segurança da posição da Grã-Bretanha na Índia dependia em grande medida da opinião dos nativos sobre o Império Britânico, opinião essa que teria mais probabilidades de ser positiva se houvesse unidade religiosa e ambos os países professassem a mesma religião. Assim, a difusão do Cristianismo seria favorável ao sucesso do Império britânico na Índia, que se tornaria mais vulnerável sem a acção das missões. Ao contrário do que os seus críticos temiam, as missões não incitariam à rebelião, pelo contrário, despertariam um sentimento de gratidão por parte dos nativos. Buchanan (Colonial 119) escreveu em *Colonial Ecclesiastical Establishment*:

(...) the establishment of our Church in India would be a constant source of respectability to the national character; would supply a useful correspondence with the mother country; and would establish a new ground of attachment and respect on the heart of the natives.

Buchanan afirmou ainda que o silêncio do governo britânico relativamente a práticas sanguinárias na Índia, contra as quais as missões se insurgiam, constituía uma desonra para a Cristandade, assim como uma fraqueza na aplicação dos princípios da lei inglesa na Índia, apelando a uma intervenção política imediata.

Buchanan parecia assim acreditar na dívida da política à religião, do Império às missões, não por os segundos fomentarem os primeiros, mas por tornarem possível o seu sucesso. Sobre a relação entre política e religião Buchanan (Colonial 137) escreveu:

The subjects of commerce, of revenue, and of extension of our local dominion, are entitled to the serious and frequent attention of the Legislature: but the extension of TRUTH in the world, and of happiness, its attendant, is not inferior in importance to these; and the consideration of *this* subject upward of two centuries ago, laid the foundation of our present greatness as a nation.

Assim, tendo em conta as reflexões dos estudiosos, o contexto político-religioso e o contributo de Buchanan, poder-se-á concluir que, nos primórdios do século XIX, a religião concretizada nas missões seria neutra relativamente

à acção do Império, uma vez que não tinha o objectivo de impor obstáculos à sua influência e desenvolvimento ou de, por outro lado, aliar-se ao poder político na empreitada pela sua expansão. No entanto, ao salvar o país da decadência permitira a origem e posterior consolidação da noção de Império. Essa salvação constituía uma graça pela manutenção da religião, mas implicava também o dever de expandir a Cristandade, objectivo que as missões se encarregariam de cumprir. Desta forma, os argumentos de Buchanan baseavam-se na crença no dever providencial da Grã-Bretanha, que Andrew Porter (Introduction 10) tão bem sumariou da seguinte forma:

As a divinely favoured nation, possessing in its empire as in its wealth, its political stability and its victory at Trafalgar, marks of that favour, Britain was widely held to have a reciprocal obligation to promote the spread of Christianity.

Bibliografia

- Buchanan, Claudius. *Colonial Ecclesiastical Establishment*. London: Cadell and Davies, 1813.
- _____. *The Star in the East*. New York: William and Whithing, 1809.
- Chancey, Karen. “The Star in the East: the controversy over Christian missions to India, 1805-1813”. Article from *The Historian*. 1998. <http://www.highbeam.com>. 15/11/08.
- Etherington, Norman. Introduction. *Missions and Empire*. Oxford: OUP, 2008. 1-18.
- Frykenberg, Robert Eric. “Christian Missions and the Raj”. *Missions and Empire*. Ed. Norman Etherington. Oxford: OUP, 2008. 107-131.
- Porter, Andrew. “An Overview, 1700-1914”. *Missions and Empire*. Ed. Norman Etherington. Oxford: OUP, 2008. 40-63.
- _____. Introduction. *Religion Versus Empire? British Protestant Missionaries and Overseas Expansion, 1700-1914*. Manchester: Manchester University Press, 1994. 1-14.
- Shenk, Wilbert. “The Legacy of Claudius Buchanan. (missionary)”. Article from *International Bulletin of Missionary Research*. 1994. <http://www.highbeam.com>. 15/11/08.
- Stanley, B. *The Bible and the Flag. Protestant Missions and British Imperialism in the nineteenth and twentieth Centuries*. Leicester: Apollos, 1990.
- Strong, Rowan. “Anglicans and Empire: Historical Interpretations”. *Anglicanism and the British Empire, c. 1700-1850*. Oxford: OUP, 2007. 10-40.
- Yates, T.E. “Anglicans and Missions”. *The Study of Anglicanism*. Eds. Stephen Sykes, John Booty and Jonathan Knight. London and Minnesota: SPCK/ Fortress Press, 1998. 483-496.

**The Colonial Dromosphere:
Speed, Transmission and Prosthesis
in Colonial India**

Christopher Pinney

The Colonial Dromosphere: Speed, Transmission and Prosthesis in Colonial India

It is reliably reported that a mutineer on his way to his execution in north India in 1858 pointed to a telegraph line and described it as ‘the accursed string that strangles us!’¹ The Urdu poet Ghalib also understood telegraphy’s peculiar power, writing that ‘with their magic, words fly through the air like birds’². The telegraph was invented in India in 1839 (it was also invented, quite independently, by Samuel Morse in north America two years earlier) and originally made its telepresence felt through an electrical pulse delivered through the fingertip. By 1907 its telepresence would be conflated with that of photography (for 1907 was the date of the first transmission of a photographic image by telegraphy). Photography, let us recall has a curiously parallel history for it was also in 1839 that both Daguerre and Fox Talbot made public their competing technologies.

In India the relationship between telegraphy and photography was peculiarly intimate, in large part because of the role played in both domains by Assistant Surgeon William Brooke O’Shaughnessy one of the earliest enthusiasts for photography in India and subsequently Director-General of Indian Telegraphs (1852-61).³ It was O’Shaughnessy who reported – in October 1839 – to a meeting of the Asiatic Society on his experiments with

¹ Mel Gorman ‘Sir William O’Shaughnessy’ p. 599

² cited in William Dalrymple, *The Last Mughal: The fall of a Dynasty, Delhi 1857*. (London, Bloomsbury, 2006). p. 131

³ Cf M. Gorman, “Sir William O’Shaughnessy, Lord Dalhousie, and the Establishment of the Telegraph System in India”, *Technology and Culture* Vol. 12, No. 4, October 1971, pp. 581-601

the new *photogenic drawing* ‘which was exciting so much attention’⁴ in Europe. It was O’Shaughnessy who can claim the crown of having introduced photography into India. Six months earlier, in April and May, 1839, O’Shaughnessy had erected ‘the first *long* line of Telegraph ever constructed in any country’. Starting in the house of Dr Nathaniel Wallich⁵ the Superintendent of the Botanic Gardens of Calcutta, founder of the Indian Museum, the line was twenty-one miles in length, with 7,000 feet of river circuit. O’Shaughnessy’s experiments performed on this line removed, as he subsequently wrote ‘all reasonable doubts regarding the practicality of working Electric Telegraphs through enormous distances’ a possibility he tells us which was initially ‘generally [regarded] with contemptuous skepticism’.⁶

Telegraphy, photography and the railways (which I will also consider today) were key players in the emergence of what, following Paul Virilio, we might call the colonial “dromosphere”, *dromo* here signifying the race that the speed of transmission inaugurated. Telegraphy would transform humans into what Virilio calls “body terminals”, interactive beings that were both transmitters and receivers. Photography’s “freeze-frame” would facilitate the extension of a prosthetic colonial superbody, and the railways facilitated a fluidity and speed that enslaved Indians: “iron roads means iron chains” as one Indian journalist put it in 1884 (Bipin Chandra p. 86).

All three technical practices contributed to what many Indian nationalists increasingly saw as a form of *dromospheric contamination* a dangerous new “public rhythmic”. Characterised by instantaneity, the loss of *the optical density of landscape*, and a spatial normalisation, the dromosphere for many Indian intellectuals, as much as later for Paul Virilio, was built upon a forgetting of *the essence of the path, the journey* (p.23).

⁴ *The Calcutta Courier* 3rd October 1839.

⁵ Who ‘saw at a glance the marvellous future) which these and simultaneous experiments in other countries foretold, and with his high name he protected the experimentalist from much of the derision which his attempts excited in the community of Calcutta’. W. B. O’Shaughnessy *The Electric Telegraph in British India: A Manual of Instruction for the Subordinate Officers, Artificers and Signallers Employed in the Department*. (London, by Order of the Court of Directors, 1853), p. iiiii-iv.

⁶ W. B. O’Shaughnessy, *The Electric Telegraph in British India*, p. iii.

Telegraphy: The Ubiquity of Government

In 1850, the Court of Directors enquired of the Military Board of Bengal what the potential of the new invention might be. In the next year a 30 mile line commenced and opened in Diamond Harbour, within a few months it had been extended to 80 miles and 'in March 1852, the rivers Hooghly and Huldee were crossed and the line from Calcutta to the sea opened for official and public correspondence.'

Within a few weeks of this the Second Anglo-Burmese War broke out and as O'Shaughnessy recorded 'the services of the telegraph were thus brought into instant and practical requisition.' A 'steam-frigate, bringing intelligence of the first operations of the war, had not passed the flagstaff of Kedgerree [a village near the mouth of the Hoogly]... when the news of the storming and capture of Rangoon was placed in the hands of the Governor-General in Calcutta, and posted on the gates of the Telegraph Office for the information of the public.'⁷ The Editor of the *Friend of India* upon learning of the success of the Calcutta-Kedgerree line wrote ecstatically about the prospect of an 'instantaneous communication' which would make of India 'one magnificent city...The telegraph will give a character of ubiquity to the Government.'⁸

Just days after, Lord Dalhousie, as Governor of Bengal proposed the construction of lines to Calcutta, Agra, Bombay, Peshawar, and Madras. 'If addition of its political value were required' Dalhousie wrote, 'it would be found in recent events, where the existence of an electric telegraph would have gained for us days when even hours were precious, instead of being dependant for the conveyance of a material portion of our orders upon the poor pace of a dâk foot runner.'⁹

The telegraph was essential to the British response to the Uprising of 1857, a fact to which the mutineer with whom I opened this talk alerted us. Earl Roberts memorably sketches the theatrical moment in Peshawar when the telegraph brought intimations of the cataclysm unfolding on the other side of India: '...as we were sitting at mess, the telegraph signaller rushed in breathless with excitement, a telegram in his hand, which proved to be a message from

⁷ W. B. O'Shaughnessy, *The Electric Telegraph in British India*, p. iv-v.

⁸ Cited by Mel Gorman, 'Sir William O'Shaughnessy' p. 596-7

⁹ W. B. O'Shaughnessy, *The Electric Telegraph in British India* pxi

Delhi ...conveying the startling intelligence that a serious outbreak had occurred at Meerut the previous evening...'¹⁰ Robert Montgomery in Lahore commented that 'Under Providence, the Electric Telegraph saved us.'¹¹

The role of the telegraph in precipitating the revolt also quickly became a key element of imperial historiography. The Comtean positivist, Harriet Martineau, writing in 1858 presented an Indian fear of telegraphy as *xeno-techne* as symptomatic of a pre-scientific mentality, a trope which would be endlessly repeated by other writers. 'The European railway, telegraph, and other magical arts introduce into India much more than themselves' she wrote. 'They introduce an experience subversive of ideas and practices, which would in natural course have taken centuries to dissolve and abolish.'¹² Even the liberal historian Edward Thompson would write in 1935 'Inventions such as the railway and the telegraph, suggested to the lower castes that the foreigners possessed occult knowledge hidden from the Brahman.'¹³ *The Illustrated London News* reported

¹⁰ Earl Roberts of Kandahar, *Forty-One Years in India* London: Macmillan, 1905 p.34.

See also John McCosh, *Advice for Officers* (London, W.H. Allen, 1856), p. 103: 'The electric telegraph is now open all over India. The events at any one Presidency are known at any other presidency an hour or two after they have taken place'.

¹¹ Mel Gorman 'Sir William O'Shaughnessy' p. 599

¹² Harriet Martineau, *Suggestions towards the Future Government of India* London: Smith, Elder & Co. 1858 p.32. Martineau continues, elaborating a metaphor which would have fascinated Walter Benjamin: 'A Brahmin broke the microscope long ago. He could thus disguise from himself, and conceal from his neighbours, the vanity of their endeavour to abstain from destroying life and swallowing animal substances. He might persuade himself when the microscope was destroyed, that the animated world he had seen in a drop of water was a dream or a temptation; but when it comes to a railway train moving through a hundred miles of villages, or of a telegraph enabling men on the Indus to talk to men at the mouth of the Ganges, the case is beyond Brahmin management; and we ought to prepare for the hostility of all who live under Brahmanical influence. I must refer again, though I have done it more than once before, to the significant fact that, for some years past, there has been a controversy in Hindostan Proper, as to how far the accommodation of the rail will lessen the merit of pilgrimage. From year to year the Hindoo notions of virtues and expediency have been more and more shocked and encroached upon by the introduction of our arts among a people who would not otherwise have attained them for centuries to come. They see that there is no chance for their adored immutability, their revered stagnation, their beloved indolence where the English magic establishes itself'

¹³ Edward Thompson and G. T. Garratt, *Rise and Fulfilment of British Rule in India* London: Macmillan 1935, P.442

in November 1857 that at Meerut the cast iron sockets of telegraph posts, strengthened with electric telegraph wire, formed the basis of hastily constructed canons which were loaded with small pieces of telegraph wire as shot.

India was transformed by its national telegraphic system, but the completion of the Ocean Telegraph connecting India and England in 1870 would deterritorialise it in even stranger ways. J. C. Parkinson, author of the classic contemporary account (1870) makes much of the ways in which high speed telepresence disrupted familiar chronotopes. He notes how at a function on board the *Great Eastern* before she left India the prediction had been made that someone telegraphing from Bombay would be able to rely upon his message arriving at about the same time in London (allowing for the 5 and one half hours time difference between the two countries). This had elicited much congratulatory applause, but little did those who clapped know that speeds would be greatly increased such that messages would arrive in London some hours prior to their despatch from India. A telegram despatched from Bombay at 1214pm arrived at London at 0914am the same morning, one sent at 1124 am from Bombay reached London at 0823 am and so on. Indeed, the temporal distance between Bombay and London was less than the distance within a single building in Bombay: “the statement that a transfer of a message from the part of the office in which it is perforce received at Bombay, to the instruments of the British-Indian Cable Company under the same roof, has been known to occupy more time than it takes to forward the same message from India to London, will sound remarkable to English ears”.

One consequence of the dromosphere was hence to make time in the periphery flow more slowly. Bombay London distance was collapsed by telepresence, but the perambulations of an office peon were still ponderous. The new vectors of telepresence and the emergence of the colonial dromosphere provide a useful context for considering Rabindranath Tagore’s pre-occupation with different time regimes.

Consider for instance a letter from Shazadpur in July 1893 in which the experience of time becomes a mode of ethical articulation. He writes that: “The flow of village life is not rapid, neither is it too stagnant. Work and rest go together, hand in hand. The ferry crosses to and fro, [and] the passengers with umbrellas wend their way along the tow-path...” Tagore then gives a description of women washing rice, ryots arriving with bundles of jute, two men chopping wood and the village carpenter repairing a boat before he

concludes that the different sounds all these activities produce “do not seem out of harmony with murmuring leaves and singing birds, and all combine like moving strains of some grand dream orchestra” (1921:113). In June of the following year he writes a letter that provides his most elaborate meditation on the colonial dromosphere and makes for an interesting contrast with the British-Indian cable Company’s ability to (as Virilio might say) “arrive before setting out”. Away from Calcutta, he observes, “the clocks do not keep ordinary time [and] duration is measured only by the intensity of feelings “ and where “moments change into hours and hours turn into moments” (1921:130). This sets the scene for his narration of a “Persian story” that he recalls from childhood. The story concerned a *faqir* who “put some magic water into a tub and asked the King to take a dip. The King no sooner dipped his head in than he found himself in a strange country by the sea, where he spent a good long time going through a variety of happenings and doings. He married, had children, his wife and children died, he lost all his wealth, and as he writhed under his sufferings he suddenly found himself back in the room, surrounded by his courtiers. On his proceeding to [regale] the *faqir* with his misfortunes, [he] said: “But, Sire, you have only just dipped your head in, and raised it out of the water” (1921:131). A heterogeneous, recursive, time is here counterpointed with the trajectory of a colonial time, what Tagore elsewhere refers to as those “deadly, dreary” colonial Calcutta days.

Telegraphy became a model for a broader signaleptic communication, sought where lack of infrastructure prevented its technical materialisation. Major H. M. Ramsay, of the Bengal Police, for instance, craved what he called the “machine-like action” of efficient communication. He proposed, in his important 1882 work *Detective Footprints* [in Bengal] a system of “administrative geographical circles” an early “bush telegraph” which would facilitate the efficient gathering and dissemination of information through circular belts, each one a mile greater in circumference and centred on an administrative centre. Patterned movements of native police and special messengers would create a machine-like system of informational flows.

The Ubiquity of Vision

If telegraphy offered the promise of the Ubiquity of Government, photography seemed to offer the possibility of the ubiquity of vision. Contemporary accounts dwell on the sense of a prosthetic and extendable

vision made possible by photography. By March 5th 1840 *The Calcutta Courier* was able to record what were almost certainly the first daguerreotypes produced in India. Reporting on a “highly delighted” meeting at the Asiatic Society the *Courier* noted how ‘Several [photographs] were exhibited to the meeting, of the Esplanade and other parts of Calcutta [...] In one part of one of the drawings a black speck was observable to the naked eye, but with a microscope of great power it would be seen that the speck represented a kite which was at that moment perched [on] the building – and though so small, even the wings and tail of the bird could, with a lens be easily distinguished so minute and yet so true to life was the picture.’¹⁴ The following day *The Englishman and Military Chronicle* noted ‘No language can describe the incredible beauty of these delineations, of which three or four, taken from a house in Chowringhee, were exhibited to the meeting; and admirable as they appear to the eye, when examined with the microscope, they are found to have reproduced traits, which the eye cannot discern in the buildings, unless by the minutest scrutiny’. This enthusiasm for the prosthesis that photography proffered and its creation of what – much later – Ernst Jünger would term a photographic ‘second consciousness’¹⁵ and Walter Benjamin would term its “optical unconscious” are explicitly clear in early testimony.

Photography’s seemed to make possible not only the precise description of the world, but a limitless scrutiny beyond the initial surface appearance of the image. An early example of this appeared in Norman Chevers remarkable text *A Manual of Medical Jurisprudence*, first published in 1856. Chevers, the Secretary of the Medical Board in Calcutta, noted that ‘there could scarcely be a doubt that PHOTOGRAPHY would, before many years elapsed, be employed throughout India as a means of identifying bodies, anticipating the disfigurement of rapid decay, and enabling the magistrate and the civil surgeon to examine, in their offices, every detail of a scene of bloodshed, as it appeared when first disclosed to the police, in a place perhaps sixty miles

¹⁴ *The Calcutta Courier* 5th March 1840

¹⁵ ‘Our endeavor is to go further and peer into spaces that are inaccessible to the human eye’ (Ernst Jünger, *Photography and the “Second Consciousness”* in Christopher Phillips ed. *Photography in the Modern Era: European Documents and Critical Writings, 1913-1940*. (New York: Metropolitan Museum of Art/Aperture, 1989) p.208

from the [central *sudder*] station, which no activity on the part of the police or themselves could enable them to visit in time.¹⁶

Chevers here grants photography powers over time and space: decay can be arrested through the frozen image of the corpse, the location of a murder can be studied sixty miles away from the police station. This networking and de-territorializing feature of photography was crucial to its collapse of distance. By the time of the second edition of his *Manual* in 1870, Chevers is able to report that in 1868 it was ‘photographs by which alone the remains of Rose Brown whose dead body was found in a Calcutta Street with the throat cut’¹⁷ were identified, and he reproduces one of these photographs in his account. For Chevers photography was a practice whose true potential remains opaque. Looking back at his earlier prognostications he notes that: ‘*we have yet to judge the effect which would be produced upon the conscience of a [suspect], obstinate in the denial of guilt, by placing before him, in the stereoscope, the actual scene of his atrocity – the familiar walls, the charpoy, the ghastly faces – as they last appeared to his reeling vision – the sight which haunted his brain every hour since the act was done – while he believed to certainty, that its reality could never come before his eyes again.*’

Here photography, incarnated three-dimensionally through the stereoscope, serves as the ultimate simulacrum. In Chever’s fantasy, a half-century long visual practice which through panoramas and dioramas¹⁸ conjured a virtually-real India available for incorporation into the knowledge/power registers of colonialism, was now to be turned back onto the actual terrain of the country as a pragmatic tool of police power. The two images of the stereoscope, combining to produce effects ‘so heightened as to produce an appearance of reality which cheats the senses with its seeming truth’¹⁹ re-animated past time and distant space with an ineluctable potency.

¹⁶ Norman Chevers, 2nd edition, 1870, p. 74.

¹⁷ Chevers, *Manual* 2nd edition 1870, p. 74-5.

¹⁸ Carol A. Breckenridge’s ‘The Aesthetics and Politics of Colonial Collecting’ *Comparative Studies in Society and History* 31(2) April 1989, pp. 195-216, traces a history of the visual display of India from Robert Kerr Porter’s 200 feet long *Taking of Seringapatam* displayed at Somerset House in 1800 to Robert Burford’s *Fall of Delhi* shown at the panorama in Leicester Square in 1858.

¹⁹ Oliver Wendell Holmes. ‘The Stereoscope and Stereograph’ in *The Atlantic Monthly* 1859

The most striking example of this prosthetic ambition is actually imported into the 1863 *Journal of the Bengal Photographic Society* from the *British Journal of Photography* but reported with such glee by the Bengal journal that we are left with a clear sense of how this resonated with ambitions for photography in India. The news item was headed 'Photography and Murder' and reproduced a letter from W. H. Warner, the Metropolitan Police Photographer at Scotland Yard who had written to a Detective investigating the murder of one Emma Jackson. The letter alerted the Detective to the fact that 'if the eyes of a murdered person [are] photographed, upon the retina will be found the last thing that appeared before them, and that in the present case the features of the murderer would probably be found thereon.' Warner also noted that four years ago he had taken 'a negative of the eye of a calf a few hours after death, and upon microscopic examination of the same. [he had] found depicted thereon the lines of the pavement of the slaughterhouse.'²⁰

Chevers' 1857 work made explicit the un-knowability of the limits of the camera's prosthesis. Photography's power appeared so great that it might be able to reach back in time just as it might reach out in other ways. Maria Antonella Pelizzari has termed this 'memory-retrieval'²¹ a strategy which she detects at work in photographs showing the arch at Seringapatam, where Tipu Sultan's body was discovered. The Fourth Mysore war's unfortunate destiny, however, was to have occurred before the advent of photography: photographs of the Seringapatam arch, and of Tipu's son enabled the recuperative deployment of this redemptive technology into a past which predated it. Just as one might apply a microscope to images and reveal what the human eye itself could not see, so there was also a palpable sense that photographic scrutiny might be able to reach other domains as yet un-explored, its 'optical unconscious'.

Cheever's recognition of the prosthetic potential of the photograph – its ability to transport data – would find a moment of technical bliss in 1907 when the first transmission of a photography by telegraphy was achieved.

²⁰ *Journal of the Bengal Photographic Society* Vol II No5 July 1863 p. 39. These images are referred to – in a European context – as 'optograms'. See Georges Didi-Huberman, 'Photography – Scientific and Pseudo-scientific' in Jean-Claude Lemagny and André Rouille eds. *A History of Photography: Social and Cultural Perspectives* (Cambridge, 1987), p. 74.

²¹ Pelizzari p. 45.

However, the two technical practices were closely linked as early as 1874 in a system designed to aid the identification of escaped convicts. Prisoners were routinely photographed from 1869 [Lahore slide] but in 1874 prisoners transported to the Andaman Islands were photographed before their departure from the mainland. Six copies were made and distributed to the police in Calcutta, Madras, Bombay, the Inspector General of Prisons, the Superintendent at the Tanna Jail, and one kept in Port Blair. The photographs were to be numbered consecutively, and on the back of each will be given the name, residence, a brief description of the prisoner, and other important details. By this arrangement, one official argued 'much time and expense could be saved in case of an escape, for it would be sufficient to telegraph photograph number and name to ensure the three Presidency Police Commissioners being enabled at once to take steps for the recapture of a convict. A telegram to this Office or the Tanna Jail would elicit particulars as to the convict's previous history, and enable the local authorities at the place of conviction to be at once communicated with.'²² Photographs become almost an adjunct of the telegram, inhabiting a networked space, a de-territorialised informational matrix, cross-referenced by the mobility of the code.

These new dromological and dromographic networks provoked anxiety among many Indian intellectuals. Syed Ahmed Khan, the leading Indian Muslim intellectual of his time would famously – after seeing the massive photographic project *The People of India* in the Indian Office in London – call for the destruction of what he saw as a blot on the honour of the natives of Hindustan. I have argued elsewhere that what perturbed him was photography's 'aesthetics of the same', and the sense of an encroaching network of informational flows. Syed Ahmed had placed great emphasis in his account of the origins of the 1857 Uprising on the fear that a circular issued in 1855 by a missionary called E. Edwards had caused. The circular had argued that [in Syed Ahmed's paraphrase] since 'to the effect that all Hindustan was now under one rule, that the telegraph had so connected all parts of the country that they were as one; that the railroad had brought them so near that all towns

²² J. Cruickshank in No. 3078, National Archives of India, Home Department Port Blair A December 1874 Nos 52-57 'Proposal for photographing convicts sentenced to transportation for life'

were as one; the time had clearly come when there should be but one faith.²³

Copies of Edmund's circular were issued to 'all the principal officials of the Government', Syed Ahmed notes. Its very circulation acted as an embodiment of the rule of one which it prefigured: 'The native officials were so ashamed of the circular that those to whom it had been sent, used to hide the fact from fear of being ridiculed and abused, and would deny having ever received it. They used to say "It has not been sent to us". And the answer used to be "Well, Well: Be sure that it will come..."'²⁴

I have already briefly alluded to Rabindranath Tagore's repugnance of Calcutta where "Each of its days comes forth like a coin from a mint, clear cut and glittering, Ah! Those dreary, deadly days, so preciously equal in weight.' Roland Barthes' description of cameras as 'clocks for seeing,'²⁵ helps us conjoin Tagore's horror of colonial modernity's temporal homogeneity with Syed Ahmed's apprehension of photography's optical homogeneity. Through this metaphor Barthes evoked, in an affirmative manner, the way in which early photographic equipment was 'related to techniques of cabinet making and the machinery of precision'.²⁶ Preceding this is a more sombre declaration that 'Death is the *eidōs* of the Photograph' and that the photographer's 'organ' is not his eye, 'but his finger: what is linked to the trigger of the lens.'²⁷ Willoughby Wallace Hooper, perhaps more than any other photographer in India during the nineteenth century, was pre-occupied with the 'trigger of the lens.' In 1886 his experiments with the *eidōs* of death during the Third Burma War would provoke extreme opposition and concern. Hooper was Provost Marshal of the Burma Expeditionary Force from November 1885, charged with the mainte-

²³ Syed Ahmed Khan, *Causes*, p. 22. Edmund's circular, reproduced as Appendix no. 1 in Syed Khan's text opens with the following words: 'The time appears to have come when earnest consideration should be given to the subject, whether or not all men should embrace the same system of Religion. Railways, Steam Vessels and the Electric Telegraph, are rapidly uniting all the nations of the earth; the more they are brought together, the more certain does the conclusion become, that all have the same wants, the same nature and the same origin'. *Causes*, p. 55.

²⁴ Syed Ahmed Khan, *Causes*, pp. 22-3

²⁵ Barthes, *Camera Lucida*, p 15

²⁶ Barthes, *Camera Lucida* p. 15.

²⁷ Barthes, *Camera Lucida* p. 15

nance of civil order in occupied territories. In his battle with a Burmese civil insurgency, Hooper used executions as a routinized response and on 15th January 1886 took two photographs of three hooded Burmese being executed by a party of nine sepoy under the command of Lieutenant Oswald.²⁸

This event, together with the protestations of the Reverend Colbeck of the Society for the Propagation of the Gospel formed the basis for a lurid account by a disgruntled journalist – Edward Kyran Moylan – published in *The Times* on January 21. Moylan reported Colbeck's condemnation at a public meeting of 'the grave public scandals' of Hooper's love of 'ghastly' executions. He continued that 'The Provost Marshall, who is an ardent amateur photographer, is desirous of securing views of the persons executed at the precise moment when they are struck by the bullet. To secure this result, after the orders "ready", "present" have been given to the firing party, the Provost Marshal fixed his camera on the prisoners, who at times are kept waiting several minutes in that position The officer commanding the firing party is then directed by the Provost Marshal to give the order to fire at the moment when he exposes his plates. So far no satisfactory negative has been obtained, and the experiments are likely to be continued.'²⁹

Photography's 'That-has-been' (as Barthes terms its preservation of an earlier time in the present) was always a key element of its *magical* power. As Barthes notes of Alexander Gardner's 1865 *Portrait of Lewis Payne*, a thwarted assassin depicted in his cell, his wrists shackled, prior to his execution, *He is dead and he is going to die*'. This is the uncomfortable double time of '*this will be* and *this has been*'.³⁰ Hooper engaged this quality of the image, perhaps hoping to stall time through his investigation of the astonishing and unimaginable space between *he is dead* and *he is going to die*. In doing so he succumbed to the logic of photography's mortiferous *eidōs*: the camera as trigger and a ballistic photographic image, hitting the spectator 'like a bullet' as Walter Benjamin would later write. But he also, through this very publicly argued scandal contributed significantly to the sinister dimensions of the dromosphere.

²⁸ My account of Hooper's activities is entirely indebted for its empirical substance to John Falconer's 'Willoughby Wallace Hooper: 'a craze about photography'', *The Photographic Collector* 4 (Winter 1983), pp. 258-285.

²⁹ Cited by Falconer, 'Willoughby Wallace Hooper', p. 263.

³⁰ Barthes, *Camera Lucida*, p.95-6.

The destruction of heterogeneity and the emergence of a singular time were all, as we have started to see, part of the colonial dromosphere. Tagore was a fine early analyst of the threat to distance and aura posed by speed but it was Gandhi, in *Hind Swaraj* written on the slow boat between South Africa and England in 1909 who would most forcefully articulate the critique of speed. Railways, together with doctors and lawyers are blamed for the ruination of India. The telegraph we should note went hand in hand with the railway: the techno-ecology of both was similar and the coincidence of the two sets of straight line made them easier to protect from attack. Railways, Gandhi argues have become “a distributing agency for the evil one only”. They have secured British control of India and have led to increased famine. This is because of greater market integration: because of locomotion “people will sell their grain, and it is sent to the dearest markets”. The railways have also spread the bubonic plague. Formerly, Gandhi continues, “we had natural segregation” because the “masses could not move from place to place”, but railways have now become the carriers of germs. Gandhi’s position here echoes – rather unexpectedly – Rudyard Kipling’s remarkable story “The Bridge Builder” in which Shitala, the goddess of smallpox appears in the opium induced dream of a British bridge engineer to argue for the preservation of a railway bridge threatened by floods on the ground that without the railways, smallpox will not spread.

These are dimensions of what we might think of as the railways’ circulatory aspect, but Gandhi reserves his greatest disquiet for the question of speed. “Railways” he writes “accentuate the evil nature of man. Bad men fulfil their evil designs with greater rapidity”. Earlier forms of travel were inherently more dialogical. He writes of leading men travelling through the country on foot or in bullock carts, proceeding at such a leisurely pace that they were able to learn each others’ languages. There was he concludes “no aloofness between them”. Speed destroys this: whereas “Good travels at a snail’s pace” and those who want to do good “are not in a hurry [since] they know that to impregnate people with good takes a long time”, evil, by contrast, “has wings”. In 1917, in a letter from Ranchi Gandhi reflected on his two and a half years of travelling in Third Class on Indian railways, bemoaning the overcrowding, poor sanitation, and a third-class booking office in Calcutta which was “Black-Hole fit only to be destroyed”. Was it any wonder that plague had become endemic he asked, and demanded the removal of this “gigantic evil”.

The ubiquity of the railways, telegraphy and the potential of photography as a vehicle of telepresence were forces which propelled Curzon to announce the staging of the 1903 Delhi Durbar. Participants would arrive by train, would perform according to the data stream logic of telegraphy and be projected to an international audience by photography and film. The 1903 Durbar was staged to avail of the ‘increased facilities of communication with Europe and with foreign countries’, and Curzon noted in the same speech in September 1902 that ‘a good many eyes in a good many parts of the globe will be directed upon Delhi’. The Durbar was India as intentional spectacle, a pre-figuration of the staging of the Nuremburg Rally as an object for Leni Riefenstahl’s film cameras a mere thirty years later in 1934. Mysterious India was staged as a slow-motion photo-opportunity. Its entire formal structure was grounded in the possibility of being seen: the spatiality of persons and ordering of persons making sense only in terms of the logic of a stationary observer.

The performative event of the durbar was designed to inculcate a pedagogy of precedence, of the ordering of units within a consensual hierarchy, within a data stream. However, obeisance—obedience, homage and subordination—could not be produced in isolation. The group photographs in the durbar auditorium or the individual portraits of sundry rulers were incapable of performing this work since they invoked no ‘normalization’, no point of comparison between higher and lower. It was the physical ‘line’ of the procession, weighted with a positive and negative polarity, which established the structure of the event. Each ruler as an individual had no identity: they were invited to participate in the durbar simply in order to become the *other of others*, pulses within a data stream, and give form to the hierarchy of the line. A concatenation of chiefs, in themselves signifying nothing, would be assembled in a procession as the other of others, all affirming their subordination to Curzon and the British King.

But a legible line did not appeal to the aesthetics of the assembled photographers. It worked filmically, for the procession provided the ideal unfolding within the framing and diegesis of moving pictures. But the still photograph demanded a different kind of shape, a different kind of code, a greater optical density, or as Virilio might say “depth of field”. James Ricalton was positioned, as were many other photographers, by the Jama Masjid, which was to prove the prime position for the documentation of the procession, a position which would undo much of the clarity of precedence that Curzon

sought. As Stephen Wheeler describes in some detail, it was here that the procession turned: ‘for the space of two hours, might be watched the column advancing from the direction of the Fort, on the one hand, and winding towards the heart of the city on the other’. It was here that the line (characterised by syntax and legibility) became a curve. It was here that the line became illegible from a lexical, semiotic, or data point of view, but where, as inchoate curve, spectacle presented itself most richly and most photogenically.

Wheeler provided one of the most incisive analyses of how the ‘line’ here became a ‘curve’, how clarity gave way to affecting immersion: ‘it seemed to the spectator that what he beheld must be, not so much a series of Indian Chiefs, mounted in their pride, to be scanned, as each went by, like the portraits in a picture gallery; but rather a resplendent vision of Asiatic pomp, interminably changing, in colour and arrangement, like the tints in a kaleidoscope...to be viewed not with sober discrimination, but with sheer bewilderment’. The suspended images of the picture gallery, or sequential frames of moving, or linear pulses of telegraphy, film dissolve in the chaos of the kaleidoscope and the sobriety of a language-based semiotics gives way to figural excess.

Dorothy Menpes, the wife of painter Mortimer Menpes, who was positioned at the same location, invokes something akin to the Burkean sublime infused with a sense of obscurity, terror, excess and optical pain. All these emerge as counters to transparency—the ‘clear idea’: ‘It was almost like looking at the sun. Yellow spots danced in front of one’s eye; one had to turn away into the gray courtyard...to get relief’. Menpes distances and modifies this optical disturbance (another Burkean motif) through the haze of dust that the procession created: ‘...one felt grateful to the dust, the dust that at times rose in clouds and hid portions of these marvellous colour schemes from our sight, as with a curtain of yellow gauze...’ Once the procession passed, Menpes describes how she rushed back to the Jama Masjid and in a final epiphany ‘watched the great pageant like a spangled serpent glimmering through zones of light and shadow into the opalescent distance, scrambled with eternal dust’. She continues: ‘you could not see the procession in a continuous way because of the blinding colour...Most people gazed and gazed, and gazed and were blinded, exhausted: they lost all feeling for colour’.

Responses to the Durbar—the victory of the curve over the line—exemplify colonial practices’ inherent instability and ambivalence. We see here that

disfiguration inherent in colonial presence's ambivalent 'split between its appearance as original and authoritative and its articulation as repetition and difference' to recall Homi Bhabha. Asked to stage an authoritative pedagogy of hierarchy, the data stream, performed as a repetition of Curzon's fantasy, ineluctably becomes the curve. In both a speech and a memo shortly afterwards, Curzon seemed to acknowledge the 'coruscating curve' rather than the clarity of the line. On March 25th 1903 in Calcutta he assessed the durbar's effect on the Princes and people of the Asiatic Empire as the inculcation that 'they were one and that they were not scattered atoms in a heterogeneous and cumbersome mass, but co-ordinate units in a homogenous and majestic whole'. Two months later in a memo (No. 58 of 1903, 7 May), Curzon noted that the state 'for the first time in history has... succeeded in moulding into a single whole the scattered and often warring atoms, which hitherto formed the congeries of countries and peoples included within the Indian continent'. This was not what Curzon had originally hoped for: the linearity, modeled on the telegraph wire and the railway line whose trajectory or vector Curzon had hoped to replicate were deformed into co-ordinate unites nucleated around an emergent political community for whom the idea of the Indian people as a single whole was a major step forward.

A similar deformation or reconfiguration of data is also apparent within certain Indian practices around the camera. Photography brought with it a potentially radically new aesthetic. Amongst its possibilities we might note what Walter Benjamin referred to as its 'dynamite of the tenth of a second' (feeding into the "optical unconscious") and what André Bazin described as its 'screening' rather than 'framing' of subject matter. Its screen-like border created a 'cut-off-ness' which European and north American elite practitioners would celebrate for its revolutionary optical potentiality. Indian vernacular photographic practitioners – for whom as Ashish Rajadhyaksha has argued the screen posed a formal 'ethical' problem – sought a reassertion of value and hierarchy, and one of the chief modes of this was symmetry whose most obvious marker was the arch, a theatrical and architectural device that permitted the partial suspension of the 'screen' in favour of the 'frame'. The painting of the surface of the image was another strategy which facilitated the restoration of a temporal extension and of a hierarchy abolished by dromographic instantaneity.

Paint – usually applied meticulously by former members of miniature painting ateliers reinserts that very heterogeneity that the camera has banished.

Let us consider two images (from the Alkazi Collection) which form an intriguing pair and can help lead us towards a clarification of the logic of photography and the logic of painting. One of the images shows three men from Rajasthan and the other from the 1920s-40s shows six Swetambara Jain monks with three attendants. You will notice that some of the figures are overpainted and some of them are not. In the case of the three Rajasthani men the two – we assume higher status – Shaivaite figures on the right are heavily overpainted, while their Vaishnava attendant on the left is not. Photography deposits the three figures equivalently, unable to impose a hierarchy between them. The painter however wields his brush selectively, demonstrating through the time and precious substances invested in the figures on the right their differential value. The ratio is inverted in the image of Jain monks whose status claims proceed from their renunciation of the life of the householder. The camera again was unable to register difference between these various figures and certainly not able to understand the claim made through the absence of ornament. Only the painter can impose these gradings, signalling through the opulence of the attendants how much the monks have left behind.

In other images we see the complexity of attempts to resist the trajectories of the dromosphere with its vertiginous perspectival forcelines. ‘Framing’ (in the Bazin sense) though desired, was not always easily achieved. In its iteration, its actual deployment in practice, it was subject to displacement and disfiguration. This is what we can see an artist struggling to overcome in a heavily palimpsestic photo-paint image which places an unidentified Raja at the centre of two small foregrounded *jalis* and between a scalloped curtain on the left and its mirror image semi-arch on the right. The tussle in this image between paint and albumen, between linearity and a baroque aesthetic which (to co-opt Alejo Carpentier’s words ‘flees from geometrical arrangements’) draws our attention to the stresses between the dromospheric potential of photography and Indian attempts to control this.

Tagore, Gandhi and a host of other Indian philosophical objectors to what Paul Virilio calls the *dromosphere* appear – from the hindsight of the 21st century to have been blessed with a remarkable perspicacity. Telepresence – which I have here examined through telegraphy, photography and the railroad – those intimately linked prostheses – threatened a diminishment of “depth of field” (Virilio p.22). The “deep horizon” of “our collective imagination” which Indian cultural theorists recognized as essential to their projects for cultural autonomy

was threatened by the “transparent horizon” of telepresence, “a product of the...optoelectronic and acoustical...magnification of man’s natural domain”.

Virilio theorizes the problem of telepresence as a *dromospheric* consequence of the much earlier technology of linear perspective with its vertigo and “rush of perception”. He exemplifies this with the narrative of a free-fall parachuter who describes the optical and corporeal sensation experienced at between 800 and 600 metres above the ground with “ground rush, the ground rushing up at you. The apparent diameter of objects increases faster and faster and you suddenly have the feeling that you are not seeing them get closer but seeing them move apart suddenly, as though *the ground were splitting open*”.

This dramatic account which for Virilio exemplifies the “the fractal nature of vision which results from high speed eye adaptation” finds an echo in the many anxieties provoked by early cinema in India. Gandhi himself³¹ famously refused to give evidence to the 1927-8 Cinematograph Inquiry because of the “evil” which cinema was doing, and several testimonies to that Commission expressed grave concern about the impact of what Susan Buck-Morss calls cinema’s prosthetic screen on the youth of the country’s eyesight. The various regional *Cinematograph Acts* were also excessively concerned with the dangers of optical impairment.³²

But the most remarkable materialization of anxieties about perspectival vertigo and cinema’s rush of perception would appear twenty years later in a self-published pamphlet *Diseases Caused by Cinema and their Control* by an Agra-based Doctor Srivastava which focused all its anxieties on the symmetrical reflection of the vanishing point: the body of the viewer and the seat in which it sat.

³¹ M.K. Gandhi’s famous response when asked to contribute evidence to the 1927-8 Indian Cinematograph Committee provides an introduction to some of the moral condemnations that circled around cinema. He responded on 12th November 1927 from his ashram in Sabarmati that: “Even if I was so minded, I should be unfit to answer your questionnaire, as I have never been to a cinema. But even to an outsider, the evil that it has done and is doing is patent. The good, it has done any at all, remains to be proved”.

³² (*Madras Presidency*) decreed that the “following rules shall be observed in providing seating accommodation”: “(1) the angle of elevation, subtended at the eye of any person seated in the front row by the length of the vertical line dropped from the centre of the top edge of the picture to the horizontal plane, passing through the observer’s eyeball not exceed 35°, the height of the eye of the person so seated above the floor by 3’ 6”.”

Srivastava's solution to the problem of cinematically induced neurasthenia lay in the design of a new seat of which he helpfully supplies an illustration. The new Srivastava design separated the backs of each seat by at least four inches which helps "prevent bodily contact while sitting". Comfortable side rests protect against peoples arms projecting beyond the chair "as a lot of mischief is committed between the projecting hands of the people". Furthermore "the chair should be closed from the sides by cane [to] prevent the hand going from one chair to the other, stealthily, but deliberately, and yet unseen by the people at large owing to the semi-darkness inside the hall, and also due to the fact that such hands always creep under some carefully thrown garment, or under some such piece as a shawl"(1946: 66-7).

Doctor Srivastava facilitates the leap from 1927 to 1946, but my very firm conclusion is that his specially constructed chair demarcates a space of anxiety and possibility that is still very much alive. No matter how much we may be offended by the terms of Frederic Jameson's theory of third world national allegory as postcolonial burden, the recent history of a country such as India testifies again and again to the tenacity of that allegory. From 1946 it is easy to make the leap via the moralising cinema of the 1950s (and its unexpected echoes in more recent decades) to the power of a nostalgic aesthetic which in the 2004 elections defeated the dromospheric claims of the BJP coalition government to be part of a globalized competition. My argument here, the subject for a different paper, perhaps to a different audience, is that the shiny India competing globally for investment on the grounds of velocity and trajectory disaffected a domestic electorate for whom such lines of flight epitomized a hubristic desire to inhabit the global dromosphere. The line was turned into a curve, subject to a different aesthetics and different politics. In this sense, Doctor Srivastava's provincially imagined seat of anxiety remains a very tangible location. If the various telepresences on which I have focused were concerned, as Virilio puts it with the "eradicat[ion of] all duration, any extension of time in the transmission of messages [and] images", then Doctor Srivastava's seat, anxiously intent on the reinstatement of distance between viewing subject, can also be seen as an ethical micro-space – emblematic of a wider spectrum of resistances – in which a new bodily politics was asserted, one free from the cinema's, photography's and telegraphy's collapse of distance.

Exhibiting the Empire: Then and Now

Maria Emília Fonseca

Exhibiting the Empire: Then and Now

Introduction

As a result of the study that I made for my MA dissertation on the poetics and politics of exhibiting the *Tree of Life*, a sculpture chosen to be the symbol of the 'Africa 2005' season of cultural events celebrating African art and cultures, which took place that year mainly in London, but also at various places throughout the United Kingdom, my academic interest and curiosity were aroused to analyse and compare the exhibitionary practices of the Great Exhibitions, promoted by the Empire to celebrate its power and glory, and the present-day occurrence of wide-ranging events, such as the above-mentioned 'Africa 2005', taking place in the global arena in the 21st-century.

As Stuart Hall (*Representation* 8) explains, the politics of exhibiting is mainly concerned with the connections established between representation and museums as seats of institutional power, endowed with the authority to appropriate and display objects for certain ends. Museums – as well as exhibitions – then become arbiters of meaning through their particular choices of which objects to exhibit, and trigger discursive formations in the Foucaultian sense. Consequently, different meanings are produced within the various frameworks of knowledge that institutions nurture in order to represent other cultures and unveil them to their audiences (Foucault, *Power* 149). This power/knowledge relationship involved in the activity of exhibiting is particularly relevant in making certain cultures visible to the world (Lidchi 184-5, 198) and in serving the purposes of the organising institutions, thus making exhibitions an important – and interesting – part of economic, social, political and cultural life.

The Great Exhibitions of the 19th-century brought a breath of fresh air to the exhibitionary complex of that time by providing space for temporary,

dynamic representations at the service of specific hegemonic strategies (Bennett 80). One of the main changes introduced by those exhibitions was the notion of the supranational concepts of empire and race, which have nowadays been replaced by a different transnational concept launched by globalisation, namely that which refers to a “far-reaching change in the nature of social space”, in the sense that “when the map of society changes, its culture, politics, economics or social psychology also change” (Scholte 85). Moreover, whereas the universal exhibitions were connected to the empires, thus heralding the idea of a power that was spread worldwide based on duly explored and maintained inequalities between the powerful and the subjugated, the new trend produced by globalisation highlights the qualities of transworld concurrence and coordination (Scholte 88). With time, however, the world exhibitions would also change their discourse into a more modern one, according to which the future held in store a promise of harmony and the removal of tensions, to be achieved by a general distribution of the benefits of progress (Bennett 82). Having adapted this idea to the present-day reality of a globalising world, exhibitions now seem to be organised very much in line with the principles governing the great 19th-century exhibitions, removing, however, any evidence of racism or a dependent relationship between peoples (Bennett 82) and introducing the idea of inclusiveness, since present-day globalisation implies the already mentioned transworld concurrence.

On the other hand, the challenges brought by 21st-century audiences have been pushing museums and exhibitionary events into different territories, where the scope of their representational concerns can expand – thus making them more inclusive – and their exhibits can be encoded into new contexts in order to “represent the values of the groups to which they relate rather than those of the dominant culture” (Bennett 103), as was the case with the great imperial exhibitions.

Evoking the idea that linking current political events and community concerns to the content of exhibitions can enhance the visitors’ sense of involvement and public action (Davalos 529), ‘Africa 2005’ was deliberately timed to coincide with the United Kingdom’s presidency of the G8 group of nations and of the European Union, when the future of Africa was one of the most prominent items on the international agenda and Tony Blair’s Commission for Africa published its report on what was needed to save Africa from the scourge of poverty. In fact, on Friday 11 March, 2005, this Commission’s

report, published under the title “Our Common Interests”, was launched at the British Museum and a declaration was made that stated:

‘The great nations of the world, in alliance with their African neighbours, must now move together, in our common interest. How they may proceed will be determined by each nation’s need and desires. But all must immediately begin the journey that leads us to the ultimate common destination of a more equitable world...’

<http://www.thebritishmuseum.ac.uk/africa05/comm.html>.

This discourse, therefore, functioned as a backdrop to the ‘Africa 2005’ event, being meant to convey knowledge based on socially constructed models grounded in the power relations set within society (Hall, *Encoding* 171), and it sought to introduce the above-mentioned concept of inclusiveness.

In my view, great care was taken in planning this event in order to break away from the 19th and early 20th-century exhibitions designed to champion the power of the Empire by shifting its focus to the idea of inclusiveness, a concept that is now altogether different from the one heralded by the discourse of 19th-century exhibitions.

Mention of the concepts of inclusiveness and imperial power invites us to reflect on the new set of relationships that has been established. The Arts Council of England’s report mentions that the objective of ‘Africa 2005’ was to introduce changes within the arts sector in order to draw African culture into the mainstream where it belonged, and to create an infrastructure that could make those changes permanent. Implicit here is the idea that the UK functions as the centre which holds the power to take upon itself the mission of bringing the margins into the mainstream, acknowledging them and endowing them with the necessary value to be accepted as part of that same mainstream. On the other hand, bearing in mind the opening words of the declaration issued by the Commission for Africa, “the great nations of the world” – the former empires – we are inevitably led to consider to what extent an instance of hegemonic power is at work here. In effect, it can be argued that these great exhibitions “claiming to celebrate other cultures can even make them more insidious and dangerous, unless their ideological basis is exposed in open debate” (Roome 82). Questions could thus be asked about the reasons for staging such group exhibitions centred mainly on certain parts of the world and not on others, such as Europe or America, for instance. To my mind, this is an implicit acknowledgement of the superiority and potency of those “great nations of the world” to perpetuate the asymmetrical power

relations between rich and poor countries and regions, even after the dissolution of empires.

Considering all this, let us now turn to a brief analysis of two examples of exhibitionary apparatuses: the Great Imperial Exhibition of 1851 and ‘Africa 2005’.

The Great Imperial Exhibition of 1851

The origins of exhibitions organised to celebrate artistic and industrial achievements seem to date back to 1797 in France, when an exhibition was held with the aim of selling French products to the French themselves, since, at that time, the English blockade was making it very difficult for France to export their goods anywhere. This led the authorities to devise an exhibition of this nature with the specific intention of boosting French trust in their own capacity to manufacture industrial products of quality. Other such exhibitions followed, culminating in the highly successful massive exhibition of 1849, which attracted enormous international attention.

This trend was soon to be followed on a greater or lesser scale in several other countries, although they all adhered to the same educational and propagandistic purpose. In the UK, what would later become the Royal Society of Arts also organised a number of small exhibitions whose motivations ranged from the commercial to the encouragement of learning about the new scientific and industrial developments flourishing at that time. Also noteworthy was the common feature displayed by most of these exhibitions, particularly the National Imperial Exhibitions, in defining as their purpose the defence of the idea of Empire and the affirmation of the UK as a civilizing, colonial power. In this sense, they were strongly imperialist and racist.

The Great Exhibition of 1851, however, seems to have encompassed all of the above-mentioned motives, together with the added advantage of providing entertainment, so as to serve *all the purposes of all the people*. In this sense, it can be said that it was intended to be *inclusive* as far as the construction of a British national identity was concerned – an inclusiveness which was, however, different from the present-day meaning that globalisation has attached to this word. And herein lies one of the interesting areas deserving our attention and research: culturally speaking, the mutation of the meaning of words over time carries with it the subsequent transformation of the associated concepts.

A further – and vital – innovation introduced by this Great Exhibition was

that it was not only nationally based, but it also welcomed foreign exhibitors, who flocked to the event in great numbers, making it a benchmark among all the events of this kind and setting a standard for all subsequent exhibitions. In fact, it can be regarded as the predecessor of the World and Universal Exhibitions that are held nowadays throughout the globe.

Particular attention should also be paid to the site of this exhibition: the spectacular cast-iron and glass Crystal Palace, designed by Joseph Paxton. This building was erected for this very purpose in Hyde Park and later removed and re-erected in Sydenham (South London), clearly evoking the greenhouse structures in which its architect already had significant experience. Besides this groundbreaking aspect of the exhibitionary architecture developed in the 19th-century, emphasis should also be placed on the organisation of the space inside it. In fact, in keeping with the objectives proposed for this exhibition, namely that it should be educational, civically instructive and class inclusive, the inner space was organised in a network of galleries and elevated colonnades, promoting mutual visibility and allowing for a panoptic surveillance of citizens that could help in the regulation of human conduct (Bennett 47-49). The actual materials out of which the Crystal Palace was built – glass and cast-iron – can be seen as a metaphor for the principles of transparency and social regulation. Moreover, they could be closely associated with the industrial process in opposition to traditional buildings made of stone and wood.

The above-described architecture of this exhibitionary apparatus further served the hegemonic purposes of the Empire, insofar as it created a space within which a heterotopia of the whole Empire could be encompassed. In effect, as Foucault puts it, with heterotopias being “counter-sites ... in which the real sites, all other real sites that can be found within the culture, are simultaneously represented, contested, and inverted” (Foucault, *Of Other* 231), the exhibition could be regarded as a heterotopia of the Empire with the added advantage of reinforcing its civilizing and hegemonic power.

By the mid-19th-century, Britain had more connections with different parts of the world than ever before, so that the representations of foreigners in the Great Exhibition reflect the British fear of and fascination with the “Other”. They were represented in a manner that made them seem exotic and with radically different customs and cultures to the British, so that those images contrasted sharply with the achievements of British industry on display and fostered the idea of racial superiority among the local population. Signs of

racism were also evident in the way that exhibits from British colonies and imperial possessions were chosen and organised. It is interesting to note that, at the time, all colonies were referred to as *possessions*, a term which unequivocally stresses the hegemonic position of Britain, simultaneously defining the Empire as a source of profit.

The most relevant and largest imperial section of the Great Exhibition was the area dedicated to the East India Company. Particular features of the way in which this collection was displayed deserve our attention. On the one hand, all the gold, gems, weapons, jewels and furniture on show enhanced the idea of India as a vast source of wealth dominated by a handful of despotic rulers over whom the liberating and civilizing role of Britain was justified. On the other hand, the fact that a large number of items could be brought to this exhibition for the admiration of all those visiting it made India seem closer and more easily manageable, turning it – in the eyes of the British – into a tamed, domesticated territory fittingly referred to as a *possession*. Moreover, India was thus seen as *useful*, with great disregard being shown towards all the people who inhabited it and who, quite naturally, had different views on their territory. All these factors helped to give the British people the feeling that they should and could control and rule India.

The Great Exhibition of 1851, therefore, epitomised some of the most relevant features of mid 19th-century Britain, insofar as it drew attention to the rising middle class of Victorian times; it was the showcase for the enterprise of British industry and the British support of free trade and empire; it revealed the deep divisions between classes and between the population of London and that of the rest of Britain, which it tried to bridge by means of the already mentioned aim of being inclusive; and, finally, the Great Exhibition helped to foster a stronger sense of British national identity and contributed towards bridging some of these divisions.

‘Africa 2005’

As mentioned in the introduction to this paper, this cultural event was conceived to be the greatest ever celebration of African art produced in the United Kingdom, involving more than one hundred and fifty organisations ranging from national museums and galleries, such as the British Museum, the Victoria and Albert Museum, the Tate Modern or the South Bank Centre, to galleries funded by the Arts Council, such as the Whitechapel Gallery and the

Camden Arts Centre, as well as many other small community facing organisations. Institutions, such as the BBC, Christian Aid, the Commission for Africa and many other partners, joined forces to celebrate the cultural diversity of the continent in an interconnected network of efforts aiming to give it visibility, to contribute to a better understanding of that area of the world, and to stimulate a new perspective on the cultures of the continent <<http://www.christianaid.org.uk>>.

These combined efforts to draw awareness to Africa, its art and heritage, as well as its problems and its role in the world in the 21st-century, not only illustrate how global networks can be created and work, but also reinforce the idea expressed in the 1999 UNDP Report (Held and McGrew 423-429) that global solidarity can only make peoples' lives better everywhere, and that the growing interdependence of peoples throughout the world, brought about by globalisation, calls for common values and a shared commitment, so as to produce human development. Actually, this was heralded as the aim for the 'Africa 2005' event, which, in the words of the programme director Augustus Casely-Hayford, was a major event, meant not only to be a series of exhibitions, but also designed to change the current perception of Africa <<http://www.pressureworks.org/lifestyle/features/africa2005>> inherited from 19th-century evolutionary theory and colonial times, according to which non-whites were regarded as inferior and not fully developed.

In my view, this discourse illustrates the decision of the steering bodies of this event to finally allow Africa to come of age, to set it free from the grip of the Empire, a discourse which does, however, still acknowledge the UK as the holder of the power to do so. It further reinstates the hegemonic position that the UK has always held, now with renewed functions within a globalised world, among which is that of bringing the margins to the centre by giving them visibility.

Through the auspices of the Greater London Authority and other organisations, a wide range of community groups, schools and the general public were involved in this major project, turning London into the stage for an event which would have had difficulty going unnoticed by all those who visited the capital that year. London could, therefore, have been seen as a heterotopia of Africa in the Foucaultian sense of the word, according to which, as stated earlier, these are places where "the real sites, all other real sites that can be found within the culture, are simultaneously represented, contested, and

inverted” (Foucault, *Of Other* 231). The city transfigured itself into a great stage – like the theatre in Foucault’s example for his third principle for heterotopias – where representations of several places which are foreign to each other (Africa in London) offered themselves to the gaze of spectators, thus encompassing within the great capital several sites/sights which would otherwise be incompatible (Foucault, *Of Other* 233-234).

This introduces an interesting avenue for research, since both the Great Exhibition of 1851 (and others in the 19th-century) and events like ‘Africa 2005’ have created heterotopias. These do, however, display different characteristics. Whereas the Great Exhibition of 1851 produced a heterotopia encapsulated in one single building adapted to the specificities of the 19th-century British situation and needs, the ‘Africa 2005’ event brought about a new, subtle, wide-spread kind of heterotopia, which, in itself, transformed London and turned it into its stage. To my mind, this is an instance of a different kind of heterotopia made possible by globalisation: a sprawling, ambitious event comprising numerous exhibitions and projects and spreading through some of the most important venues in town, as well as through smaller communities, in an interwoven network of local and global concurrence befitting 21st-century society. It could be said that, while exhibitionary events of the 21st-century tend to be organised more in a circular network with a widespread form, 19th-century exhibitions adopted the pyramid structure, thus evoking Bentham’s ideas of the panopticon and the associated concepts of regulation and surveillance through power/knowledge connected to seeing/telling.

This, in turn, further emphasises the differences introduced into the concept of inclusiveness that was connected with each of the two events. The Great Exhibition was intended to be inclusive in terms of social classes, and the notion of Britishness, tentacularly including the British *possessions* in an affirmation of supranational, imperial superiority and power under the form of a pyramid, as mentioned earlier. ‘Africa 2005’, like, I believe, other subsequent events of this nature fittingly connected to the idea of a globalised world, adopted the *motto* of inclusiveness in the sense of a unifying magnet, bringing the margins to the mainstream – in which Britain still seems to claim the central position – under the configuration of a two-dimensional network. This apparently erases the inequalities of the imperial representations, whose hierarchy represented a verticality crowned by the domination of Britain, and stresses a horizontality suggesting greater equality. Nonetheless, such a

situation is not devoid of injustice since the centre still remains the centre and margins still remain margins which need the recognition of the great nations – and Britain – to become visible and to gain transworld respect.

Bibliography

- Bennett, T. *The Birth of the Museum*. New York: Routledge, 1995.
- Davalos, K.M. "Exhibiting Mestizaje: The Poetics and Experience of the Mexican Fine Arts Center Museum". *Museum Studies*. Ed. Bettina Messias Carbonnel. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 521-540.
- Foucault, M. *Power and Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977*. Ed. Collin Gordon. Harlow: Longman, 1980.
- _____. "Of Other Places". *The Visual Culture Reader*. Ed. Nicholas Mirzoeff. London and New York: Routledge, 2004. 229-236.
- Hall, S., ed. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage, 1997.
- _____. "Encoding/Decoding". *Media and Cultural Studies*. Eds. M.G. Durham and D.M. Kellner. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. 166-176.
- Lidchi, H. "The Poetics and the Politics of Exhibiting Other Cultures". *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Ed. Stuart Hall. London: Sage, 1997. 151-222.
- Roome, K. "The Art of Liberating Voices: Contemporary South African Art Exhibited in New York". *African Cultures, Visual Arts, and the Museum: Sights/Sites of Creativity and Conflict*. Ed. Tobias Döring. Amsterdam and New York: Editions Rodopi, 2002. 73-100.
- Scholte, L.S. "What's 'Global' about Globalization?". *The Global Transformations Reader*. Eds. David Held and Andrew McGrew. Cambridge: Polity Press, 2003. 84-91.
- UNDP Report 1999, "Patterns of Global Inequality". *The Global transformations Reader*. Eds. David Held and Andrew McGrew. Cambridge: Polity Press, 2003. 423-429.

Internet Sites {Available until June 2006}

<http://www.thebritishmuseum.ac.uk/africa05/comm.html>

Colonial Photography. Raj, Identities and Authority

Cristina Baptista

Colonial Photography. Raj, Identities and Authority

Representations of empire, landscapes, architecture, technology and people: the coloniser and the colonised engaged in their daily practices introduce us to the Raj. When studying colonial photography, one finds oneself in the realms of popular culture, reaching the public through newspapers, books and exhibitions. Images that helped to construct a discourse of authority by the photographers, both British and Indian, conveying information about a distant land – India – and nourishing the Victorian imagination with images of a world different from the one at home.

The selected photos,¹ which allow us to explore the relationship between the development of photography and the empire, appeared as a form of justification for colonialism and the European – in this case, British – colonial rule in India, as a civilising mission, consisting of a visual version of the arguments in favour of colonialism found mainly in *Minute on Education* (1835), by Thomas Babington Macaulay, a British statesman, legislator and historian, *India Calling* (1934/2004) and *India Recalled* (1936), by Cornelia Sorabji, the first woman barrister in India, approaching issues such as cultural superiority, the colonial encounter and the British rule in India. The American author Katherine Mayo is also quoted, as her controversial *Mother India* can be used as an argument in favour of foreign colonial rule.

¹ This paper was initially presented together with a large set of photographs, taken by different photographers and chosen from different archives. Unfortunately, problems relating to the permission for their publication do not allow me to print them all. Links to online sites where the photos can be seen are, therefore, given in the footnotes, contributing towards a better understanding of the paper's argument.

In British society, the centre of the empire in the Victorian era, democracy and the right of the population to choose its own government were fairly consensual notions. As Metcalf asks: “By what right, the Victorian British had to ask themselves, could a liberal democracy assert a claim to imperial dominion based on conquest?”. (Metcalf x).

Nevertheless, I will argue that, in the 19th-century and the first quarter of the 20th-century, India provided grounds for the justification of colonialism. Therefore, the contradiction noted between 19th-century liberal political thought and the existing colonial rule disappeared, faced with the lack of institutions, in particular in the form of healthcare, transport and communication systems, or, to put it more bluntly, the Indian population’s incapacity for self-rule. These arguments derived from the western sense of cultural superiority, as pointed out by Macaulay. They also included the lack of modern institutions and the immaturity of the population, as pointed out by Sorabji, and serious problems of public health, as pointed out by Mayo. This latter author also mentions child marriage and primitive religious rituals, including the slaughter of animals and superstition, as being rife in Indian society during her travels and interviews.

Photography updates visual culture

After painting and illustration, photography was a technology that first appeared and was perfected during the 19th-century. As a result of this, the public were able to register the colonial encounter, together with images of the empire, like those of India, among other colonies. One can find these pictures in two large collections that document this period: the British Library and the Howard and Jane Ricketts Collection,² both institutions being pioneers of photography collections in Britain.

Hence, the work of countless photographers from different corners of the world – American, German, British and also Indian – has been made public and acclaimed. These photographers captured both natural landscapes and the organised landscape, such as the local architecture in different places in India, monuments and temples, large and small towns. Queen Victoria,

² Part of this latter collection was shown in an exhibition at the British Library in late 2001.

herself an icon of the time, posed for a photographer, acknowledging the importance of photography as a means of representation.³

They also represented people, rich and poor, civilian and military; and they captured the arrival of the new technologies, among which the railway was perhaps the most relevant. Some of these photographers managed to cause their names to be remembered, becoming authors, due to the collections of images they left to contemporary archives.

These people were not professionals, but amateurs equipped with the proper technology, who acted as collectors of images. They behaved in the same way that the conquerors of territories had, travelling to and around the colonised territories. Their purpose was to later exhibit their photographs to a public eager to see the images that helped them to become familiar with geographical and human landscapes which, up to then, had been unknown to them. They had the media at their disposal: the press and books, as well as exhibitions. An important event like the Great Exhibition of 1851, in London, included a photography section, contributing to the growing popularity of the new practice.

As other institutions dedicated to the new technologies started to appear, The Photographic Society of London (1853) was founded, bearing witness to the interest in photography. This practice updated the Victorian visual culture, previously concerned with other forms of representation, such as painting and illustration. The relevance of photography in society has been stressed by Susan Sontag, who explores the way in which we look at photographs and the way they shape our perception of the world. She states: "In teaching us a new visual code, photographs alter and enlarge our notions of what is worth looking at and what we have a right to observe. They are a grammar, and more importantly, an ethics of seeing." (Sontag 3).

As we look at the selected images, we wonder who these people are, and why they let themselves be photographed.⁴ I found out that a group of

³ Image accessed at URL: http://www.ngv.vic.gov.au/crownandcamera/resources/rb_crown.pdf.

⁴ "Group of photographers (*circa* 1860). Unknown author". Accessed at URL: http://www.bl.uk/onlinegallery/features/india/tour_01_enlarge.html.

photographers chose to be photographed in a wide open space, a common enough practice that enabled them to authenticate their travels in a given territory; this exposure also allowed them, on the other hand, to show the equipment they owned. Such a practice, therefore, made it possible to construct an authority and authenticity for the images that would be displayed.

This also points to an alliance between photography and empire, as far India is concerned, insofar as that colony had become a vanguard for the development of photography, during the second half of the 19th-century (i.e. the Victorian era, corresponding to the period between 1837 and 1901), providing the public with a visual heritage never seen before and revealing Orientalism in images. But also revealing the Other, in his identity and ethnicity, in the space that he inhabited and in his daily practices.

The collection enables us to distinguish between different identities, such as the entity – either institutional or private – that represents the coloniser, and the colonised, mostly in a position of subalternity. This leads us once again to Susan Sontag, who sees the taking and collecting of images in photography as an appropriation of the territory, as if there were an act of power: “To collect photographs is to collect the world.” (Sontag 7).

We can find images of daily practices, scenes of intimacy, as well as labour, or both: the first allows us to see a white man, who is being attended by two servants, with the former sitting and the latter kneeling, engaged in his task, while the employer reads a newspaper, making us believe the scene is a normal and daily event. One might find it curious that there are two servants for just one white man, their employer, one believes, due to the setting.⁵

This image leads us to believe in European – and, as is the case here, British – cultural superiority, an idea that can be found in the writings of Thomas Babington Macaulay, a statesman, who was responsible for the teaching of English in India. For Macaulay, cultural superiority began with literature. He believed that in the East there is no such referential literature as there is in the West.

⁵ “A throwback from the Raj: A British man gets a pedicure from an Indian servant”. Accessed at URL: http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/pop_ups/06/south_asia_india_then/html/ 2.stm.

This author went so far as to try to convince Parliament of his convictions, stating as follows: “I have never found one among them [Orientalists] who could deny that a single shelf of a good European library was worth the whole native literature of India and Arabia”. (Macaulay 91). Furthermore: “And I certainly never met with any Orientalist who ventured to maintain that the Arabic and Sanskrit poetry could be compared to that of the great European nations”. And he continued: “But, when we pass from the works of imagination to works in which facts are recorded and general principles investigated, the superiority of Europeans becomes absolutely immeasurable”. (Macaulay 92).

In another photograph, European ladies enjoy their privacy, apart from the other (non-European) population, expressing a sort of guarantee that, when you travel to distant and unknown lands, your security is assured. One might also take note of the words used by Sorabji, an Anglicised Indian educated at Oxford, in her memoirs, *India Calling*. The author believed, as Macaulay had done seventy years earlier, that the Indian people needed British rule and, more than this, that they even desired it. As Boehmer and Grew state, in their Introduction to *India Calling*, this pioneering woman

Sorabji (...) embodied some of the most potent contradictions of her time (...) ‘Brought up English’, and grateful to the English ruling classes, with whom she formed close personal ties, because of the doors they opened for her, she remained throughout her life a Tory imperialist in her values, an admirer of imperial effort, and a follower of English high society. (Boehmer, Grew ix).

What distinguishes Sorabji’s positions from Macaulay’s is the former’s interest and belief in the value of India, as Boehmer and Grew again point out:

With her conservative beliefs yet respect for Indian traditions, both Hindu and Muslim, and with her anti-nationalist and yet relatively progressive woman-centred values, Cornelia Sorabji can probably be seen as one of the most successful if internally divided Indian mediators of her time. (Boehmer, Grew ix).

In her memoirs, Sorabji stresses the superiority of the Parsee community, an Anglicised minority, in India. One of the examples she stresses is the behaviour of the Parsee community within the family, quite different from that of the Hindus, and she remembers her mother: “She [Sorabji’s mother, Francina] was proud of having seven daughters, in a country where the birth

of a daughter was considered a calamity.” (Sorabji, *India Calling* 16). It would be pertinent to ask where, as an Anglicised Indian, Sorabji would sit in such a setting: among European ladies, or apart from them?

Another photograph shows two men riding in a hand-car, being pushed along a set of rails on which the train was to circulate in the near future, in an expressive portrayal of technological innovation.⁶ As Sorabji stressed in her books *India Calling* and *India Recalled*, India lacked a system of communications, roads or trains, as well as institutions of the most varied kind, such as the British had known for a long time at home, and which it would be impossible to live without in a modern democracy. This author wrote about her travels in India: “The fun of cross-country journeys by palanquin or elephant, in canoe or dug-out...”. (Sorabji, *India Calling* 5). In fact, in Sorabji’s *memoirs*, which take us back to her early days in the late 19th-century, or her time as a civil servant in the first quarter of the 20th-century in India, there is no mention of trains. But she praised the British rule, in India, as follows:

India, under the Crown, was in the throes of reconstruction: the English machinery of administration, of education, of development of the resources of the Country, was not only being set up, but was in working order. (Sorabji, *India Calling* 9).

In this picture, again, we have the same servant/master ratio as seen before in the pedicure photo: four people to push two men, in a representation of subalternity. In both pictures, there is a display of colonial authority and power, conferred by social rank, professional and institutional status. In fact, the railway changed India, just as it had changed Great Britain earlier, running across the territory like blood vessels and allowing for a desirably efficient control of the country by the colonising power.⁷ The railway was one of the benefits of modernity, in a technologically backward territory lacking cultural referents, relevant institutions, or even a unifying language, such as English is today.

⁶ “Four turbanned natives pushing Pangborn in hand-car in Bolan Pass [Baluchistan]”. William Henry Jackson. Hand-coloured photograph, 1895. Accessed at URL: <http://www.harappa.com/magic/7.html>. Photo 1.

⁷ “The locomotive ‘Akbar’ being ferried across the Jumna during construction of the railway bridge at Kalpi”, 14 January 1887. Unknown photographer. Accessed at URL: http://www.bl.uk/onlinegallery/features/india/tour_19_raft.html.

This photograph is also an example of the frequent practice of colouring pictures by hand after printing them on paper, which became common in the 19th-century.

Dress codes were a form of colonial mimicry, if we consider that some subjects preferred to dress as Europeans, whereas others did not.⁸ Delving again into the *memoirs* of the Anglicised Sorabji, we are reminded of the Parsee mimicry of the British: “The houses of my Parsee friends were furnished English (and early Victorian). We ate in the English manners off English plates, and with English adjuncts, and our diet included meat” (Sorabji, *India Calling* 13). Cultural superiority is to be found on the side of the Europeans, in everyday practices and behaviour, such as the way they eat and dress, or the way the workplace is organised.

The last pictures depict adventures in faraway places, with travellers displaying their trophies, a very common theme in photography.⁹ There are pictures of landscapes and local architecture, representing collective experience, which was different from the European references.¹⁰ Or even photographs documenting the economy of the country.¹¹ As Amitav Gosh stresses, in his recent novel *Sea of Poppies*, the opium trade financed the Raj. Representing princely India,¹² the empire is seen as an extension of home, feeding the Victorian imagination, with a photo of Fatehsingh Rao Gaekwad of Baroda, a princely state, by Raja Deen Dayal.

From Sorabji’s gentle discourse, we now move on to Katherine Mayo’s striking account in her controversial *Mother India*, (1937), in which she relates her travels to and around India, initially centred upon questions of public

⁸ Exhibition in Chennai, organised by the local Goethe Institute, including images of the city, barely known in the West, by two German photographers, E.U.F. Wiele and Theodor Klein. Accessed at URL: http://www.german-info.com/press_shownews.php?pid=360. Photos 2 and 3.

⁹ “Lord Curzon, viceroy of India, and wife”. Accessed at URL: http://www.theage.com.au/ffximage/2005/06/03/wbempire_narrowweb__200x270.jpg

¹⁰ “The Memorial Well with Cawnpore Church in the distance, 1863–69”. Samuel Bourne. Accessed at URL: http://www.ngv.vic.gov.au/crownandcamera/resources/rb_crown.pdf

¹¹ Accessed at URL: fullmoonfever.wordpress.com/2008/06/

¹² Accessed at URL: <http://www.harappa.com/bazaar/books/princelyindia.html>.

health, but later covering other issues. According to Mayo, India had no means whatsoever for governing the country, and no mature institutions. Mayo's representation of India is one that gives the impression of a backward place, where people give themselves up to barbarous practices, unaware of the need to care for their health, dominated by superstition and engaging in inhuman rituals. Her description of a visit to a temple in Calcutta, a city that could be mistaken for an American city (if you stood in the rich part of town), is impressive. As she says in the first chapter, *The Bus to Mandalay*:

Of a sudden, a piercing outburst of shrill bleating. We turn the corner of the edifice to reach the open courtyard at the end opposite the shrine. Here stand two priests, one with a cutlass in his hand, the other holding a young goat.

The goat shrieks, for in the air is that smell that all beasts fear. A crash of sound, as before the goddess drums thunder. The priest who holds the goat swings it up and drops it, stretched by the legs, its screaming head held fast in a cleft post. The second priest with a single blow of his cutlass decapitates the little creature.

The blood gushes forth on the pavement, the drums and the gongs before the goddess burst out wildly. "Kali! Kali! Kali!" shout all the priests and the suppliants together, some flinging themselves face downward on the temple floor.

(Mayo 1937. Accessed at URL:<http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300811h.html>).

But this is not all:

Meantime, and instantly, a woman who waited behind the killers of the goat has rushed forward and fallen on all fours to lap up the blood with her tongue – "in the hope of having a child." And now a second woman, stooping, sops at the blood with a cloth, and thrusts the cloth into her bosom, while half a dozen sick, sore dogs, horribly misshapen by nameless diseases, stick their hungry muzzles into the lengthening pool of gore. (Mayo 1937. Accessed at URL: <http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300811h.html>).

Last but not least, Mr. Haldar [the guide] leads us through a lane down which, neatly arranged in rows, sit scores of more or less naked holy men and mendicants, mostly fat and hairy and covered with ashes, begging.

All are eager to be photographed. *Saddhus* – reverend ascetics – spring up and pose. One, a madman, flings himself at us, badly scaring a little girl who is being towed past by a young man whose wrist is tied to her tiny one by the two ends of a scarf. "Husband and new wife," says Mr. Haldar. "They come to pray for a son." (Mayo 1937. Accessed at URL: <http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300811h.html>).

Bibliography

- Boehmer, Elleke and Naelle Grew. "Introduction". *India Calling*, Cornelia Sorabji. Trent Editions, 1934/2004.
- Gosh, Amitav. *Sea of Poppies*. John Murray: London, 2008.
- Mayo, Katherine. *Mother India*. Available at: <http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300811h.html>
- Melcalf, Thomas R. *Ideologies of the Raj*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- Macaulay, Thomas Babington. "Minute on Education". *Indian Musalmáns*. Ed. Nassau Lees. London: Williams and Norgate. 87-102, 1835/1871
- Sontag, Susan. *On Photography*. London: Penguin Books, 1979.
- Sorabji, Cornelia. *India Calling*. Eds. Elleke Boehmer and Naelle Grew. Nottingham: Trent Editions, 1934/2004.
- _____. *India Recalled*. London: Nisbet & Co. 1936.

Re-Imagining 'Authentic' India

Teresa de Ataíde Malafaia

Re-Imagining ‘Authentic’ India

On looking back from our standpoint in time, i.e. from the beginning of the 21st-century, on Britain’s involvement in India, especially over the so-called period of the Empire (roughly from the 1850s to 1947), it is only natural that we should think about the diverse ways in which Indian cultures have been presented. To start with, the various exhibitions which took place during the Victorian age, where such matters were displayed, are of momentous interest to us. Indeed, such exhibitions aimed at the representation of what was then regarded as the ‘real’ India, in other words the original and genuine one. In fact, they “captured” what they deemed to be “the(se) potentially dangerous subjects and reproduced them in a ‘safe’, contained and yet accessible and supposedly open environment.” (Coombes 233). Then, in 2001, the exhibition *India: Pioneering Photographers, 1850-1900*, curated by John Falconer and considered “the first major exhibition in London of early photographers of India”, showed, in spite of its documentary dimension, a special concern with exotic issues, namely ethnic ones.¹

Actually, in the last few decades, the western appropriation of British India has mainly been carried out in accordance with postcolonial perspectives. These ways of perceiving (seeing) this reality also began to be applied to visual

¹ John Falconer, the curator of the exhibition, was at the time Curator of Photographs in The British Library’s Oriental and India Office Collections and is the author of several books on the history of photography in South and South-East Asia. The exhibition included a wide range of images, many of which had never been seen in public before. The photographs displayed were drawn from two of the most important collections of Indian photography: the British Library and the Howard and Jane Ricketts Collection. See <http://www.bl.uk/onlinegallery/features/india/overview.html> (Accessed on 30.12.2009).

representations considered essential for a complete understanding of cultural issues, namely in our present-day society of the spectacle (if we may use Debord's concept²), which continues to re-imagine India in multiple and sometimes contradictory ways. As a matter of fact, "in many respects, Britain's Empire, like much in the Victorian age, had the atmosphere and aesthetic charge of a grand spectacle" as Queen Victoria's iconic place at the "hub of the Empire" so expressively shows (Ryan 15, 14).

Following on from this, according to Stuart Hall, the construction of the colonised, i.e. the Other, was essential for the definition of colonial identities (Hall 136). This implied difference was set up (constructed) not only through the narratives of the specific communities, but also through typical British discourses on the Others, both in written and visual forms. The contrasting ways of representing Indian cultures clearly helped to mould today's perceptions of India. Furthermore, as Edward Said points out, the Occident constructed the Orient as a counterpart, a fiction of the Other, who continuously justifies the relations of power and their various discourses, and creates conceptual dilemmas. (Said 1-2).

This expanding interest in different cultures is, as a matter of fact, an ongoing process which also helps bring into the world of academia not only women prose writers, such as Annie Besant, Mary Carpenter, Flora Annie Steel, Maud Diver and Cornelia Sorabji, among others, but also diverse ways of representing visual otherness, as Julia Cameron's photographs of Ceylon so clearly show. Yet, in E. M. Forster's *A Passage to India* or in the film version by David Lean, authenticity issues were high on the agenda and thus India became visible in the cultural marketplace, a reality that has lasted to our day. Yet, with some exceptions, namely Christopher Pinney's approaches, we are constantly coming across western perspectives, and the truth is that no popular photographic practices in India are really considered.³

I cannot resist including Julia Margaret Cameron as an example of a woman photographer, which was indeed a fairly uncommon situation in India at the time. According to my research in the India Office Records of the British

² See Guy Debord, *La Société du Spectacle*, Gallimard, Paris, 1967/1992.

³ See Christopher Pinney, *Camera Indica: The Social Life of Indian Photographs*, Reaktion Books/Chicago: University of Chicago Press, London, 1997 .

Library, female photographers tended, in their work, to represent mostly monuments and landscapes and very few people. In this way, although she took photographs of Ceylonese peasants and kept on defending the idea of a performative photography, Cameron was effectively aware not only of the documentary dimension of her art, but also of its exotic potentialities, as we recognise in *Girl, Ceylon*.⁴

The body of work produced during her stay in Ceylon shows us Cameron as the *memsabib*, the white woman reproducing the colonial template. Despite disregarding class⁵ differences in England when choosing her own models and frequently portraying servants as Madonnas or the Virgin Mary, as is the case with Mary Hillier (Wolf 221), Cameron did not follow the same principle when it came to ethnicity.⁶ In fact, it was not until Cameron moved to Ceylon that she took her first portraits of non-white women, which were, nevertheless, always confined to their social and cultural status.⁷ Even though the subjects she portrayed do not seem ever to smile, we become aware that the English women of the lower classes present a potential for change whereas the natives of Ceylon are depicted solely in realistic settings where they are part and parcel of the social group they belong to. It is as if they were living in a culturally

⁴ Julia Margaret Cameron (1875). *Girl, Ceylon*. Albumen silver print 9 15/16 x 7 7/16 in. 86.XM.636.2 Collection of the J. Paul Getty Museum, Los Angeles, California. <http://www.getty.edu/museum/>. (Accessed 30.12.2009). According to the Museum's explanation, "Cameron made this photograph near the end of her life, when she lived in what is now Sri Lanka. This Tamil child may have been the daughter of a worker on her family's estate. Although Cameron had a benevolent attitude toward the Ceylonese, she supported the British Empire's civilising mission in Asia, as was typical of her time. This picture appears to blend an ethnographic point of view with Cameron's more intimate approach to portraiture of family and friends."

⁵ Class understood as the socioeconomic differences between groups of individuals that create differences in their material prosperity and power. (Giddens 738)

⁶ Ethnicity understood as the cultural values and norms that distinguish the members of a given group from others. An ethnic group is one whose members share a distinct awareness of a common cultural identity, separating them from other groups around them. (Giddens 741).

⁷ See, for instance, Stephanie Lipscomb's list of Cameron's subjects in *Julia Margaret Cameron's Women*, which only includes white British women, from various social *strata*. (Wolf 219-227).

timeless and unchangeable world totally swayed by forces far beyond their control. For instance, *A Group of Kalutara Peasants*⁸ (1878) is one of the last photographs to be taken by Cameron. In it we can see three characters, two males and one young female, seemingly leaning against a tree and occupying the central space in the portrait. As colonised subjects, they do not appear to possess a definite identity. In this case, the camera is positioned at a distance somewhat removed from its subjects. Thus, if, on the one hand, we may take it as a sign that Cameron could not attain the same degree of closeness with these specific subjects, on the other hand, this technique, i.e. resulting in a greater distance but an expanded representation of the whole body, was similarly employed by the nature painter Marianne North, as Cameron's photograph illustrates.⁹

Besides the aforementioned aspects, in Ceylon, Cameron used mostly outdoor settings for her photographs, which in themselves do not present a definite symbolism. Many have vague titles such as "a group", "a group of peasants", "plantation workers" or "a gathering of natives", and to this day no copyright records of them have been found (Cox, Ford 483-494). In any case, of the ones taken in Ceylon, the number of photographs still extant is minimal: around twenty-six in total.¹⁰

In *A Group of Kalutara Peasants*, we realise that Cameron paid special attention to the choice of lighting, so as to create a flowing atmosphere with blurred edges. The use of the out-of-focus technique is clear in the representation of the two men, for they are both blurry, thus enhancing the

⁸ *A Group of Kalutara Peasants* (1878). Albumen print, 34.3 x 27.2 cm. Royal Photographic Society, currently at the National Museum of Photography, Film & Television, Bradford, England.

<http://www.nationalmediamuseum.org.uk/Collections/> (Accessed on 30.12.2009).

⁹ Julia Cameron made four portraits of Marianne North, of which the most interesting is the representation of her subject at work, i.e. North painting at Cameron's house.

¹⁰ We may add that Julia Cameron did not publicly show these photographs, never displaying them in the exhibitions held during the same period. This was probably due to practical constraints that would interfere with the act of photographing: (...) the harsh subtropical heat created problems of collodion lifting from the plate, the sticky varnishes were insect friendly, and there was a lack of readily available fresh water for washing prints (...). (Cox, Ford 2003: 483).

female figure's centrality.¹¹ Despite the fact that Cameron's approach seems predominantly ethnographic, in that it represents the inhabitants of the fishing village of Kalutara (her own handwriting is, however, to be found in the captions of *Girl, Ceylon* and on the back of the other photograph, which significantly reads: "A group of Kalutara peasants, the girl being 12 years of age & the old man saying he is her Father & stating himself to be a hundred years of age"), this representation and its caption can be read according to gendered issues as I suggested in a previous paper. (Malafaia 594).

And even if Christopher Pinney argues that "visual history tells us about repressed histories",¹² the history of British women's roles as photographers in India remains to be told. As is well known, in the 19th-century, India was at the forefront of photographic development and gender¹³ pressure led British women to express themselves mostly in writing, namely essays, autobiographies, letters, diaries, housekeeping and cookery books, etc., and much less in visual terms, although "an indispensable record of progress and achievements of Empire was provided by photography." (Ryan 11).

The traditional history of art tends to be the history of men. This is a complex and, indeed, controversial issue, but there is no doubting the overwhelming number of men, as opposed to women, who appear in traditional histories of art. We have all heard of the 'Old Masters'. Why do we not speak of the 'Old Mistresses'? [...] It is important to remember that Western culture has traditionally assigned very different roles to men and women. Women have typically been involved with domestic and child-raising tasks, while business, the professions, the church and the military (to say nothing of the arts and sciences) have been the domain of men. [...] More recently, however, feminist art historians have offered an alternative

¹¹ Cameron's emphasis on the blurry effects has connected her style to Pre-Raphaelite painting rather than to the photography of the Victorian period, which aimed at so-called technical perfection. As a result, her connoted messages laden with the unsaid could only be read by a very particular, restricted audience.

¹² See "Visual history tells us about repressed histories", *Tebelka Magazine*. Vol. 5, Issue 37, September 20, 2008.

¹³ Gender understood as social expectations about behaviour regarded as appropriate for the members of each sex. Gender does not refer to the physical attributes in terms of which men and women differ, but to socially formed traits of masculinity and femininity. (Giddens 742).

explanation: women have always been active in art, but their contributions have been undervalued or overlooked by traditionally male art historians. These male historians have automatically assumed that art history is a history made by men. (Howells 60-61).

Actually, by the 1860s, commercial photography had become well-established in India and this growing market attracted several male photographers from the metropolis, whereas women had no professional access to the medium. Samuel Bourne, the young Nottingham photographer, who took thousands of pictures of landscapes and architectural views, should very deservedly be regarded as an example.¹⁴ Others could be mentioned, such as Herzog & Higgins, Shepherd & Robertson, etc. Yet, Bourne's fame and the success of his studio rest primarily on the results of three arduous photographic expeditions undertaken to Kashmir and the Himalayas.

My research at the India Office Library has given me the arguments to assert that British women photographers in India were mainly amateurs and generally excluded from the world of commerce.¹⁵ In fact, with the exception of Harriet C. Tytler¹⁶, many "women participated in formally arranged and informal exchange clubs for photographers who made non-commercial images". (Marien 93). Commercial activities were male-dominated, but it is unquestionable that in India many English women had an important role to play in education, healthcare, missionary work and pleading on behalf of Indian women in general, as is proven by the visual documents available. Most of them were amazed by the cultural pluralism and cross-cultural identities, through which they greatly emphasised the exotic dimension. Yet, in the majority of cases, what is represented is a replica of British society as in

¹⁴ See, for example, Dhobi's House and Tank, from *Views of Calcutta and Barrackpore* taken in the 1860s by Samuel Bourne. A view looking across the village tank (water reservoir) towards a group of dhobies (washermen and women), with a substantial mud-and-thatch hut beyond. <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/apac/photocoll/d/019pho00000029u00036000.html> (Accessed on 30.12.2009).

¹⁵ Amateur in this sense does not mean unskilled, but simply signifies that women made non-commercial images and exhibited them only in exchange clubs.

¹⁶ Harriet C. Tytler (1828-1907), married to a British officer in India, Robert Christopher Tytler (1818-1872), made about 300 photographs; she exhibited them in India and they can now be found at the India Office Library in London.

A couple in the Punjab,¹⁷ *Esme Hamilton's wedding to Captain MacRae*¹⁸ or the photograph from the Ardagh album.¹⁹ Unfortunately, behaving as the dutiful wife and mother was the only role assigned to the women of the Raj. And though this "same social system which produced this ideology of domesticity, embraced and made vivid by millions of women, also generated the feminist revolt with a different set of definitions of women's possibilities and ambitions" (Pollock 10), they were not able to give visibility to their own visual representations of India and thereby engage in this new field of cultural production. In this part of the world, Indira Ghose stresses, women were allowed to visit "the harem, or zenana, a no-entry zone for male travellers" (Ghose 10). Nevertheless, since photography was forbidden in those places, only their written accounts could be of interest to publishers. As a matter of fact, these documents show a certain ambivalence in the white women's ways of perceiving (seeing) and representing India, and as race provided them with the empowerment that they did not, in fact, have in the metropolis, many of them simply objectified their subjects.

After a long period during which India was seen as a diverse and multicultural society, the last ten years have emphasised an interest in the exotica, namely the ways in which India has been re-imagined. As Ghose points out, "if subjectivity is accepted to be the site of different, contradictory identifications, however, there can be no coherent, authentic other but only a plurality of voices." (Ghose 146).

In *Photography: A Cultural History*, Mary Marien points out how difficult it is to study photography nowadays. Indeed, photography has expanded and is present all over our visual world. Yet, in the 19th-century, it already played a seminal role with its commercial and propagandistic uses, as "photographers increasingly accompanied troops from the major powers, both to record military exploits and to picture foreign countries for audiences back home." (Marien 132). The events in India, in May 1857, which symbolised the beginning of the Indian Mutiny or the first war of independence (depending

¹⁷ *A couple in the Punjab* (c. 1885). Unknown photographer. India Office Library, London.

¹⁸ *Esme Hamilton's wedding to Captain MacRae* (March 1914). National Army Museum, London.

¹⁹ Thoby Prinsep, Lady Florence Streatfield, Mrs Prinsep and Colonel Ardagh in Calcutta. *Ardagh Album*, 1890. India Office Library, London.

on whether one adopted an imperial or national perspective), were documented by many photographers, thus eventually shaping the imperial imagination for many years to come. Part of the portfolio of photographs taken by Major Robert Tytler and his wife Harriet deserve further research and are significant representations of those terrible moments they experienced.



Robert and Harriet Tytler (1858).

General view of the ruins of the Residency Building at Lucknow.²⁰

²⁰ <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/apac/photocoll/n/019pho000000032u00012000.html> (Accessed on 30.12.2009).

“General view of the ruins of the Residency at Lucknow”, photographed by Robert and Harriet Tytler in 1858. The Residency Building, built c. 1800 for the British Resident in Lucknow, was a key site of the Siege of Lucknow during the Uprising of 1857. The Residency Complex was occupied by Sir Henry Lawrence (1806-1857), Chief Commissioner of Awadh at the outbreak of the Uprising. Approximately 3000 British inhabitants took refuge within the complex. The square tower on the right, partly in view, is the one in which Lawrence was wounded during the siege and defence of the Residency. He died shortly afterwards. The surviving ruins of the Residency convey the grandeur of the original structure and provide an insight into the events of 1857.”



Robert and Harriet Tytler (1858). Mosque on ridge of Delhi, held by the mutineers.²¹

As Gernsheim points out “the most important contribution of photography as an art form lies (...) in its unique ability to chronicle life. Photography is the only ‘language’ understood in all parts of the world, and, bridging all nations and cultures, it links the family of man. Independent of political influences – where people are free – it reflects truthfully life and events, allows us to share in the hopes and despair of others, and illuminates political and social conditions”. (Gernsheim 229)

As this paper is drawing to its close, I should just like to say that the idea for this paper first came to me from a series of readings I had undertaken on

²¹ <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/apac/photocoll/n/019pho000000032u00004000.html>. (Accessed on 30.12.2009).

“General view of the mosque on the Delhi Ridge, a sharp outcrop north-west of the city”, photographed by Robert and Harriet Tytler in 1858, in the aftermath of the Uprising of 1857. The Uprising lasted thirteen months, from the rising of Meerut on 10 May 1857 to the fall of Gwalior on 20 June 1858. There were violent reprisals on both sides, focusing on the cities of Kaunpur, Lucknow and Delhi. The mosque shows evidence of bombardment which occurred during the Uprising of 1857. Part of the caption accompanying this photograph may be missing, and the last section should perhaps give the sense of ‘...in the foreground where the ground appears now to be levelled’.”

British India, intertwined with some research periods at the British Library. The documents I had the opportunity of reading and seeing confirmed that the West and the East were viewed as two different entities, the former considering itself superior and, therefore, assigning itself its role as a civilising power. Thus, when the Anglicists decided to impose English as the official language, education became a means of domination and, consequently, of exclusion. In my opinion, photography has the “unique ability to chronicle life”. As such, this amounts to saying that observation means interaction. So, we have to recognise that, when considering the case of colonial India, we are faced with a gendered photography and what we analyse is tantamount to the viewpoint of the coloniser who contributed towards the construction of what he or she thought the ‘real’ India was.

Bibliography

- Coombes, Annie E. “Museums and the Formation of National and Cultural Identities”. Ed. Carbonell, Bettina Messias (2004). *Museum Studies. An Anthology of Contexts*. Oxford: Blackwell, 1998, 231-246.
- Cox, Julian and Colin Ford, (eds.). *Julia Margaret Cameron. The Complete Photographs*. Bradford, London: Thames & Hudson in association with the J. Paul Getty Museum, Los Angeles, and the National Museum of Photography, Film & Television, 2003.
- Debord, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris: Gallimard.
- Gernsheim, Helmut. *Creative Photography, Aesthetic Trends 1839-1960*. New York: Dover Publications, 1991.
- Ghose, Indira. *Women Travellers in Colonial India. The Power of the Female Gaze*. New Delhi, Oxford: Oxford India Paperbacks, 2000.
- Giddens, Anthony. *Sociology*. Oxford: Polity Press, 1993.
- Hall, Stuart. “Minimal selves”. Eds. Ann Gray and Jim McGuigan, (1993). *Studying Culture. An Introductory Reader*. London: Edward Arnold, 1987, 134-138.
- Howells, Richard. *Visual Culture*. Cambridge, Oxford (U.K.) and Malden (U.S.A.): Polity Press in association with Blackwell Publishers, 2003.
- Malafaia, Teresa de Ataíde. “Olhares de Julia Cameron sobre o Ceilão”. “*And gladly wolde (s)he lerne and gladly teche*”. *Homenagem a Júlia Dias Ferreira*. Lisboa: Org. Comissão Executiva do Departamento de Estudos Anglísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, 589-598.
- Marien, Mary Warner. *Photography: A Cultural History*. London: Laurence King Publishing, 2002/2006.

- Pinney, Christopher. *Camera Indica: The Social Life of Indian Photographs*. London, Chicago: Reaktion Books/ University of Chicago Press, 1997.
- Pollock, Griselda. *Vision and Difference*. London, New York: Routledge, 1-2, 10, 1998.
- Pomeroy, Jordana. *Intrepid Women: Victorian Artists Travel*. London: Ashgate, 2006.
- Ryan, James R. *Picturing Empire. Photography and the Visualisation of the British Empire*. London: Reaktion Books, 1997.
- Said, Edward. *Orientalism*. London: Vintage Books, 1978.
- Wolf, Sylvia. *Julia Margaret Cameron's Women*. New Haven, London: Yale University Press, 1998.

**In the Canon's Mouth: *Shakespeare Wallah*
and the "English book"**

Ana Cristina Mendes

In the Canon's Mouth: *Shakespeare Wallah* and the "English book"

The distributed copies of the Bible, which even in translation remains the "English" book, are not read but willingly received to be sold or bartered, and to be used as waste or wrapping paper.

Homi Bhabha 122

The Siege of Krishnapur, a "pastiche Victorian novel" (Binns 65) written by J. G. Farrell in 1973, depicts the siege of an imaginary Indian town during the Uprising of 1857 from the point of view of the British community occupying a secluded Victorian outpost. As the Uprising spreads across the subcontinent, in fictional Krishnapur, British officials disregard the rumours of civil unrest unfolding elsewhere. Until they inevitably find themselves under siege, the officials remain undaunted, counting on their military (and cultural) supremacy against an army of sepoys. As the novel reaches its epilogue, the narrator details how, when ammunition becomes too scarce to defend the besieged garrison, the British decide to make makeshift weapons out of the heads of electroplated statuettes of "great men of literature, of Dr Johnson, of Molière, Keats, Voltaire, and, of course, Shakespeare" (Farrell 16). The circumstances of the siege thus force the Collector, the owner of these statuettes, and the character who commands the British occupancy in the town and presides over the Krishnapur Poetry Society, to extend his belief in the civilising power of the European cultural heritage, epitomised by these "great men of literature,"

to a confidence in the efficiency of the statuettes' heads for serving as cannon-balls:

Without a doubt the most effective missiles in this matter of improvised ammunition had been the heads of his [the Collector's] electro-metal figures. And of the heads, perhaps not surprisingly, the most effective of all had been Shakespeare's; it had scythed its way through a whole astonished platoon of sepoy's advancing in single file through the jungle. The Collector suspected that the Bard's success in this respect might have a great deal to do with the ballistic advantages stemming from his baldness. The head of Keats, for example, wildly festooned with metal locks (...) had flown very erratically indeed, killing only a fat moneylender and a camel standing at some distance from the action. (304)

This passage from Farrell's postmodern and postcolonial encounter with Victorian fiction deconstructs and satirically dramatises the assumption that English literature, with Shakespeare at its head, was instrumental to the exercise of imperial power. Following Homi Bhabha's theorisation of the "English book" as "an insignia of colonial authority and a signifier of colonial desire and discipline" (102), the Shakespearean text in particular was as much a "sign taken for wonders" as the Bible, in the sense that both were emblematic of "those ideological correlatives of the Western sign – empiricism, idealism, mimeticism, monoculturalism (...) – that sustain a tradition of English 'cultural authority'" (105). Recent decades have witnessed an amplified interest in the colonial and postcolonial variations of the Bard's texts. In this respect, studies by the critics Ania Loomba (1989), Jyotsna Singh (1989) and Nandi Bhatia (2004) on the intricacies of Shakespearean production in the subcontinent highlight the fact that, even if the English book "remains a hallowed entity" in postcolonial India, as Singh noted in 1989 (457), authority is never without ambiguity or double-edgedness. As Benita Parry phrases it, "a textual insurrection against the discourse of colonial authority is located in the natives' interrogation of the English book within the terms of their own system of cultural meanings" (25); or, in Bhabha's own words, "[t]o the extent to which discourse is a form of defensive warfare, then mimicry marks those moments of civil disobedience within the discipline of civility: signs of spectacular resistance" (172). Indeed, Bhabha's pivotal – and exhaustively rehearsed – argument is that the English book, read as a fetishised sign that magnifies western hegemony, is paradoxically a marker of the colonial ambivalence that renders colonial discourse vulnerable to mimetic subversion.

In the study *The Booker Prize and the Legacy of Empire* (2002), Luke Strongman contends that Booker-winning novels reinvent, both individually and collectively, the colonial hangover in the aftermath of the British Empire by dealing with the emergence of hybrid cultural formations at a time of transition to a post-imperial stage.¹ Even if “[n]ot all the winning novels are actively engaged in ‘de-scribing’ or dismantling of empire”, Strongman argues that “all are part of the after-text of empire” (xii) and, in this sense, contribute to the constant reinterpretation of imperial legacies. The critic forcefully adds:

“Commonwealth” writers increasingly concern themselves with the re-inscription of new and hybridized identities, amalgamations of indigenous, colonial and postcolonial influences; the Booker has acknowledged the variety of those re-inscriptions in the range of novels it has selected. (...)

I argue that Booker novels collectively provide a form of reference to Britain’s post-imperial, and the former Empire’s postcolonial, development, and that they are indexed to imperial development and crises of identity. (xii)

Not unrelatedly, the Merchant-Ivory film *Shakespeare Wallah* (1965), the focus of this essay, depicts the reception of the Bard’s texts in India after the end of the British Raj, and plays precisely on the idea of the fracturing of the English text as it is rearticulated in the cultural context of both post-imperial Britain and post-independence India. In this film, the representation of theatrical performances by a group of Shakespearean actors in India and of the unexpected (because unappreciative) audience responses to them allow for a refashioning of a *monolithic* colonial cultural heritage into a *multilithic* construct in a postcolonial setting. If critics have demonstrated the influence of Shakespeare (whose name is identified as being one and the same with high art and elite culture) on Bollywood cinema, the epitome of Indian popular culture, *Shakespeare Wallah* displays this productive tension in illuminating ways.

¹ Grouping Booker prize-winning novels into categories such as “Novels of the Raj” and “Postcolonial Pessimisms”, Strongman charts an albeit ambivalent Orientalism and nostalgia for the Raj in novels such as Farrell’s *The Siege of Krishnapur*, Ruth Praver Jhabvala’s *Heat and Dust* (1975) and Paul Scott’s *Staying On* (1977), disaffection and malaise in V.S. Naipaul’s *In A Free State* (1971), Nadine Gordimer’s *The Conservationist* (1974), J.M. Coetzee’s *Life and Times of Michael K* (1983), Keri Hulme’s *The Bone People* (1985) and Peter Carey’s *Oscar and Lucinda* (1988), as well as post-imperial insularities or narratives of the “Empire’s twilight” in Kazuo Ishiguro’s *The Remains of the Day* (1989).

To put *Shakespeare Wallah* into a nutshell, the film portrays the erosion of British cultural power at a particular point in time when the old order, the British Raj, overlaps with a new order, that of the aftermath of Indian independence. Some critics posit that the film is nostalgic for an empire in which Shakespeare performed a crucial role, given that the playwright was enlisted as an edifying agent in the educational system of the British Empire. Lubna Chaudhry and Saba Khattak contend that *Shakespeare Wallah* betrays an “underlying nostalgia for the colonial period” that “makes the political stance represented in the film problematic” (21). This essay is interested in the re-articulation (not without the internal contradictions and ambiguities noted by Chaudhry and Khattak) of the relationship between colonial cultural hierarchies, epitomised by Shakespeare, and peripheral subjects who *perform back* using alternative discursive practices in post-independence India. As such, this essay attempts a nuanced approach to *Shakespeare Wallah*, beyond binary oppositions, an approach which relies on the idea of transcultural negotiations and contestations, and is attentive to the ways through which the film appropriates the western canon and the Bard’s plays as productive sites of cultural conflict in a postcolonial milieu.

Released in 1965 by the Ismail Merchant-James Ivory production team, with a screenplay by Ruth P. Jhabvala, *Shakespeare Wallah* is usually lauded for its attention to visual details, a characteristic we have come to associate with Merchant-Ivory heritage films. The film is loosely based on actor-manager Geoffrey Kendal’s diary of the tour across the country in 1947 of his troupe, “Shakespeareana”. Actually, the film’s casting relies heavily on performers from the “Shakespeareana” theatrical company – Kendal and Laura Liddell, his wife, play the Buckingham, the fictionalised version of themselves, while their daughter, Felicity, plays the character of Lizzie. Even though the Kendals triumphantly toured with Shakespeare productions in India for nearly two decades, *Shakespeare Wallah*’s mostly British troupe, the Buckingham Players, are now facing difficulties prompted by the political transition. Independence, accompanied by the burgeoning popularity of the country’s film industry, has led to a change in taste among audiences who had previously received Shakespearean theatre (apparently) with excitement.

As Tony, Mr. Buckingham, confides to Carla, his wife, “We should have gone home in ’47 when the others did”. In the same vein, another character grumbles about how the Indians are insensitive to Shakespeare’s plays and

react to their texts with complete disregard: "It's not like the old days. What do these people know about our theatre? Shakespeare and all that?" According to director James Ivory, the film was meant to be seen as "a metaphor for the end of the British Raj" (87). It should come as no surprise, then, that the adaptation of the Kendals' experience was politicised: actual events were remade and the audience reception of plays performed by the Buckingham Players was deliberately represented as resistive and disruptive. The Indian response to Shakespeare's plays after independence is thus reshaped in the text of the film by having the performances often interrupted. If, in Kendal's autobiography/diary, Indians are depicted as "the most rewarding audiences in the world" (Kendal and Clovin 107), in the film, Buckingham rethinks his favourable opinion of them and laments the loss of the audiences that "laughed at all the jokes, cried in all the right places".

In *Shakespeare Wallah*, the cultural struggle between the former British colonisers and the newly independent subjects is framed from the outset as a clash between so-called "high" culture, exemplified by Shakespeare's plays, and indigenous popular culture, typified by Bollywood films. In this context, Satyajit Ray's involvement in the musical score of Merchant-Ivory's work is consistent with the Indian filmmaker's recurrent sharp critiques of Bollywood's reliance on nonrealist and melodramatic codes of representation. Even though theatre and popular cinema are, to some extent, put into dialectical conflict in *Shakespeare Wallah*, the film is riddled with ambivalence in its questioning of the place of the privileged Shakespearean text in post-colonial Indian culture. Indeed, the film goes far beyond a sharp contrast between cultural matrices, or even between "high" culture and mass culture. Such ambiguity is embodied by the character of the young playboy, Sanju. During the film, Sanju is expected to choose between two women who act as representatives of antithetic media and cultures. He has long been romantically involved with the film star Manjula, but now he also feels drawn to Lizzie, the Buckingham's daughter. Clearly, Sanju's interest in Lizzie is related to both his reverence for the world of Shakespeare and his contempt for popular Bombay cinema. *Shakespeare Wallah* draws a line between the talented English actress and the Orientalist "femme fatale". The latter, the calculating and seductive Manjula, is the personification, so the film seems to convey, of the crassness and debauchery of Indian mass culture. Her cultural upper hand and the indisputable star power she possesses as a Bollywood actress are overtly contrasted with the now

retrograde Shakespearean troupe. Indeed, what the Buckingham Players struggle against is their ousting by popular Indian cinema, a displacement which *Shakespeare Wallah* satirises and exposes as a depressing, but still inevitable outcome of independence (Lanier 46).

The film exacerbates the division between the Indian audiences and the British performers. Merchant-Ivory's cinematic text uses the device of textual juxtaposition, de-contextualising scenes from various Shakespearean plays in order to achieve an effect of narrative fracturing that amplifies the cultural demise of the British Empire (Kapadia 45). A particularly telling scene in this respect depicts the performance by the "Shakespeareana" of Desdemona's murder in *Othello*: Manjula, the Bollywood celebrity, in her efforts to deflect Sanju's attention away from Lizzie (who plays the role of Desdemona), arrives late, poses for pictures and gladly signs autographs, thus disrupting the English text. At this point, Buckingham loses control over the text by attempting to recoup the gaze of the audience: he steps out of his role as Othello and reproaches the audience for their distraction, trying somewhat pathetically to re-assert Shakespeare's idealised authority in the early days of post-independence India (Wayne 98-100). Nonetheless, the lines of "us and them", Bollywood and Shakespeare, are not as strictly drawn as this scene seems to suggest. The oppositions on which the film rests, as suggested by its title, between Shakespearean theatre and Indian cinema, "high" and "low" culture, British and Indian, are historically not as sharply differentiated as might at first appear. In fact, *Shakespeare Wallah* does not offer any easy solution to Sanju's split loyalties. Even if he is asked to choose between Lizzie and Manjula, he is ultimately unable to do so, given that he is constructed as an uneasy hybrid of eastern and western cultural identifications. While he is attracted to a foreign actress and her cultural heritage, he also inhabits the conflicting subject position of an Indian aware of the alien character of the British Raj.

Bibliography

- Bhabha, Homi. *The Location of Culture*. London and New York: Routledge, 1994.
- Bhatia, Nandi. *Acts of Authority / Acts of Resistance: Theatre and Politics in Colonial and Postcolonial India*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.
- Binns, Ronald. *J. G. Farrell*. London: Methuen, 1986.
- Chaudhry, Lubna, and Saba Khattak. "Images of White Women and Indian Nationalism:

- Ambivalent Representations in *Shakespeare Wallah* and *Junoob*". *Gender and Culture in Literature and Film East and West: Issues of Perception and Interpretation*. Eds. Nitaya Masavisut, George Simson, and Larry E. Smith. Hawaii: University of Hawaii Press, 1994. 19-25.
- Kapadia, Parmita. "Shakespeare Transposed: the British Stage on the Post-Colonial Screen". *Almost Shakespeare: Reinventing His Works for Cinema and Television*. Eds. James R. Keller and Leslie Stratyne. Jefferson, NC: McFarland & Company, 2004. 42-56.
- Kendal, Geoffrey and Clare Colvin. *The Shakespeare Wallah*. London: Sidgwick & Jackson, 1986.
- Ivory, James. *Savages, Shakespeare Wallah: Two Films by James Ivory*. New York: Grove Press, 1973.
- Lanier, Douglas. *Shakespeare and Modern Popular Culture*. New York: OUP, 2002.
- Loomba, Ania. *Gender, Race, Renaissance Drama*. Manchester: Manchester UP, 1989.
- Parry, Benita. *Postcolonial Studies: A Materialist Critique*. Routledge: New York, 2004.
- Singh, Jyotsna. "Different Shakespeares: The Bard in Colonial/Postcolonial India". *Theatre Journal* 41 (1989): 445-458.
- Strongman, Luke. *The Booker Prize and the Legacy of Empire*. Amsterdam and New York: Rodopi, 2002.
- Wayne, Valerie. "Shakespeare Wallah and Colonial Specularity". *Shakespeare, the Movie: Popularizing the Plays on Film, TV, and Video*. Eds. Lynda E. Boose and Richard Burt. London: Routledge, 1997. 95-102.

